

THOMÁS ROSA PINTO DE OLIVEIRA

**O ESTADO PAUTADO PELA MÍDIA: UM ESTUDO DAS
RELAÇÕES DE PODER OCULTAS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO
DO MITO MIDIÁTICO “MARCINHO VP”**

Rio de Janeiro
2008

THOMÁS ROSA PINTO DE OLIVEIRA

O ESTADO PAUTADO PELA MÍDIA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES
DE PODER OCULTAS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO MITO
MIDIÁTICO “MARCINHO VP”

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação da Escola de
Comunicação da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ), para obtenção do
grau de Mestre em Comunicação e Cultura.

Linha de pesquisa: Mídia e Mediações
Socioculturais

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré

Rio de Janeiro
2008

THOMÁS ROSA PINTO DE OLIVEIRA

O Estado pautado pela mídia: Um estudo das relações de poder ocultas no processo de criação do mito midiático “Marcinho VP”

Dissertação submetida à Comissão Examinadora no Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2008

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Mohammed Elhajji
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Erick Felinto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

SUPLENTES

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Fernando Resende
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aos meus pais, pelo apoio, liberdade e amor.

AGRADECIMENTOS

À Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelos importantes encontros, experiências e aprendizados que proporcionou.

Aos professores Fernando Resende, Heloísa Buarque de Hollanda, Ilana Strozenberg, Janice Caiafa, João Freire Filho, Marcio Tavares d'Amaral, Mohammed Elhajji, Muniz Sodré, Paulo Vaz, Raquel Paiva, pelas aulas que foram muito importantes para o desenvolvimento desta dissertação e para a minha formação.

Ao meu orientador Muniz Sodré, cujas aulas, orientações e livros são parte inseparável desta pesquisa.

Às professoras Isabel Spagnolo e Patrícia Saldanha, pelo incentivo e amizade.

A Christina e Tamara, pelo carinho com que leram as primeiras versões deste trabalho e por me ajudarem, com suas sugestões, no aperfeiçoamento do texto.

A todos os colegas da pós e, principalmente, aos que participaram do grupo de estudos: Camila, Igor e Raquel. E, também, ao meu amigo Pedro Sangirardi, pelo inconformismo que compartilhamos por meio de conversas e leituras.

Ao meu irmão, Jonas, pelo companheirismo nas trincheiras.

E, novamente, aos meus pais, que sempre deram apoio e liberdade para que eu pudesse inventar o meu caminho.

Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder. E se designar focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tivera consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder.

Michel Foucault

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo o estudo das relações de poder ocultas no processo midiático que fizeram com que o, então, anônimo e pouco poderoso traficante Marcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, se tornasse o número um na lista de criminosos foragidos mais procurados pela polícia do Rio de Janeiro. Analisaremos os motivos que fizeram com que o Estado baseasse suas ações nas narrativas jornalísticas e não na real conjuntura social. Buscaremos, assim, compreender a forma como ocorre a construção do “real” e da “verdade” pela mídia. Por meio do estudo do caso de Marcinho VP, também, iremos problematizar e refletir sobre as consequências sociais resultantes do fenômeno da criação midiática de “criminosos-monstros”. Essas narrativas jornalísticas que apresentam os criminosos das favelas como seres diferentes em essência (e não em contingência) contribuem para que os pobres carreguem o estigma de classe-perigosa, aumentam as barreiras sociais que separam os guetos do resto da sociedade e servem como legitimadoras da violência policial dentro das favelas. Portanto, pretendemos desvelar algumas das estratégias e disputas pelo poder que estão ocultas nos discursos da mídia, na tentativa de melhor compreendermos as reais dimensões do desafio social que é o problema da violência urbana nas grandes cidades brasileiras e, em especial, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Mídia; Espetáculo; Narcotráfico; Favela; Segurança Pública; Violência Policial

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is the study of the hidden power relations in the mediatic process which turned the, then, anonymous and slightly powerful drug dealer Marcio Amaro de Oliveira, Marcinho VP, into the number one on the most wanted fugitive criminals' list of the police of Rio de Janeiro. We will analyze the reasons that made the State base its actions on the journalistic narratives and not on the real social juncture. We will try, then, to understand the way as “real” and “truth” is built up by the media. By means of the case study of Marcinho VP, we will also problematize and reflect on the social consequences resulted of the mediatic creations phenomenon of “monster-criminals”. These journalistic narratives, which present the slums criminals as human beings who differ in essence (and not in contingency), contribute for the poor to carry the stigma of dangerous-class. They also increase the social barriers that separate the guetto of the rest of the society and serve as legitimators of police violence inside the slums. Therefore, we intend to reveal some of the strategies and disputes for power which are hidden in the discourses of the media. We will also try to better understand the real dimensions of the social challenge: the problem of urban violence in the big cities of Brazil, especially in Rio de Janeiro.

Keywords: Media; Spectacle; Narcotraffic; Slum; Public Safety; Police Violence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 PODER: IMAGEM, DISCURSO E MÍDIA	14
1.1 A indústria cultural: entretenimento, informação e dominação	18
1.2 Pseudo-eventos, espetáculo e construção do real	22
1.3 O homem, a mídia e o real	29
1.4 A violência das imagens	33
1.5 Resistência ao presente	39
2 PRODUÇÃO DE RIQUEZA E MISÉRIA	42
2.1 Razão, lucro e competitividade	43
2.2 A economia sobrepuja a política	48
2.3 Liberdade e mobilidade para poucos	52
2.4 A invenção do outro	57
2.5 Formando cidadãos e gerando exclusões	60
2.6 Brasil contemporâneo: a violência autorizada	62
3 VIOLÊNCIA URBANA E NARCOTRÁFICO	67
3.1 Crime e desigualdade social	70
3.2 Os jovens: algozes e vítimas	78
3.3 A criação do Comando Vermelho nos porões da ditadura	82
3.4 O funcionamento do narcotráfico nas favelas cariocas	86
3.5 As contradições do combate ao narcotráfico	88
4 O ESTADO PAUTADO PELA MÍDIA	93
4.1 O jovem inconformado se torna “dono do morro”	96
4.2 Welcome to the humble world of the poor people	101
4.3 A criação do mito Marcinho VP	108
4.4 Dois amigos: um novo espetáculo midiático	112
4.5 Preso pela última vez: CPI, estudos e livros	119
4.6 Abusado: biografia e assassinato	122
CONCLUSÃO	127
BIBLIOGRAFIA	131

INTRODUÇÃO

Os altos índices de criminalidade e violência urbana nas grandes cidades brasileiras são fontes de preocupação e angústia para os cidadãos de todas as classes sociais. No Rio de Janeiro, principalmente, o combate ao narcotráfico é considerado um dos maiores desafios na busca de se promover maior segurança para a sociedade.

Facções criminosas, que ocupam favelas e impõem suas regras aos moradores por meio da força das armas, recrutam entre crianças e jovens grande parte dos seus “soldados”. Nessas comunidades, o Estado não cumpre com suas obrigações mais básicas e somente se faz presente em ações pontuais de seu braço armado e violento, a polícia. A soma da sensação de medo da sociedade com essa atitude meramente reativa e punitiva do poder público alimenta um esquema perverso de legitimação da violência contra os mais pobres, percebidos como potencialmente perigosos.

A compreensão do quadro social e político que gera a criminalidade é comprometida pelas notícias de jornais que desumanizam a figura do traficante e fazem dele uma espécie de monstro, ignorando seu passado, sua infância, o ambiente no qual foi criado, as opções que teve ou não na vida. Essa atitude da mídia também ajuda a criar uma espécie de “vale-tudo” para prender os bandidos, e quem mais sofre com as operações violentas da polícia são os moradores inocentes das favelas.

Para se tratar de um mal é necessário, antes de tudo, entendê-lo; para se curar uma doença é preciso diagnosticá-la; portanto, a mídia, ao distorcer a realidade, está contribuindo para o agravamento da criminalidade, pois turva a visão e mascara um diagnóstico preciso que nos leve ao correto tratamento desse grave problema social que é a violência urbana.

Visamos, no transcorrer de nossa pesquisa, a desvelar o funcionamento do processo de criação midiática da imagem do “traficante-monstro” aceita e reforçada pelo Estado. Ressaltamos que este trabalho não pretende isentar o traficante da favela de culpa, mas sim apontar sua real dimensão dentro do cenário do crime e da violência. Para isso, iremos analisar o caso específico de Marcio Amaro de Oliveira, um traficante que conquistou grande visibilidade na imprensa.

O principal e norteador objetivo da dissertação é buscar compreender o funcionamento das relações de poder entre mídia, Estado e traficante, no decorrer do processo que transformou Marcio Amaro de Oliveira (criminoso com pouco dinheiro, poder e armamento) em Marcinho VP (primeiro lugar na lista dos bandidos mais procurados pela polícia do Rio de Janeiro e protagonista de diversas matérias

jornalísticas). A pesquisa buscará analisar as trocas e disputas de interesses ocultas neste processo.

Outro objetivo, ligado ao primeiro, é identificar os motivos que tornam, em nosso tempo, o discurso midiático uma “verdade” norteadora de ações dos indivíduos e até mesmo do Estado. Pois, mais do que a capacidade de criar um agendamento de temas a serem discutidos socialmente, a mídia se mostra, potencialmente, motor gerador de realidade social. Por fim, analisaremos como o poder público pode adotar ações espetaculares que atraiam a atenção midiática para desviar de sua ineficiência os olhares da sociedade e direcioná-los para tais (atu)ações.

Nossa dissertação é composta por quatro capítulos. Os três primeiros formam a base para contextualizar o caso “Marcinho VP” política, econômica e socialmente no mundo. Somente por meio dessa contextualização poderemos desarmar o discurso midiático, que opera justamente de forma oposta, ao isolar cada caso, alienando-o de seu contexto e transformando um problema sociopolítico em um mero caso de desvio de conduta a ser punido.

O primeiro capítulo apresentará a mídia como a grande produtora e/ou veiculadora de discursos e imagens no mundo contemporâneo, sendo assim uma poderosa fonte de formação de subjetividades. Articularemos os pensamentos de diferentes autores que trabalham questões relacionadas à centralidade da mídia no mundo e ao crescente domínio das imagens e do espetáculo em nossa sociedade. Buscaremos, assim, compreender melhor a forma como ocorre midiaticamente a construção do “real” e da “verdade”. O terreno midiático será apresentado como o local onde as relações de poder se dão por meio de disputas pelo privilégio de se construir a verdade de acordo com os interesses de cada parte envolvida nesses conflitos:

Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (...) Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (Foucault, 1979: 179-180).

Encerraremos o capítulo buscando possibilidades de resistência aos poderes do mercado e do capital que, a todo momento, tentam nos cooptar e nos seduzir, moldando midiaticamente nossos desejos e construindo subjetividades subservientes aos valores dominantes.

Em seguida, no segundo capítulo, trabalharemos com autores que mostram que o capital internacional interfere nas leis e no funcionamento dos Estados. A extrema fluidez que o capital atingiu em nossos tempos permite que forças transnacionais determinem cada vez mais as políticas locais. O mercado se impõe não apenas às subjetividades dos indivíduos, mas também procura determinar as ações políticas de governos.

O tipo de política econômica exigida dos países periféricos tem, de forma geral, servido para criar riquezas para alguns poucos ao preço da geração de miséria e aumento das desigualdades sociais. Os avanços tecnológicos ampliam ainda mais a distância entre os ricos e os pobres. A crescente fluidez dos poderes da elite global é contrastante em relação à imobilidade dos pobres que são confinados e isolados em guetos. Apontaremos, então, para como a guetificação dos pobres está diretamente relacionada com a criminalização da pobreza. As forças repressivas do Estado passam assim a cuidar para que os guetos permaneçam, o máximo possível, socialmente mudos e invisíveis; essa é a pacificação da miséria por meio da repressão armada.

Ainda veremos que o mesmo processo que gera a cidadania, também, é o responsável pela criação do excluído. Estudaremos como a invenção da figura do *outro* é importante para a afirmação da identidade de seu “inventor”. Faremos a comparação de que se a história nos mostra que um dia *o outro* foi o “selvagem” em relação ao “civilizado”, hoje, o pobre mantido em guetos é *o outro* do cidadão que foi convertido em consumidor. Uma grande produção de discursos servia para legitimar a violência do “civilizado” contra o “selvagem”, já que o “civilizado” é que tinha o domínio da escrita e, portanto, da narrativa histórica. Hoje, de maneira semelhante, os poderes hegemônicos possuem o domínio das narrativas midiáticas e, por meio delas, legitimam a violência estrutural, geradora de miséria, e a violência armada, “mantenedora da ordem”, contra os moradores de guetos.

No terceiro capítulo, iremos estudar as situações de violência dentro dos guetos destinados aos pobres do Rio de Janeiro. Vamos analisar os enfrentamentos de policiais e narcotraficantes nas favelas cariocas. Iremos ver como a corrupção policial está intimamente ligada às políticas de segurança truculentas e como os pobres e moradores de favelas, apesar de serem vistos como potencialmente perigosos, são os que mais sofrem com a violência urbana. Estudaremos o surgimento da primeira grande facção criminosa do país e como, na metade da década de 1980, ela tomou os morros do Rio de

Janeiro e impôs um regime despótico que se mantém pela violência explícita e pela barbárie.

De um lado, uma polícia corrupta, que desrespeita, tortura e mata inocentes. Do outro, o despotismo do narcotráfico. Entre esses dois extremos, um enorme número de pessoas pobres vive entrincheirado, abandonado pelo Estado e esquecido pela opinião pública. A mídia é, em parte, conivente com essa situação quando, em relação aos morros, costuma dar grande destaque apenas aos traficantes e sempre de forma descontextualizada. Isso aumenta o estigma carregado pelos pobres, os isola ainda mais em seus guetos e legitima a violência policial contra eles.

Para fechar o capítulo, apontaremos as principais contradições no combate aos tráficos brasileiro e internacional, que ocorrem dentro de um sistema que privilegia as ações policiais, mas praticamente ignora a lavagem de dinheiro e as condições sociais e econômicas que levam tantas pessoas a participarem dessa atividade.

Por fim, no quarto e último capítulo, analisaremos a trajetória de Marcio Amaro de Oliveira para desvelar o processo midiático que levou um pequeno traficante ao centro das atenções da imprensa, do público e da polícia. A principal hipótese é a de que a mídia tenha criado um mito, atraída pela possibilidade de vender mais jornais; de que o Estado tenha aceitado e alimentado esse mito para proveito próprio, ajudando a transformar em realidade o discurso midiático; e de que o próprio criminoso tenha colaborado com o processo, arrebatado pela possibilidade de exposição pública de seu discurso e de sua imagem.

Um jornalismo dirigido exclusivamente pelas leis do mercado cria um ambiente propício à espetacularização das notícias e ao conseqüente enfraquecimento do compromisso social com o que é publicado. No “caso Marcinho VP”, os repórteres, sabendo do fascínio exercido pela figura do criminoso, promoveram uma abordagem sensacionalista repleta de distorções deliberadas, pintando um quadro com cores mais fortes que a realidade. Morin fala sobre essa atração que o leitor comum de jornal pode, muitas vezes, sentir por notícias de crimes:

A liberdade infra se exerce abaixo das leis, nos ‘submundos’ da sociedade, junto aos vagabundos, ladrões, *gangsters*. Esse mundo da noite é, talvez, um dos mais significativos na cultura de massa. Porque o homem civilizado, regulamentado, burocratizado, o homem que obedece aos agentes, aos editais de interdição, aos ‘bata antes de entrar’, aos ‘da parte de quem’, se libera projetivamente na imagem daquele que ousa tomar o dinheiro ou a mulher, que ousa matar, que ousa obedecer à sua própria violência (Morin, op. cit., p. 112).

O Estado aproveitou a situação para cunhar uma imagem de eficácia no combate ao crime. Ao aceitar a realidade criada pela mídia, o poder público viu a possibilidade de prender um pequeno traficante (com poucas chances de fuga ou defesa) e ganhar a fama de ter capturado um criminoso extremamente perigoso aos olhos da opinião pública.

Por fim, o terceiro lado a ser estudado neste triângulo de relações de poder é representado pelo traficante. Marcinho VP não conseguiu resistir à atração exercida pela mídia. Jovem, crescido na invisibilidade social foi, apesar de todos os riscos, facilmente seduzido pela possibilidade de ter seu discurso repercutido nos jornais.

O processo que analisaremos se repete periodicamente, com maior ou menor intensidade, toda vez que a captura ou morte de um traficante de alguma favela é alardeada pela mídia e pelo poder público como uma grande vitória no combate ao narcotráfico e à criminalidade de uma forma geral. O público é ludibriado, pois, como veremos, cada um desses presos ou mortos é quase que imediatamente substituído. As raízes do problema da criminalidade são muito mais profundas e complexas do que a mídia nos tem feito crer. Esperamos que nosso estudo contribua de alguma forma para que o problema da violência urbana seja encarado com a seriedade que merece, com estudos criteriosos e interdisciplinares e não com atitudes espetaculares e irresponsáveis, como mormente acontece.

I PODER: IMAGEM, DISCURSO E MÍDIA

Neste primeiro capítulo, buscaremos compreender como as principais relações de poder do mundo contemporâneo são travadas por meio da mídia. Para isso, estudaremos como a importância crescente da produção e veiculação de imagens no mundo ocidental afeta a vida dos indivíduos, além de, também, analisarmos a relação entre discurso e dominação cultural e econômica. Apontaremos para a mídia como a grande produtora e veiculadora de imagens e discursos e, portanto, como o meio pelo qual o pensamento dominante é propagado. Por fim, tentaremos encontrar algumas possibilidades de resistência a essa sociedade midiaticizada subserviente ao mercado.

Inicialmente, vamos brevemente apresentar o processo que levou as imagens a terem a atual importância nas relações sociais e políticas mundiais. Para Marie José Mondzain (2002), vivemos o “reinado da imagem”, da dominação do visível e do espetáculo, não sendo esses, porém, parte de um simples fenômeno contemporâneo, mas uma etapa avançada do próprio desenvolvimento histórico do ocidente. A autora ainda acrescenta que o cristianismo teria transformado a imagem em instrumento para conquista e manutenção de seu poder sobre corpos e espíritos.

Os pensadores cristãos, com a idéia da encarnação - a aparição material da imaterialidade divina -, teriam articulado o mundo entre o visível e o invisível. As paixões por Cristo e pela imagem estão, portanto, historicamente ligadas, o que legitima a imagem como detentora dos poderes de redenção e salvação (ibid, p. 31). Jean Baudrillard, analisando o surgimento dos *simulacros*¹, também acaba chegando à igreja cristã e sentencia que:

Toda a fé e a boa fé ocidental se empenharam nesta aposta da representação: que um signo possa remeter para a profundidade do sentido, que um signo possa trocar-se por sentido e que alguma coisa sirva de caução a esta troca – Deus, certamente. (Baudrillard, 1991: 13)

O poder eclesiástico é tão ligado ao “reinado das imagens” que os movimentos de protesto contra este poder são ligados sempre, de alguma forma, ao questionamento do uso das imagens pela igreja. Os membros da reforma protestante denunciaram a idolatria das visibilidades e buscaram restabelecer o regime do invisível e da palavra bíblica.

¹ Trataremos mais da questão dos simulacros, no item 1.3 deste capítulo, intitulado “O homem, a mídia e o real”.

De acordo com Mondzain, a igreja, de forma ditatorial, produz visibilidades para transmitir uma mensagem unívoca. Sem o intermédio das palavras não é possível fazer objeções e assim reinam “os mais terríveis silêncios”, impondo-se “as mais dóceis submissões”, estabelecendo-se um “império sobre as emoções” (op. cit., p. 41).

Com o tempo, as forças políticas e de mercado também descobriram esse enorme potencial das imagens, fazendo com que cada vez mais o espetáculo das visibilidades invadissem a vida cotidiana, as relações sociais e políticas. Antes, porém, de estabelecermos um diálogo com alguns importantes autores que lidam com essa questão da centralidade da mídia e das imagens no mundo contemporâneo, acreditamos ser importante que analisemos algumas das principais mudanças históricas ocorridas nas estratégias de poder usadas pelo Estado e pelo mercado, de forma a entendermos como chegamos ao atual estado de dominação midiática.

Entre os séculos XVIII e XIX o poder disciplinar passou a substituir o poder meramente punitivo das sociedades de soberania. Se antes as transgressões eram punidas com o suplício público (ou com a execução, também, pública), que marcava o criminoso e servia como manifestação do poder que punia (Foucault, 1987: 32), com a adoção do poder disciplinar, os condenados por crimes passaram a ser encarcerados e vigiados. Tratava-se, principalmente, de uma adaptação das punições legais aos novos tempos do capitalismo industrial. Com o crescimento demográfico ocorrido nas principais cidades européias a partir do século XVIII, uma grande massa humana passava a ser adestrada com o intuito de servir ao trabalho nas fábricas. Em seu livro sobre o pensamento de Foucault², Deleuze explica que

As sociedades modernas podem ser definidas como sociedades ‘disciplinares’, mas a disciplina não pode ser identificada com uma instituição nem com um aparelho, exatamente porque ela é um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e de instituições para reuni-los, prolongá-los, fazê-los convergir, fazer com que se apliquem de um novo modo. (1988: 35)

Foram, portanto, criadas e aperfeiçoadas diversas formas de aplicação de um poder normalizador não apenas na prisão, mas também na caserna, na fábrica, no hospital. Já desde cedo, na escola, as subjetividades começaram a ser modeladas almejando-se formar futuros homens (e mulheres) que se enquadrassem com a maior facilidade possível aos novos meios de produção.

²DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

A vigilância tornou-se obsessão política deste período e o confinamento era a principal maneira de exercê-la. Uma série de modelos arquitetônicos foi desenvolvida com o objetivo de que agentes do poder disciplinar pudessem controlar com o olhar uma grande quantidade de pessoas. A intenção era que somente pela sensação de estarem sendo observadas essas pessoas não cometessem qualquer tipo de infração. Antes de punir o transgressor, tentava-se evitar que o próprio ato de transgressão acontecesse.

Entretanto, Deleuze³ observou que, aos poucos, estamos deixando de ter as características da sociedade disciplinar descrita por Foucault para nos tornarmos uma sociedade de controle. Segundo ele, o declínio do poder disciplinar iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial. As atuais propostas de reformas das escolas, dos hospitais, dos presídios seriam um dos sinais desta transição.

O capitalismo de produção e propriedade do século XIX cedeu lugar ao capitalismo de sobre-produção (Deleuze, 1992: 223). Agora, compram-se ações e vendem-se serviços. Como a produção é substituída pela venda, pelo marketing, a fábrica é, também, substituída pela empresa. O controle tende a ser exercido sem a necessidade do confinamento. No lugar das disciplinas temos a formação permanente, a avaliação contínua, o estímulo à competição entre funcionários devido ao salário modulado por méritos e pelo estabelecimento de metas nas empresas.

A tendência é que o concreto se virtualize; o próprio dinheiro seguiu esta lógica. O capitalismo financeiro e especulativo permite que enormes cifras circulem pelas bolsas de valores do mundo instantaneamente. Baudrillard descreve esse processo de maneira bastante interessante:

Massa de moedas flutuantes que cercam a terra em sua ciranda orbital. O único satélite artificial de verdade, a moeda tornada artefato puro, com mobilidade sideral, convertibilidade instantânea e que, enfim, encontrou seu verdadeiro lugar, mais extraordinário que o *Stock Exchange*⁴: a órbita em que ela nasce e se põe como um sol artificial. (Baudrillard, 1992: 40).

Já a fábrica, que era “um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio”, vai sendo substituída pela empresa, que é “uma alma, um gás” (Deleuze, 1992: 221). O próprio funcionário da empresa torna-se “ondulatório”, em eterna formação. Passa a ser rival de seus companheiros de trabalho em busca de um salário

³ “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”, in: Deleuze, 1992.

⁴ Em inglês, bolsa de valores

maior, competindo para sobreviver e acreditando que a viver é competir. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005: 131-2) nos apresenta um exemplo claro dessa realidade ao relatar que na mega-empresa Enron (que inicialmente era louvada por importantes economistas pela “sua insaciável fome de crescimento econômico” e que depois foi repudiada pelos mesmos especialistas quando fraudes financeiras foram descobertas) os funcionários viviam sob pressão diária para atingir metas de produtividade cada vez mais altas. Trabalhar na Enron significava viver sendo testado e pressionado: a cada seis meses 15% dos empregados eram demitidos e outros 30% “eram aconselhados a melhorar”.

A lógica do controle já contamina o senso comum. Deleuze adverte que jovens solicitam “novos estágios e formação permanente” além de pedirem “estranhamente para serem motivados” (1992: 226). A mídia desempenha papel central neste cenário, construindo subjetividades com base nesses valores.

Adotamos aqui a noção de subjetividade proposta por Guattari quando diz: “Proponho (...) a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquinica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (Guattari e Rolnik, 1986: 25). Ou ainda: “A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos ‘matemas do inconsciente’, mas também nas grandes máquinas sociais, mass-midiáticas, lingüísticas” (Guattari, 1992: 20). Por meio destas noções, fica mais fácil perceber como a mídia alcançou seu enorme espaço no mundo ocidental contemporâneo e como o próprio sistema socioeconômico não é separável dela. Guattari explica que, hoje em dia, as forças que administram o capitalismo sabem que a produção de subjetividades é mais valiosa do que a produção de petróleo, pois determina a própria maneira como as pessoas irão enxergar o mundo (Guattari e Rolnik, op. cit., p. 26 – 7).

Em relação à função de moldar subjetividades, o colégio, a caserna, o hospital e a fábrica cedem lugar, principalmente aos meios de comunicação. Agora, mesmo que o indivíduo acredite estar modelando sua subjetividade ele o faz sem se opor ao sistema-mundo. A mídia oferece mesmo os mais diversos modelos de aparência e comportamento, e faz isso usando as vedetes midiáticas: “as vedetes existem para representar tipos variados de estilos de vida e de estilos de compreensão da sociedade” (Debord, 1997: 40). As diferenças não são mais reprimidas, mas, pelo contrário, são estimuladas, desde que estejam inseridas entre um dos modelos esperados pelo sistema. Muniz Sodré explica que:

A contemporânea ‘sociedade de controle’ amplia tecnologicamente a normalização, a tal ponto que a contestação já se inscreve previamente no próprio campo do poder. E a mídia – dispositivo de tecnologia social, privilegiado nessa nova ordem – funciona, no limite, como um simulacro de mediação política, sempre em busca de hegemonia, a serviço de um poder que tende a se tornar ‘puro’, sem qualquer transcendência, imanente à vida social. Não mais, portanto, a energia disciplinadora de instituições centralizantes, e sim uma dominação invisível (...) (Sodré, 2006: 177).

Os meios de comunicação de massa permitem uma construção industrial de subjetividades, sendo, então, capazes de formar, mundialmente, forças de produção e de consumo. O marketing ganhou enorme força dentro desta realidade; ele “é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores” (Deleuze, 1992: 224). As marcas passaram a atrair mais do que os produtos em si e a publicidade dita as regras do mercado.

1.1 A indústria cultural: publicidade, entretenimento, informação e dominação

Adorno e Horkheimer, há cerca de 60 anos⁵, já advertiam que “na medida em que a pressão do sistema obrigou todo produto a utilizar a técnica da publicidade, esta invadiu o idioma, o ‘estilo’ da indústria cultural” (1985: 152). Já na década de 1980, Baudrillard mostra que, com o tempo, a publicidade invadiu ainda mais o mundo e diz que ela “está totalmente em uníssono com o social” (Baudrillard, 1991: 117) e que tornou-se tão presente que se hoje é sua própria mercadoria: “Se num dado momento a mercadoria era a sua própria publicidade (não havia outra), hoje a publicidade tornou-se a sua própria mercadoria. Confunde-se consigo própria” (ibid). Os modos de expressão e as formas culturais são absorvidos pela publicidade:

Todas as formas atuais de atividade tendem para a publicidade, e na maior parte esgotam-se aí. Não forçosamente na publicidade nominal, a que se produz como tal – mas a forma publicitária, a de um modo operacional simplificado, vagamente sedutor, vagamente consensual (todas as modalidades estão aí confundidas, mas de um modo atenuado) (ibid., p. 113)

Voltando aos pensadores da Escola de Frankfurt, o grande crescimento da produtividade econômica teria, para Adorno e Horkheimer, aumentado a superioridade da classe dominante sobre o resto da população. O resultado do aparecimento de enormes poderes econômicos seria a anulação do indivíduo. O consumismo crescente

⁵ A primeira edição de *Dialética do esclarecimento* foi publicada em 1947 pela editora Querido, em Amsterdam (*Nota sobre a Nova edição Alemã*. In: Adorno e Horkheimer, 1985: 9)

contribuiria para a dirigibilidade de uma massa cada vez mais impotente. Publicidade, enormes fluxos de informações, “diversões assépticas”, ganham espaço cada vez maior na vida do cidadão médio.

Herbert Marcuse (2001) afirma que um “aparato político e econômico onipresente” submete o homem, o tornando passivo. Os indivíduos separados das fontes de informação e poder são transformados de destinatários em objetos de administração.

“O terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade” (Adorno e Horkheimer, op. cit., p. 114). A indústria cultural cria a padronização e a produção em série de bens culturais consumíveis. Se antes, o estilo próprio, a originalidade, era o que se buscava na arte, com a indústria cultural a imitação se torna o absoluto (ibid., p. 123).

Para esses frankfurtianos, cinema, rádio e imprensa constituem um único sistema que cria produtos de baixa qualidade que se legitimam com o próprio discurso veiculado neles. Não se apresentam mais como arte e assumem que são apenas negócios, fontes de lucro. O público seria formado pela indústria cultural para querer mais aqueles tipos de produto oferecidos pela mesma indústria, criando um círculo vicioso. “A atitude do público que pretensamente e, de fato, favorece o sistema da indústria cultural é uma parte do sistema e não sua desculpa” (ibid., p. 115).

No lugar das disciplinas e da vigilância constante, as relações de poder se dão muito mais pela sedução e pela cooptação feita pelo entretenimento. Bauman acrescenta que “não há sanções contra os que saem da linha e se recusam a prestar atenção – a não ser o horror de perder uma experiência que os outros (tantos outros!) prezam e de que desfrutam” (2003: 63). Marcuse, por sua vez, diz que “as necessidades da sociedade existente são introjetadas e transformadas em necessidades individuais” e que “nos estágios de desenvolvimento mais altos, essa coordenação total se realiza sem terror nem supressão das regras do jogo democrático” (op. cit., p. 84). Foucault também segue a mesma linha de pensamento quando afirma que o poder não é meramente repressivo, mas que ele também induz ao prazer e produz discurso (1979: 8). Esta é a própria forma que a mídia atua: produção de discursos e indução ao prazer.

O entretenimento é a palavra de ordem nos meios de comunicação de massa. Adorno e Horkheimer percebiam na diversão leve o prolongamento da lógica de produção capitalística: é uma atividade prazerosa que não exige esforço do trabalhador cansado; um pouco de relaxamento alienante antes de se retornar ao emprego no dia seguinte. Para esses autores, a diversão da indústria cultural é a “apologia da

sociedade”, de tal forma que “divertir-se significa estar de acordo” (op. cit., p. 135). Deixar-se levar pelo entretenimento leve oferecido pela mídia para se esquecer do sofrimento diário é, desta forma, desistir de lutar, é abortar até mesmo a “última idéia de resistência” (ibid).

Na ótica da mídia, mesmo quando se trata de “assunto sério”, o ideal é que a abordagem seja o mais leve e simplificada possível. A tese defendida pelos que comandam os meios de comunicação é que qualquer aprofundamento pode afastar o público. No caso da televisão, isso fica ainda mais claro, a busca por uma linguagem rápida e a preocupação em nivelar por baixo, com a justificativa de tentar fazer com que o maior número de espectadores se interesse pelo programa, impede toda possibilidade de complexidade e seriedade.

O norte-americano Neil Postman⁶ (1985) lamentava a ascensão de uma cultura formada cada vez mais pela televisão em detrimento da cultura impressa. Para ele, o grande problema não era a televisão apresentar programas que entretendam, mas tratar todo e qualquer assunto sob a ótica do entretenimento. Tudo o que é veiculado por essa nova mídia buscaria a diversão e o prazer do telespectador.

As medições de audiência mostram como, muitas vezes, programas de duvidosa qualidade conseguem índices altos. A pergunta que deveria ser feita é: o público que deseja o baixo nível da televisão ou é a televisão que forma um público que quer este baixo nível (já que ela é a grande construtora de subjetividades atualmente)? Janice Caiafa explica como se dá essa relação entre qualidade e índices de audiência: “A televisão usa o ibope para confirmar o seu padrão e o seu padrão para produzir aquele ibope. A opção pela banalidade acaba por produzir esse desejo mesmo que as pesquisas de audiência revelariam” (Caiafa, 2000: 56).

Deleuze⁷ afirma que na mídia as verdadeiras questões não costumam ser abordadas⁸. Nos programas de entrevista ou debate, em geral, apenas interrogações são feitas; perguntas irrelevantes que não vão às raízes de problema algum. O tom de seriedade faz crer que estes debates televisivos estão realmente indo a fundo, a verdade, porém, é que a própria linguagem padrão da televisão é avessa a isso. Passa-se a

⁶ Vemos, entretanto, o trabalho de Postman com algumas ressalvas. Julgamos haver um certo romantismo em sua visão a respeito do passado dos Estados Unidos: uma América formada pela cultura impressa, com seu discurso “coerente, sério e racional”. Outro ponto que ressaltamos é que o autor parece julgar que o desenvolvimento tecnológico que deu origem à televisão e, conseqüentemente, à cultura imagética é algo independente do resto da estrutura sociopolítica de seu país, e não parte importante dessa estrutura.

⁷ “Q de questão”, in: Abecedário de Gilles Deleuze (vídeo)

⁸ É importante ressaltar, entretanto, que Deleuze afirma que é possível abordar verdadeiramente as questões na mídia, mas que isso só é feito muito raramente.

impressão de que os meios de comunicação estão cumprindo um importante papel social, quando na realidade estão desviando as atenções públicas das verdadeiras questões.

A grande mídia produz subjetividades totalmente moldadas ao mercado, atuando na formação de consumidores e/ou trabalhadores dos novos tempos, ao mesmo tempo em que alimenta apatia e conformismo. “O entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia” (Santos, op.cit: p.49). A produção de informação/entretenimento é uma das bases do capitalismo contemporâneo por ter o poder de influenciar as regras que regem as relações sociais e a própria visão de mundo das pessoas. “O sujeito humano ‘veste-se’ semioticamente de televisão – isto é, incorpora o código televisivo, passando a reger-se por suas regras quanto a aparência, atitudes, opiniões” (Sodré, 2002: 37).

Deleuze e Guattari explicam que de certa forma as mídias nos invadem e com isso nos tornamos partes constituintes de uma relação homem/máquina que “se faz em termos de comunicação mútua interior e não mais de uso ou de ação” (Deleuze e Guattari, 1997: 158):

Somos submetidos pela televisão como máquina humana na medida em que os telespectadores são não mais consumidores ou usuários, nem mesmo sujeitos que supostamente a ‘fabricam’, mas peças componentes intrínsecas, ‘entradas’ e ‘saídas’, *feed-back* ou recorrências, que pertencem à máquina e não mais à maneira de produzi-la ou de se servir dela. Na servidão maquínica há tão-somente transformações ou trocas de informação das quais umas são mecânicas e outras humanas (ibid., p. 158-9).

Voltando a Postman (op. cit.), ele também atribui principalmente à televisão o papel de causadora de fortes mudanças no modo como as relações sociais se operam. Ela seria um meio hegemônico que alteraria a própria maneira como os discursos seriam gerados socialmente. Da educação à política, todas as esferas sociais se adequariam, aos poucos, à linguagem televisiva. Para ele, no lugar de conversarem, as pessoas entreteriam umas às outras, substituindo idéias por imagens. Vamos, então, analisar em maior profundidade essa importante questão das relações sociais serem intermediadas por imagens. Veremos que a televisão é apenas uma das peças que compõem um sistema-mundo centrado na mídia e no capital.

1.2 Pseudo-eventos, espetáculo e construção do real

O historiador estadunidense Daniel Boorstin, com seu livro “*The image: a guide to pseudo-events in America*”, publicado originalmente em 1961⁹, cumpriu uma relevante função ao detectar grandes mudanças pelas quais o mundo passava. Ele apontava para a questão de que o “natural” e o “espontâneo”, progressivamente, cediam lugar à “reprodução” e ao que nomeou “pseudo-evento”. As fantasias, nutridas pela mídia, adentravam o mundo privado e as pessoas baseavam nelas o seu comportamento.

O povo estaria vivendo sob padrões impostos midiaticamente por meio de uma enorme e massiva produção e veiculação de imagens. Passou-se a buscar na realidade o que já se conhecia antes por reproduções, por imagens. “Não avaliamos a imagem a partir da realidade, mas a realidade a partir da imagem” (Boorstin, 1992: 116). O referencial padrão da vida cotidiana, portanto, vem de imagens fabricadas e não da realidade natural.

Boorstin dá o nome de *Revolução Gráfica* aos avanços tecnológicos que possibilitaram a impressão e reprodução de imagens em grande escala. Seria a partir de então que as imagens invadiriam e conquistariam o mundo. A mente do homem comum foi se adequando a essa multiplicação de imagens. Seria, possivelmente, esse o momento histórico no qual as imagens deixam de ser domínio exclusivo da igreja e da arte, como nos mostrou Mondzain (op. cit.), e se tornam parte do mercado, atingindo de forma inédita uma enorme massa de pessoas.

Com a ascensão das imagens, iniciou-se o declínio dos ideais. As pesquisas de opinião aliadas à publicidade constroem interesses e necessidades do público. Conversas e debates são pautados mais pelos *pseudo-eventos* e menos pelos livros. O historiador criou esse termo “*pseudo-eventos*” para designar eventos artificialmente pré-fabricados, pela ou para a mídia, que cada vez mais substituiriam os acontecimentos espontâneos. Ele adverte que as notícias - que deveriam ser *obtidas* por meio da apuração de acontecimentos reais - são, muitas vezes, *produzidas* por jornalistas, assessores de imprensa, relações públicas, políticos e celebridades. O que importa deixa de ser se algo é ou não real, mas se pode ou não ser vendido como notícia. Fabricando-se notícias, fabricam-se experiências absorvidas como reais pelo público. Nisto consiste a potência do *pseudo-evento*: criar o real (ou o que é percebido como real).

⁹ A edição consultada nesta dissertação é da editora Vintage Books, de 1992.

A distinção entre *soft* e *hard news* se torna muito tênue. Os debates políticos são transformados em *quis shows* ou programas de auditório nos quais nunca se avança além da superfície dos assuntos. A cobertura ao vivo televisiva não freou o avanço da fabricação de pseudo-eventos. Na verdade, eles só se fortaleceram ao se adaptarem à nova possibilidade técnica oferecida. Quanto mais sensação de realidade transmitirem, mais poderosos se tornam. Não se busca a verdade, mas a verossimilhança. Vemos aqui como a visão deste autor e a de Postman diferem, enquanto o segundo crê que a televisão é o centro das mudanças sociais que trazem a mídia de massa como formadora da mentalidade popular, Boorstin considera a televisão apenas um elemento tecnológico a mais, que só reforça um processo que se iniciou muito antes, na *Revolução Gráfica*. Claro que o alcance desse meio de comunicação de massa não é negado, mas as raízes dos *pseudo-eventos* são apontadas como muito mais antigas.

O entretenimento invade os noticiários, que dedicam crescente espaço à amenidades e fofocas sobre a vida de pessoas famosas. As celebridades são consideradas verdadeiros “pseudo-eventos humanos”, pois se tornam conhecidas não por possuírem algum grande mérito próprio que as distinga dos demais, mas simplesmente porque a mídia as fez famosas. São como pessoas-marcas, seus nomes valem dinheiro, assim como suas imagens, o conteúdo pouco importa. São artificialmente fabricados, produtos altamente lucrativos da indústria midiática, que descartáveis, precisam o tempo todo buscar exposição para manter seu sucesso. A indústria alimenta a fama da celebridade que se beneficia com qualquer possibilidade de exposição, é um sistema que fortalece a si mesmo. A mídia volta sua atenção para si própria, se alimentando dela mesma: mostra a repercussão das notícias veiculadas, bastidores, entrevistas com pessoas que trabalham na própria mídia, *making off*, etc.

Como podemos observar, o historiador detectou importantes sintomas das mudanças sofridas pela sociedade estadunidense contemporânea (mudanças que, também, atingem boa parte das sociedades do resto do mundo), principalmente em relação ao lugar cada vez mais central que a mídia ocupa na vida das pessoas. Entretanto, ele parece perceber tais sintomas mais como efeitos colaterais da força e do desenvolvimento da democracia norte-americana do que como características intrínsecas ao sistema socioeconômico adotado naquele país.

Para Boorstin, os pseudo-eventos seriam a resposta dos jornalistas às expectativas extravagantes do público em relação à quantidade de novidades diárias no mundo. Segundo ele, as gerações após a *Revolução Gráfica* tiveram a imaginação e as

noções a respeito do conceito de verossimilhança moldados por uma época saturada de informações e imagens. Conclui, então, que nosso desejo por novidades e nosso apreço pelo simulacro seriam apenas fruto do progresso. É como se a substituição do real pela ilusão e do ato espontâneo pelo fabricado fossem apenas alguns aspectos negativos, talvez passíveis de correção, de uma sociedade saudável. Ele conseguiu, de maneira apurada, detectar alguns dos efeitos/sintomas da invasão das imagens e da perda de importância do real na vida cotidiana, mas não foi capaz de perceber em que obscura profundidade estão fincadas as raízes de tais fenômenos.

Já o representante da Internacional Situacionista¹⁰ Guy Debord defende, em seu livro *A sociedade do espetáculo* (1997), que a sociedade capitalista em seu estágio contemporâneo é fundamentalmente regida pela lógica do *espetáculo* e considera, portanto, a postura de Boorstin reformista por não questionar as estruturas sociais, mas só alguns dos efeitos epidérmicos mais aparentes da espetacularização da vida:

Boorstin, por exemplo, que descreve em *L'Image* o consumo mercantil do espetáculo americano, não chega a atingir o conceito de espetáculo, porque pensa poder deixar de fora desse desastroso exagero a vida privada, ou a noção de 'mercadoria honesta'. Não compreende que a própria mercadoria fez leis cuja aplicação 'honesta' deve produzir a vida privada como realidade distinta e sua reconquista posterior pelo consumo social das imagens. (ibid., p. 129)

Debord ainda diz que a sociedade capitalista produz conformismo, passividade, alienação e individualismo. O homem é reduzido a mero espectador, relacionando-se com o mundo por meio de imagens, e tem seus desejos produzidos artificialmente: “quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo” (ibid; p. 24). Para escapar da sensação de se estar “à margem da existência” as pessoas se refugiam no consumo de bens e imagens. As posses e as aparências tomam o lugar do conteúdo com a “degradação do *ser* para o *ter*”, que depois levou a “um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*” (ibid.; p. 18). O *espetáculo* “não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo” (ibid., p. 17).

¹⁰ A Internacional Situacionista foi um movimento intelectual, artístico e político, que atuou entre os anos de 1957 e 1972 por uma maior participação social dos indivíduos, questionando as relações fundadas nas bases do sistema capitalista.

O autor, também com forte influência marxista, vai mais longe do que os pensadores da Escola de Frankfurt, já que percebe a indústria cultural como uma das ferramentas do espetáculo e não como o espetáculo em sua totalidade. O espetáculo já estaria na base de toda a vida do mundo capitalista.

Para combater a espetacularização da vida não bastaria um clamor reformista, como pensaram Postman e Boorstin, mas uma crítica revolucionária anti-capitalista, já que não é possível separar o espetáculo do momento histórico deste sistema. “O espetáculo nada mais é que o sentido da prática total de uma formação econômico-social, o seu emprego do tempo. É o momento histórico que nos contém.” (ibid., p. 16)

Para Debord, esses dois autores se enquadrariam entre os que produzem críticas espetaculares ao espetáculo, que não chegam a nada além do próprio espetáculo; não oferecem uma visão completa, pois somente descrevem algumas das características da sociedade baseada no capital, sem buscar reconhecer as causas. Os pseudo-eventos seriam frutos não de uma simples demanda popular por novidades, como defendia Boorstin, mas da falta de eventos reais na vida do homem que foi reduzido a espectador. E esse quadro não é apenas um fenômeno epidérmico desagradável dos avanços capitalistas, mas sim a própria estrutura de uma sociedade que se relacionaria por meio de imagens escolhidas/geradas pelos poderes hegemônicos. Uma sociedade alienada e conformista iludida pela imagem. A teoria do espetáculo é a teoria crítica das condições contemporâneas de exploração. Do espetáculo, brotam a sujeição do indivíduo e a negação do real.

O tipo de crítica feita pelos dois autores estadunidenses busca solução em apelos morais e de bom senso. “Essa boa vontade indignada, que só consegue censurar as consequências externas do sistema, acredita ser crítica ao esquecer o caráter essencialmente apologético de suas pressuposições e de seus métodos” (ibid., p. 128).

Para Debord, o dinheiro se tornou a principal necessidade fabricada e com isso atingimos o “estágio supremo de uma expansão que faz com que a necessidade se oponha à vida” (ibid., p.138). Toda a cultura é tornada mercadoria para ser consumida pelos homens cada vez mais isolados devido ao modo de vida urbano. Já a difusão de aparelhos receptores de mensagens espetaculares permite que as imagens dominantes povoem esse isolamento do indivíduo-espectador:

O sistema econômico fundado no isolamento é uma produção circular do isolamento. O isolamento fundamenta a técnica; reciprocamente, o processo técnico isola. Do automóvel à televisão, todos os bens selecionados pelo

sistema espetacular são também suas armas para o reforço constante das condições de isolamento das ‘multidões solitárias (ibid., p. 23).

Boorstin acreditava que a sociedade teve seus valores invadidos e dominados pelas imagens como resultado do desenvolvimento. Debord afirma que não, que o “espetáculo não é o produto necessário do desenvolvimento técnico, visto como desenvolvimento natural. Ao contrário, a sociedade do espetáculo é a forma que escolhe seu próprio conteúdo técnico” (ibid., p. 21).

O pensador francês percebe que a dominação de classes é conseguida com o uso dos meios de comunicação de massa, que são a “manifestação superficial mais esmagadora” do espetáculo e cuja “instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade” (ibid.). As raízes do espetáculo então fortemente fincadas na estrutura econômica. Muniz Sodré explica a como grande parte da vida social é atingida pela lógica do espetáculo:

Configura-se, assim, o espetáculo como uma verdadeira relação social, constituída pela objetivação da vida interior dos indivíduos (desejo, imaginação, afeto), graças a imagens orquestradas por organizações industriais, dentre as quais se impõe contemporaneamente a mídia. A imagem-espetáculo resulta dessa operação como uma espécie de forma final da mercadoria, que investe de forma difusa ou generalizada a trama do relacionamento social, reorientando hábitos, percepções e sensações. (Sodré, 2006: 81)

Nota-se na obra de Debord um esforço intelectual para atualizar o pensamento marxista, adaptá-lo ao mundo contemporâneo. É uma crítica profunda ao capitalismo e ao que ele transformou a sociedade. O visível, o que é feito ver, é “o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido” (Debord, op. cit., p. 28). “Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo” (ibid., p. 30). E, portanto, isso seria “o devir-mundo da mercadoria, que também é o devir-mercadoria do mundo” (ibid., p. 44). Vemos aqui, uma continuidade das questões inicialmente levantadas por Marx. Debord diz que além da já dita “produção alienada”, as massas agora têm “um dever suplementar”: o consumo alienado.

Essa atualização do marxismo também não se furta de criticar partes do próprio marxismo e de sua aplicação prática. O autor diz que as pretensões científicas das correntes utópicas do socialismo são ingênuas por ignorarem mudanças históricas e acreditarem ser possível fazerem previsões sociais como se fosse uma ciência exata. A

história de luta de classes apontada por Marx também é criticada, já que não teria sido levado em conta que a “burguesia é a única classe revolucionária que sempre venceu” e que “é a única para quem o desenvolvimento da economia foi causa e consequência de seu domínio” (ibid., p. 57).

Justamente por a burguesia ser privilegiada em relação ao avanço econômico, se fortalecendo na mesma medida em que ele se desenvolve, restaria ao proletário ser a classe da consciência, entender todo o funcionamento sociopolítico que o deixa à margem. Aqui iniciam-se mais críticas do autor à aplicação prática das idéias revolucionárias. A concepção autoritária de uma “ditadura dos mais doutos, ou dos assim considerados” (ibid., p. 60 -1) deixa de lado a auto-emancipação consciente do proletário que se transformaria em massa de manobra da revolução e não em verdadeiro revolucionário.

A classe burocrática, surgida no stalinismo, também foi alvo de fortes ataques de Debord: “ela é a continuação do poder da economia, a salvação do essencial da sociedade mercantil que mantém o trabalho-mercadoria” (ibid., p. 71). Com isso, a economia teria se tornado a tal ponto independente que não dependeria mais nem mesmo da classe burguesa.

O stalinismo também teria feito, de maneira diferente da sociedade capitalista, com que o real se dissolvesse. Tudo o que a proclamação ideológica totalitária diz tem que ser aceito como a única e verdadeira realidade. Quanto mais forte é a classe ideológica no poder, mais ela nega a própria existência e mais poder tem para afirmar isso. A “burocracia deve ser a classe invisível à consciência, de forma que toda vida social se torna demente”(ibid., p. 72). Debord refere-se ao stalinismo como “o reino do terror na própria classe burocrática” (ibid.). A condição para que a burocracia permanecesse no poder era negar que existia e atuar como se fossem proletários dirigindo uma sociedade socialista; essa seria a mentira fundamental que a sustentava.

O estado stalinista dominava não só a construção da realidade do presente, como a própria história, que sempre podia ser novamente manipulada para atender aos interesses do poder: A administração da sociedade por meio da fabricação da história e da verdade, aí está a fonte deste terror totalitário.

Tanto as críticas às correntes utópicas do socialismo, quanto ao stalinismo fazem parte de um projeto de Debord para procurar possibilidades de resistência e enfrentamento à sociedade do espetáculo. O autor busca adaptar o marxismo à nova realidade histórica, sempre atento aos erros cometidos no passado por outros marxistas,

para dar origem a uma teoria crítica que possa fazer frente à transformação do homem em espectador.

Por compreender que o espetáculo é a base do próprio capitalismo atual, o autor entende que criticar ou lutar contra um ou outro efeito superficial não muda em nada a situação. A resistência contra o espetáculo é a negação da sociedade em seu estado atual. Os revolucionários teriam que produzir uma “crítica que não pactua com nenhuma forma de poder separado, em nenhum ponto do mundo, e uma crítica formulada globalmente contra todos os aspectos da vida social alienada” (ibid., p. 85). Para Debord, o problema é que os que têm ânsia pela eficácia imediata, os pseudo-revolucionários, acabariam “reconhecendo as leis do pensamento dominante” (ibid., p. 141) e não conseguiriam, portanto, sair do delírio que pretendiam combater, já que não empreenderiam um enfrentamento global, mas apenas pontual.

As lutas internas só servem para mudar temporariamente quem ocupa posições hierarquicamente melhores, mas não altera o funcionamento do sistema. “Sob as oposições espetaculares esconde-se a unidade da miséria” (ibid., p. 42). Para os trabalhadores conseguirem combater as condições de sua exploração precisam “recusar a totalidade de sua miséria, ou nada”, pois não se pode “combater a alienação sob formas alienadas” (ibid., p. 85). O proletariado teria que se tornar uma classe da consciência e não lutar para ter um ou outro fragmento do conforto burguês como vimos acontecer.

Nenhuma melhora quantitativa de sua miséria, nenhuma ilusão de integração hierárquica é um remédio duradouro para sua insatisfação, pois o proletariado não pode se reconhecer com veracidade num mal particular que tenha sofrido, nem portanto na reparação de um mal particular, nem de um grande número desses males, mas apenas no mal absoluto de ter sido rejeitado para a margem da vida (ibid., p. 82).

Um novo assalto contra a sociedade de classes é esperado por Debord, por meio dos *Conselhos Operários Revolucionários*. Eles teriam que possuir autonomia e poder de decisão e execução. Tornar-se-iam, também, “o lugar onde as condições objetivas da consciência histórica estão reunidas” (ibid., p. 83). Com os Conselhos, que internacionalmente deveriam suplantam qualquer outro poder, “o proletário é seu próprio produto, e esse produto é o próprio produtor. Ele é seu próprio fim. Só aí a negação espetacular da vida é, por sua vez, negada.” (ibid.). Somente dessa forma, para o autor francês, os proletários teriam a plena consciência dos motivos e maneiras pelos quais

são explorados e compreenderiam o seu papel na história, na busca pela revolução. Assim sendo, a teoria e a prática revolucionária devem se relacionar e provar uma a outra. Ao proletário não basta a ação, mas se faz necessária a tomada de consciência e o estudo teórico que então será transformado em prática:

A revolução proletária depende inteiramente dessa necessidade: pela primeira vez, a teoria, como entendimento da prática humana, deve ser reconhecida e vivida pelas massas. Ela exige que os operários se tornem dialéticos e inscrevam seu pensamento na prática (ibid., p. 85 – 6).

Toda essa visão política de revolução estrutural apresentada está em total sintonia com o momento no qual o livro de Debord foi escrito, pouco antes das manifestações de maio de 1968. Hoje, com o neoliberalismo vitorioso invadindo todo o mundo globalizado, com o enfraquecimento dos sindicatos e a instabilidade no mercado de trabalho, com o fim do Estado de bem-estar social e com as grandes corporações cada vez mais poderosas, fica muito difícil pensarmos numa revolução que consiga em um golpe mudar as estruturas políticas, financeiras e sociais e é ainda mais difícil acreditarmos que essa revolução seja liderada pela classe proletária.

Mas como, então, não nos rendermos a este sistema-mundo dominado pelo capital e pelo pensamento hegemônico imposto por meio da mídia? Nosso próximo passo, na busca por possíveis respostas, será estudar o lugar das imagens e do discurso midiático nos dias atuais, após a realidade descrita por Debord, para podermos tentar pensar em possibilidades de resistência e enfrentamento.

1.3 O homem, a mídia e o real

Como já vimos, o século XX foi o tempo do desenvolvimento das mídias de massa e, conseqüentemente, da produção e difusão de imagens e discursos em escalas inimagináveis até então. Edgar Morin (1997) diz que se a primeira colonização foi dos continentes Africano e Asiático, a segunda é a da “grande reserva que é a alma humana”, pois “a alma é a nova África que começa a agitar os circuitos dos cinemas” (ibid., p. 13). Então, o que percebemos a partir da segunda metade do século é que

um prodigioso sistema nervoso se constitui no grande corpo planetário: as palavras e imagens saíam aos borbotões do teletipos, das rotativas, das películas, das fitas magnéticas, das antenas de rádio e de televisão; tudo que roda, navega, voa, transporta jornais e revistas; não há uma molécula de ar que não vibre com as mensagens que um aparelho ou um gesto tornam logo audíveis e visíveis (ibid.).

Esse mundo em que nos tornamos, dominado pelas mídias de massa, pela publicidade, pelo espetáculo, pelo capital que se fez imagem, tem em Jean Baudrillard um de seus mais duros críticos. É grande o pessimismo do teórico francês que anunciou o fim do real. Ele acredita que vivemos uma época pós-espetáculo: “Já não estamos na sociedade do espetáculo de que falavam os situacionistas, nem no tipo de alienação e de representação específicas que ela implicava” (Baudrillard, 1991: 43). Já não poderíamos mais distinguir o *medium* da realidade, pois ele é “inapreensível, difuso e difractado no real” (ibid., p. 44). Não há mais mídia “no sentido literal do termo(...) isto é, instância mediadora de uma realidade para outra (...). Médium e real são a partir de agora uma única nebulosa indecifrável na sua verdade” (ibid., p. 108). O mundo se tornou “um ecrã total onde os cartazes publicitários e os próprios produtos, na sua exposição ininterrupta, jogam como signos equivalentes e sucessivos” (ibid., p. 98). É a dissolução dos meios de comunicação de massa nas nossas vidas e das nossas vidas neles. Não seria mais possível uma distinção clara entre sujeito e objeto, para dizer que os meios nos manipulam, nos afetam. Não deveríamos mais concebê-los como “agentes exteriores” a nós:

Já nada separa um pólo do outro, o inicial do terminal, há uma espécie de esmagamento de um sobre o outro, de encaixe fantástico, de afundamento de um no outro dos dois pólos tradicionais: implosão – absorção do modo radiante de causalidade, do modo referencial da determinação, com a eletricidade positiva e negativa – implosão de sentido. É aí que a simulação começa (Ibid., p. 46).

Assim sendo, quando não se consegue mais discernir um pólo do outro nos mais diversos domínios - tais como o político, o psicológico ou o midiático - inicia-se a simulação e a “manipulação absoluta”. Não é mais questão de o homem se tornar um espectador passivo, como apontava Debord, mas é mais que isso, é uma “indistinção do ativo e do passivo” (ibid.).

Para Baudrillard, mais até do que a mercantilização das mais diversas áreas vida, o grande empreendimento do ocidente foi a “estetização do mundo, sua encenação cosmopolita, sua transformação em imagens, sua organização semiológica” (Baudrillard, 1992: 23). A partir dessa estetização, o signo se torna o valor absoluto, pois, como o referido autor acrescenta: “Estamos assistindo, além de ao materialismo mercantil, a uma semi-urgência de cada coisa através da publicidade, da mídia, das

imagens” (ibid.). Nesse contexto, vemos que tudo se estetiza na vida social, “tudo é dito, tudo se exprime, tudo toma força ou modo de signo. O sistema funciona não tanto pela mais-valia da mercadoria, mas pela mais-valia estética do signo” (ibid.).

Devido a esse processo descrito no parágrafo anterior, a própria arte foi atingida pelo excesso de circulação de signos, devido à estetização do cotidiano. Com isso, ela foi desaparecendo “em proveito de uma circulação pura das imagens, numa transestética da banalidade” (ibid., p. 17). Vemos, assim, que, para Baudrillard, essa estetização do mundo, em vez de fortalecer a arte, age de forma a fazer com que ela deixe de existir.

Quando o autor analisa a comunicação conseguida com a tecnologia contemporânea, também não chega a conclusões otimistas, já que, para ele, a comunicação “resulta precisamente da incapacidade de uma sociedade superar-se para outros fins” (ibid., p. 18). A informação não produz sentido, para o autor, mas na realidade contribui para a perda de sentido ocasionada pela “ação dissolvente, dissuasiva, da informação, dos media e dos mass media.” (Baudrillard, 1991: 104). A informação provoca um processo autofágico, devorando seus próprios conteúdos, ela “devora a comunicação e o social” (ibid., p. 105). O conhecimento em excesso se dispersa e só se faz presente como excesso, já que abole o silêncio: “as imagens midiáticas (e os textos midiáticos são como imagens) nunca se calam; imagens e mensagens devem suceder-se sem interrupção” (Baudrillard, 1992: 18-19).

Mesmo o homem, vai se tornando homem-signo, homem-imagem. Busca-se uma aparência um visual determinado, acima de uma boa saúde. É o estado “publicitário do corpo”:

Cada um procura seu visual. Como já não é possível achar argumentos na própria existência, só resta fazer ato de aparência sem preocupação de nem mesmo ser olhado. Não se trata de ‘existir, estou aqui’, mas de: ‘sou visível, sou imagem’ – visual, visual! Já nem é narcisismo, é extravasão sem profundidade, um tipo de ingenuidade publicitária em que cada um torna-se empresário da própria aparência (ibid., p. 30).

Esse homem-visual descrito por Baudrillard, é incapaz de ser ao mesmo tempo homem-político. Aqui vemos bem o pessimismo do filósofo, que nos vê em uma fase pós-política, pós-esperanças. Ele afirma que nos tornamos transpolíticos, “seres politicamente indiferentes e indiferenciados”. Diz que se após a revolução sexual surgiu a pergunta “Sou um homem ou uma mulher” e assim “nos tornamos transexuais” (ibid., p. 31), após as tentativas de revolução política e social não sabemos mais onde está

nossa vontade própria e caímos na indeterminação e angústia dessa dúvida. Assim, “tendo investido, digerido e rejeitado as mais contraditórias ideologias, só usando a máscara, também nos tornamos, na mente, talvez sem querer, travestis do político” (ibid., p. 32).

Mas não há mesmo como a política sobreviver ao desaparecimento do real; e para Baudrillard, o real foi destruído. O que o substituiu foi o que o filósofo francês chama de *hiper-real*. É o mais que real, a simulação que já não tem um referencial no mundo, é a produção de “modelos de um real sem origem nem realidade” (Baudrillard, 1991: 8). Não é mais imitação:

trata-se de uma substituição no real dos signos do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo o processo real pelo seu duplo operatório, máquina sinalética metaestável, programática, impecável, que oferece todos os signos do real e lhes curto-circuita todas as peripécias (ibid., p. 9).

O real se dissolveu em simulacros. Baudrillard diz que era isso que temiam os iconoclastas, que destruíam as imagens sacras por pressentirem o poder dos simulacros em dissolver o referente. Temiam que o simulacro de Deus pudesse por acabar apagando Deus da “consciência dos homens” (ibid., p. 11).

O autor diz que a imagem possui quatro fases sucessivas: como reflexo de uma realidade profunda (boa aparência – a representação é do domínio do sacramento); como máscara e deformação de uma realidade profunda (má aparência – do domínio do malefício); como máscara da ausência de uma realidade profunda (finge ser uma aparência – é do domínio do sortilégio); e, por fim, sem relação alguma com qualquer realidade, ela passa a ser o “seu próprio simulacro puro” e deixa de ser de todo do domínio da aparência, passando para o da simulação (ibid., p. 13).

O que Baudrillard chamará de “viragem decisiva” é o momento no qual os signos que dissimulam algo dão lugar aos signos que dissimulam que não há nada. É o início da era dos simulacros e da simulação. Com essa mudança, com a crescente perda do real, iniciam-se uma nostalgia que sobrevaloriza os signos de realidade e, com isso, uma “produção desenfreada de real e de referencial, paralela e superior ao desenfreamento da produção material” (ibid., p. 14). O que dá origem à simulação como estratégia “de real, de neo-real e de hiper-real” (ibid.).

O real foi expurgado e agora “vivemos por toda parte num universo estranhamente parecido com o original” (ibid., p. 20). O autor diz que o que nos resta é

esse curto-circuito entre a realidade e sua reduplicação feita por signos, ou seja, nos resta a simulação, o hiper-real (ibid., p. 39).

Baudrillard nos deixa nessa situação difícil, sem chão, sem real. Aqui nestas páginas, encaramos, no entanto, admirados sua filosofia como sendo uma atitude extremada e agressiva de um pensador que busca numa espécie de neoniilismo uma possibilidade de ataque a este mundo comandado pelo capital e invadido pela mídia. Ele diz que talvez seja o terrorismo o único vestígio de possibilidade de “fazer fracassar o sistema na claridade plena” (ibid., p. 200). O terrorismo serviria como o sorriso irônico “que apaga todo um discurso”, ou como o lampejo de recusa do escravo que “apaga todo o poder e gozo do amo.” (ibid). A seguinte declaração pode nos ajudar a entender a postura teórica deste controverso, mas importante, filósofo:

Se ser niilista é levar, até o limite insuportável dos sistemas hegemônicos, este vestígio de irrisão e de violência, este desafio ao qual o sistema é intimado a responder pela sua própria morte, então eu sou terrorista e niilista em teoria, como outros o são pelas armas. A violência teórica, não a verdade, é o único recurso que nos resta (ibid., p. 200)

Mas, por fim, Baudrillard volta atrás, dizendo que até isso é utopia, pois o sistema absorve mesmo o resultado do terrorismo e o transforma em indiferença por meio da reprodução desenfreada das imagens dos corpos atingidos pelo atentado. O resultado é anulado. Tudo se aniquila na ação dissolvente, dissuasiva da tela da televisão, que iguala e planifica tudo. A pergunta que fazemos é: não seria esse “voltar atrás” do filósofo seu último golpe, seu último atentado de terrorismo teórico? Talvez seja a maneira mais condizente de terminar seu livro “Simulacros e Simulação”, ou então ele não seria, como admitiu ser, um niilista e terrorista teórico.

1.4 A violência das imagens

Mas então, fora o terrorismo teórico de Baudrillard, o que podemos fazer para não aceitarmos a integração passiva? Quais possibilidades de resistência existem ainda? Como combater as imagens e discursos hegemônicos difundidos na grande mídia? Qual o espaço que um novo pensamento de esquerda pode ocupar no mundo contemporâneo dominado pelas imagens? – Essas são perguntas para as quais não temos a pretensão de encontrar respostas unívocas, mas que norteiam a confecção não só deste primeiro capítulo, como também de toda a dissertação.

Este mercado global, tão forte que nos invade as subjetividades por meio da mídia, impõe suas regras e sua moral à sociedade. As imagens veiculadas midiaticamente servem ao mercado em detrimento da própria humanidade, servem aos poucos donos do poder, reforçando seus interesses e sua dominação sobre o resto da sociedade. “Sob a regência neocapitalista das tecnologias da informação e da comunicação, a imagem torna-se o operador de uma visibilidade programática (...) que comunica o tempo todo a mensagem unívoca do mercado” (Sodré, 2006: 98). Essas imagens regem as relações sociais e, desta forma, o mercado subjuga a sociedade por meio da mídia. E a mídia produz a própria realidade; daí sua potência:

Na verdade, há muito tempo se sabe que a linguagem não é apenas designativa, mas principalmente *produtora* de realidade. A mídia é, como a velha retórica, uma técnica política de linguagem, apenas potencializada ao modo de uma antropotécnica política – quer dizer, de uma técnica formadora ou interventora na consciência humana – para requalificar a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado. (Sodré, 2002: 26)

As tecnologias comunicacionais ajudam a construir a sensação social de que o capital é a “divindade-maior” de nosso mundo (ibid., p. 77). Nossa ânsia por consumir é mais sociocultural do que econômica (ibid., p. 90). O homem, submetido com uma enorme intensidade aos meios de comunicação, sofre mudanças na forma como percebe o mundo, como pensa, como se relaciona. Muniz Sodré diz que uma nova forma de vida surge: o bios midiático. Usa, para isso, a classificação de Aristóteles, exposta em “Ética a Nicômaco”, que dividia os cidadãos em três bios: “*bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo)”¹¹.

O midiático é o quarto bios e surge dessa grande expansão do mercado e dos meios de comunicação de massa que alteraram as estruturas sociais contemporâneas. A indústria cultural é “um espaço, de natureza estética e moral, destinado a sustentar uma ‘forma de vida’ (um bios, na terminologia aristotélica), com suas organizações e suas práticas, necessária à circulação dos afetos requerida pelo capitalismo de consumo, pós-fordista” (Sodré, 2006: 56). Esse bios “implica de fato uma reconfiguração do mundo pela ideologia norte-americana (portanto uma espécie de narrativa política), caucionada pelo fascínio da tecnologia e do mercado” (Sodré, 2002: 28).

¹¹ Aristóteles. *Ética a Nicômaco*, livro I, parte 5. Citado por Sodré, 2002: 25.

Como, então, podemos reagir ao pensamento hegemônico mesmo vivendo socialmente dentro de uma nova forma de vida (novo bios) regida pela mídia e pelo mercado? Ao percebermos todos os problemas sociais e políticos, resultantes do processo de difusão e, mesmo, dominação das imagens no mundo, não podemos cair no erro de nos tornarmos novos iconoclastas, reivindicando a censura de imagens ou a utopia de uma não produção de novas imagens. Qual caminho, então, devemos adotar para buscarmos resistir ao pensamento do capital que vem se impondo por meio das imagens?

Voltando ao pensamento de Mondzain, vemos que, para ela, a violência do visível não está ligada à imagem da violência, mas sim à “violência feita ao pensamento e à palavra no espetáculo das visibilidades” (Mondzain, op. cit., p. 43). Mesmo imagens da virtude ou do belo podem estimular a violência, um exemplo claro são os filmes nazistas que exaltando qualidades do povo ariano difundiam ódio e intolerância (ibid., p. 23). Quando se debate o problema das imagens na sociedade cogitando a censura ao conteúdo narrativo delas, se está debatendo um falso problema, já que a violência do visível é a violência da “abolição intencional ou não do pensamento e do julgamento” (ibid., p. 47). O autoritarismo que quer decidir o que deve ou não ser visto, acabando com a liberdade do olhar, não compreende que não é o conteúdo que fará uma imagem violenta ao pensamento.

Com o surgimento do cinema e da televisão, o espaço físico real da tela é o lugar onde imagem e ficção se fazem presentes. A liberdade crítica do espectador será maior conforme também for maior a distância a ele dada em relação ao que se passa na tela. A violação dessa distância é uma violência contra sua liberdade. Se a tela não é mais “um plano de inscrição de uma visibilidade a espera de sentido” (ibid., p. 54), sua violência começou. Para que haja liberdade, o olhar do espectador deve ser um olhar educado para participar da construção de sentido da imagem, ele deve ter o direito e poder de discutir e questionar. Quando o pensamento silencia, o regime das imagens se torna perigoso.

Um exemplo, dado por Mondzain, do que foi dito no parágrafo anterior é que o universo de visibilidades da televisão e do cinema está ligado a uma indústria lucrativa que produz todo tipo de simulacros de plástico e pelúcia que se confundem com o que as crianças vêem nas telas. A vida da criança é invadida por esse domínio do visível que reduz grandemente a distância entre a tela e o mundo fora dela.

O regime das imagens está diretamente vinculado às emoções e aos desejos dos que vêem. Portanto, dominando-se a construção de uma interpretação unívoca das imagens, dominam-se as emoções e os desejos de quem as vê. O comando da produção do visível pode resultar na administração política das emoções e desejos.

Então, para enfrentar essa violência das imagens que buscam calar o pensamento é preciso pensar em como fazer para se criar esse telespectador com “olhar educado” para questionar, dialogar e participar da construção de sentido das imagens. Diante desse espectador, descrito por Mondzain, acreditamos que o poder dos media seja relativizado. Sair totalmente das regras que regem o *bios midiático* não é possível para quem vive e atua em nossa sociedade. O que se busca, portanto, aqui, é descobrir como manter a capacidade de pensar por si mesmo, apesar do bombardeio imagético/discursivo do mercado. Acreditamos que a resposta esteja no processo de construção de nossas subjetividades.

A resistência ao capitalismo parece atualmente ser mais difícil que no passado, já que a esquerda vive uma crise mundial desde quando se tornaram públicas as informações sobre os crimes cometidos pelo governo da antiga União Soviética. O sistema formado por gulag, censura e assassinatos políticos enfraqueceu as esperanças de um projeto revolucionário em nível mundial. Os sonhos de liberdade e igualdade foram frustrados pela crueldade de quem chegou ao poder e usou de todos os expedientes possíveis para lá se manter. O problema é que o lado que venceu a guerra fria não nos oferece nada melhor: em lugar de propagandas oficiais de um partido único, um mundo invadido pela linguagem publicitária; ao invés de uma ditadura oficial, um discurso democrático que esconde atrás de si um sistema de exploração e produção de miséria¹².

No atual momento histórico, convivemos com o perigo de uma esquerda que não acha seu rumo e que, muitas vezes, até tem vergonha ou medo de se assumir esquerda, preferindo designações, e posturas, mais “dóceis” como centro ou centro-esquerda. Quando alguém fala em mudar as regras do jogo, em lutar por justiça e igualdade ou quando critica mais duramente o capitalismo (não a uma ou outra característica dele, mas a sua essência) é taxado como anacrônico, ingênuo, utópico. A sociedade quer nos fazer crer que só existe o caminho único da integração passiva.

¹² Deleuze afirma que “o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade” (1992: 224).

Nossa proposta é que a reconstrução da esquerda deve ter como base o pensamento de Foucault de que a única garantia de liberdade é a própria prática da liberdade (1984: 245), desta forma não incorreremos novamente no erro de acreditar que instalar uma ditadura esquerdista é a atitude certa para que no futuro a liberdade seja alcançada. A história nos mostrou como é difícil sair de uma ditadura, seja ela de esquerda ou direita, e quanta dor ela pode causar.

Buscamos um caminho que nos leve, antes de tudo, a sermos donos de nossas vidas e escolhas pessoais, e que daí, então, nos tornemos militantes em favor da humanidade. Não é uma negação à ação política, mas uma visão de micropolítica, de microfísica do poder. É não adiarmos a conquista da justiça e liberdade para um porvir histórico, mas transformarmos nossas ações diárias em ações políticas.

As somas das pequenas recusas, encontros e agenciamentos resultam em uma vida, uma existência. As existências somadas formam o mundo, a história. Se a sociedade submete a todos por meio da construção maquínica da subjetividade de cada um de nós, lutarmos contra isso dentro de nós mesmos, já é causar um deslocamento, é provocar uma pequena ruptura por onde um pouco de ar puro possa entrar.

Na abertura de “Conversações”, Deleuze explica que as potências (as religiões, os Estados, o capitalismo, a ciência, o direito, a opinião, a televisão) não se satisfazem sendo apenas forças exteriores, pois elas só se fazem valer se atravessarem cada um de nós. Portanto, a resistência deverá ser uma “guerrilha consigo mesmo”. “O inconsciente é uma substância a ser fabricada, a fazer circular, um espaço social e político a ser conquistado” (Deleuze e Parnet, 1998: 94). Bauman, na mesma direção, diz que essa é a oportunidade de nossa época: a responsabilidade dos indivíduos em formar suas próprias identidades. Essa seria a grande liberdade a ser defendida em nosso tempo de pensamento único (Bauman, 1988: 46). A moral macro (social) é totalmente ligada à moral micro (particular), ao nosso sentimento de responsabilidade para com o outro (ibid., p. 90).

A resistência, aqui proposta, vem de um trabalho sobre si mesmo, sobre o inconsciente e a subjetividade. É, também, uma resistência que acredita na força das pequenas ações moleculares. Deleuze diz que precisamos criar jurisprudência¹³, ou seja, atuar, agir, provocar ocorrências, episódios, precedentes. É a crença na ação, no ato de tocar e alterar o real:

¹³ A questão da jurisprudência e dos direitos humanos é tratada em “G de Gauche (Esquerda) – Abecedário de Deleuze”

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (Deleuze, 1992: 218)

Do descontentamento com a condição humana surge a resistência e a vontade de mudança. Por isso, Deleuze¹⁴ afirma que a vergonha de ser homem é fonte de potência criadora. A vergonha não apenas perante os grandes males e vilanias da humanidade, mas também a vergonha “ante a baixeza e a vulgaridade da existência que impregnam as democracias, ante a propagação desses modos de existência e de pensamento-para-o-mercado, ante os valores, os ideais e as opiniões de nossa época” (Deleuze e Guattari, 1992: 140). Esse inconformismo seria “um dos mais poderosos motivos da filosofia” (ibid.). Por sua vez, Sodré fala a respeito do valor ético que une os homens em busca de um mundo mais justo e digno. Esse valor é

enquanto relacionamento visceral com a vida, uma motivação profunda da ação do homem, esse sujeito de um descontentamento radical que o leva a ir sempre além, substituindo a ‘eternidade’ metafísica ou transcendente do ser pela dinâmica histórica e imanente do agir ou do realizar (Sodré, 2006: 149)

Outra importante questão para uma política de resistência é a da criação, da produção da diferença. Para Deleuze, a função da filosofia é a criação e não a reflexão. Então, ao se abrir para o mundo, para o múltiplo, ele tenta extrair dos mais diversos agenciamentos uma ampliação de sua capacidade criativa. Fica sempre à espreita de novos encontros, seja com uma obra de arte, uma música, um romance, um filme. De qualquer um desses encontros poderia nascer algo novo: uma nova maneira de olhar um velho problema, ou mesmo a descoberta de um novo problema a ser trabalhado. Não é uma apropriação de outras áreas que percebe a filosofia como mais importante hierarquicamente, mas sim a formação de um bloco de criação a partir do agenciamento das mais diferentes forças.

A resistência torna-se possível por esta capacidade de se mover, de viajar, de desterritorializar-se, de fugir do mesmo em busca do novo, da diferença. A fuga é resistência, não uma fuga covarde, mas a que permite que não nos sufiquemos na mesmice que tenta a todo tempo nos capturar para controlar. O pensamento nômade,

¹⁴ “R de resistência – Abecedário de Deleuze” e *O que é a filosofia* (Deleuze e Guattari, 1992)

que se abre para o múltiplo, é um perigo em potencial para a dominação do mercado, já que por não se entregar, não permite que o capital e o Estado decidam como se dará a construção da subjetividade.

A criação artística¹⁵ (plástica, musical, literária, cinematográfica) também passa a ser percebida como uma potência de resistência, já que pode fazer parte dos mais diversos agenciamentos, podendo ajudar a produzir um devir revolucionário. Quando se oferece às pessoas “ingredientes” diferentes dos oferecidos comumente pelos meios de comunicação de massa para a construção de subjetividades, está-se ajudando a produzir subjetividades diferentes das que o capital e o Estado pretendem. Assim cria-se o espectador com “olhar educado”, do qual falou Mondzain, capaz de participar da construção de sentidos das imagens.

Se a dominação no mundo contemporâneo se dá principalmente pela construção de subjetividades, neste setor também poderá se dar a resistência. “A produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor quanto para o pior” (Guattari, op. cit., p. 15). Caiafa explica como, para Guattari, processos de singularização podem ser deflagrados mesmo em um ambiente de subjetividades padronizadas:

São as “máquinas estéticas” que, em seu trabalho criador com a expressão, podem abrir brechas nas subjetividades padronizadas (que só desenvolvem aquilo que serve à axiomática capitalista), fazendo brotar singularidades. Ou, como diz Guattari, deflagrando “processos de singularização” (Caiafa, op. cit., p. 66).

1.5 Resistência ao presente

O Estado não é “de modo algum mestre de seus planos; também ele é experimentador, faz injeções, não consegue prever o que quer que seja” (Deleuze e Parnet, op. cit., p. 168). Cada movimento de expansão do capitalismo desencadeia os mais diversos e inesperados agenciamentos complexos; nisto muitos fluxos escapam às previsões. Estes movimentos de expansão de limites fazem parte da própria axiomática capitalística, portanto é inevitável que sempre novos fluxos sejam liberados nas mais diversas direções. A força de expansão gera o poder, mas também a fraqueza a ser atacada do capitalismo. Estes fluxos que escapam ao controle podem resultar em

¹⁵ Os livros de filosofia e as obras de arte teriam em comum “resistir, resistir à morte, à servidão, ao intolerável, à vergonha, ao presente” (Deleuze e Guattari, 1992: 142) e nisso estariam ligados ao povo, mesmo que esse povo, gerado em sofrimento, não se ocupe de arte ou filosofia diretamente.

“conexões” constituindo uma “máquina de guerra” “cujo fim não é mais nem a guerra de extermínio nem a paz do terror generalizado, mas o movimento revolucionário” (Deleuze e Guattari, 1992: 177).

Deleuze explica que, para Foucault, o poder “se exerce mais do que se possui” (Deleuze, 1988: 35). Em toda a sociedade existiriam “inúmeros pontos de enfrentamento, focos de instabilidade, cada um comportando seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória das relações de força” (ibid).

A esperança e força de resistência nascem da percepção de que existem essas brechas por onde agir, pontos fracos a serem atacados. E, como vimos, a produção de subjetividades dissonantes é da maior importância nesta missão de resistir. A arte, a música, a literatura, o cinema, a filosofia, devem ser encarados como armas de guerra na luta para não sermos capturados pelo conformismo e pela massificação produzidos pelos dispositivos de controle. A existência dessas fontes de produção de subjetividades potencialmente diferentes das hegemônicas capacita-nos a resistir aos apelos e sedução da indústria cultural, que, a todo tempo, tenta nos cooptar e nos transformar em pessoas otimistas sem capacidade crítica.

Um otimismo não crítico pode nos impedir de buscar as novas estratégias de que precisamos. Estratégias para ao mesmo tempo fazer uma crítica intransigente do capitalismo e viver as novidades de nossa época numa intensidade e numa parcimônia que não nos subtraíam a dádiva da criação. (Caiafa, op. cit., p. 28)

As forças para lutar contra o pensamento único, contra a opressão do capital, viriam da busca por linhas de fuga e por ar puro, do pensamento dissonante, das pequenas recusas, da procura de criar o novo. Deleuze e Guattari nos provocam e nos convocam: “Falta-nos resistência ao presente” (Deleuze e Guattari, 1992: 140). Convocam-nos a uma existência repleta de inconformismo, mas também de amor à vida. Sua filosofia propõe a busca pelos encontros que aumentem nossa potência de ação, ensina-nos a ficarmos à espreita, atentos à vida e às possibilidades de agenciamentos.

No lugar de uma esquerda política que quer administrar as engrenagens estatais, apontamos aqui para uma militância sem apego ao poder e contra toda espécie de fascismo. Para Deleuze e Guattari, o interessante das revoluções não é a tomada do poder, mas a própria conjuntura revolucionária em si:

O sucesso de uma revolução só reside nela mesma, precisamente nas vibrações, nos enlaces, nas aberturas que deu aos homens no momento em que se fazia, e que compõem em si um monumento sempre em devir, como esses túmulos aos quais cada novo viajante acrescenta uma pedra. A vitória de uma revolução é imanente, e consiste nos novos liames que instaura entre os homens, mesmo se estes não duram mais que sua matéria em fusão e dão lugar rapidamente à divisão, à traição. (ibid., p. 229)

Então, independente do resultado das revoluções, o devir revolucionário tem sua importância crucial por estar em busca do diferente, do novo, do justo e por dizer não ao mesmo, ao pensamento único, às forças do mercado que tentam nos subjugar. Esse pensamento serve como um chamado à ação política, à resistência, à luta por uma vida não fascista.

Além disso, mesmo em tempos de apatia política e sentimento generalizado de impotência frente os grandes males do mundo, devemos buscar manter uma inquietação criativa e a um estado de não-resignação. Pois cada ação individual passa a ser encarada como uma potência imprevisível e sempre há a possibilidade de que uma pequena ruptura promova um grande deslocamento nas relações de poder. A construção de subjetividades pode passar então a ser encarada como um ato político em favor de um mundo mais justo.

Acreditamos, portanto, que cada um dos autores aqui trabalhados tem em comum uma vital importância: criaram textos cujos temas não só fugiram dos padrões estimulados e exaltados pela sociedade regida pelo mercado e pelas imagens, como também criaram discursos de resistência, de enfrentamento às regras impostas por essa sociedade. A existência dessas vozes dissonantes é a prova de que precisávamos para saber que algo do real ainda existe, ainda sobrevive; que o *espetáculo* não conseguiu transformar a todos em passivos espectadores; que o *bios midiático* não acabou com toda e qualquer possibilidade de se pensar fora dos padrões estabelecidos pela mídia. Cada vez que se publica um livro, se profere uma palavra, ou mesmo se dirige um olhar de forma diferente da esperada/estimulada pelos poderes hegemônicos se cria uma pequena resistência. É esse descontentamento com a atual condição humana que moveu cada um desses autores a formularem suas teorias e é esse mesmo sentimento que prova que ainda vivemos e pensamos *apesar* do mercado.

Estudar quais relações de poder atravessam as construções dos discursos midiáticos é, também, uma forma de tentar resistir e de tentar fazer resistir. É desconstruir o discurso hegemônico em busca de brechas que propiciem a ação. E isso é, justamente, o que estamos tentando fazer nesta dissertação.

II PRODUÇÃO DE RIQUEZA E MISÉRIA

As sociedades desenvolvidas de nossos dias têm cada vez menos a ganhar com inovações meramente espaço-temporais. O que as sociedades necessitam cada vez mais é de inovações sociais e filosóficas que terminem com as abissais desigualdades existentes entre nações afluentes e nações miseráveis e, em todas as partes do mundo, entre setores privilegiados e carentes. O que o homem contemporâneo cada vez mais necessita é recuperar o sentido de sua vida, salvá-la de naufrágio num intransitivo consumismo tecnológico em que o homem perde substância pessoal para se tornar mera função e, assim, ser substituível por uma outra função equivalente. Das mais altas às mais modestas funções, o homem-função se torna um homem descartável. (Jaguaribe, 2003: 164)

No primeiro capítulo, vimos como o mercado, por meio das mídias de massa, invade a vida e altera a própria realidade das pessoas, produzindo subjetividades moldadas às suas regras e interesses. Analisamos como, em sua atual fase, o capitalismo é inseparável desse processo construtor de realidade e produtor de subjetividades, já que enquanto o alimenta é também alimentado por ele.

Nosso próximo passo será estudarmos a forma como o capital interfere não só nas decisões e comportamentos individuais, mas também nas leis e no próprio funcionamento do Estado: é a economia que sobrepuja a política, dando a última palavra e definindo os rumos de nações e povos. Veremos ainda que a globalização ao mesmo tempo em que cria novos negócios e faz o dinheiro circular por todo o mundo, também impõe regras que geram miséria e ampliam desigualdades, estimulando a criação de guetos e isolando certos grupos sociais.

Vivemos em um mundo no qual os homens, orgulhosos de seus inventos, de sua tecnologia em evolução constante, paradoxalmente, aceitam, por exemplo, que um enorme número de vidas sejam perdidas em um continente como a África devido à fome e à AIDS; aceitam que a desigualdade social cresça mundialmente, criando-se guetos, nos quais crianças guerreiam com armas de fogo; aceitam que países mais pobres tenham membros de sua população usados, em regime de extrema exploração, como mão-de-obra barata nas fábricas das grandes corporações sediadas em países de primeiro mundo. A sociedade da razão, da objetividade, da eficácia aceita todo este terror como “efeito colateral” inevitável do progresso e da lucratividade.

O lucro se tornou a finalidade única da ação; a propaganda, sua justificativa. Para que alta tecnologia conviva com miséria sem que o cidadão comum se choque, a mídia desempenha papel fundamental, legitimando ideologicamente essa violência

estrutural (Santos, 2000). As próximas páginas pretendem ser um olhar, e a articulação de outros olhares, em direção à questão de como dinheiro e mídia se tornaram as bases de um mundo insensível aos sofrimentos que gera.

2.1 Razão, lucro e competitividade

Certamente, a filosofia sempre teve seus rivais, desde os ‘rivais’ de Platão até o bufão de Zaratustra. Hoje é a informática, a comunicação, a promoção comercial que se apropriam dos termos ‘conceito’ e ‘criativo’, e esses ‘conceituadores’ formam uma raça atrevida que exprime o ato de vender como o supremo pensamento capitalista, o cogito da mercadoria. (Deleuze, 1992: 170)

O *esclarecimento*¹⁶ que se propôs destruir os mitos da antiguidade e as trevas medievais acabou por minar a autoconsciência por meio de novos mitos que ele próprio criou: o mito da técnica como essência do saber, que estimula a automação e esquece a possibilidade de prazer do discernimento; os mitos da calculabilidade e da homogeneidade, que tornam tudo o que não se submete a eles suspeito para o esclarecimento, “aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão” (Adorno e Horkheimer, 1985: 23); o mito da utilidade, que volta tudo para o imediatismo da práxis e tenta abortar todo e qualquer pensamento sem resultado prático imediato; o mito dos dados, que ignora que eles são apenas sintomas epidérmicos de fenômenos mais complexos com sentidos históricos e humanos; o mito da neutralidade científica, que reduz o discernimento à matemática e ao método, tornando dispensável a tarefa de pensar o próprio pensamento.

Pensar o pensamento: tarefa difícil em tempos submetidos à velocidade do *tecnoprogresso* e à ditadura da eficácia. “Dizem, quando um discurso foge ao banal e útil: são uns filósofos... Também dizem: são uns poetas... é como se dissessem: quando tudo o que se tem a fazer é falar, melhor calar – e agir.” (D’Amaral, 2004). A filosofia vem sendo calada, desacreditada. Há os que a declarem morta. E é do interesse de quem lucra com o regime socioeconômico atual que ela não se intrometa. Questões, quaisquer que sejam, são incômodas, pois mesmo que não desestabilizem as bases de administrabilidade do sistema, atrasam a produção. Não se gasta tempo com questões

¹⁶ Usamos aqui a tradução de Guido Antonio de Almeida para a palavra alemã *Aufklärung*. Em sua *Nota preliminar do tradutor* (in: Adorno e Horkheimer. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 1985) Almeida explica que a tradução dessa palavra como *esclarecimento* e não *iluminismo* ou *ilustração*, é mais fiel à totalidade do significado da palavra em sua língua original. Portanto, quando usarmos aqui o termo *esclarecimento* estamos nos referindo ao conceito usado por Adorno e Horkheimer no livro citado.

que não estejam diretamente voltadas para o aumento dos lucros e/ou da produtividade, pois “tempo é dinheiro”. Para Adorno e Horkheimer, o pensamento unicamente “sob a forma de ciência, permanece preso à evolução cega da economia” (op. cit., p. 50).

A filosofia como possibilidade de sobrevivência da autonomia do indivíduo, como arma de guerra - essa parece ser a visão de Gilles Deleuze quando afirma, na abertura de *Conversações* (1992), que ela travaria com as potências uma guerra de guerrilha. Pela possibilidade do pensamento livre das amarras da funcionalidade imediatista, a filosofia é encarada como *arte da guerra* por Marcio Tavares d’Amaral (op. cit., p. 8). São exemplos dos que percebem a necessidade vital de se questionar o próprio pensamento, mesmo que tudo e todos digam que isso é inútil, irrelevante.

A liberdade, que deveria ser fruto do esclarecimento, tropeça nas próprias condições de mundo criadas por ele. A proposta de postura ética kantiana, contida em seu imperativo categórico “age sempre de tal forma que os princípios que norteiam a vontade possam se transformar na base de uma lei universal” (in: Russell, 2003: 391), é contraditória ao esclarecimento pós-kantiano: “o burguês que deixasse escapar um lucro pelo motivo kantiano do respeito à mera forma da lei não seria esclarecido, mas supersticioso – um tolo” (Adorno e Horkheimer, op. cit., p. 85).

Iluminados pela razão, esperava-se dos homens que aprendessem progressivamente a exercer a liberdade e a criar um mundo mais justo, mas não foi isso que aconteceu. Os principais reguladores da vida individual passaram a ser o dinheiro e o consumo. A própria ciência, agora livre dos questionamentos que não os econômicos, passou a servir ao progresso técnico e ao mercado, não à humanidade. A tecnologia, apesar de inegavelmente facilitar a vida humana, avança não apenas no ritmo da necessidade, mas aliada à publicidade cria o compulsivo e irrefletido desejo pelo novo.

Em vez de alcançar a prometida redução do número de problemas que perturbam o controle da vida, a crescente sofisticação das técnicas especializadas redundando na multiplicação dos problemas. Técnicas em busca de aplicação mascaram-se de problemas que pedem solução (Bauman, 1999b: 226)

Não fazemos aqui um ataque ao avanço tecnológico em si, mas às principais forças que o impulsionam e às estratégias desenvolvidas para legitimá-lo. O problema é ele estar atrelado dessa forma ao estímulo ao consumo e à procura pelo lucro e não a uma real busca por melhorar as condições de vida da humanidade. A tecnologia torna-se sua própria legitimação. Bauman diz que é difícil que, em nossa sociedade, um aparato

técnico já disponível deixe de ser usado “deliberadamente por causa de outras considerações não técnicas”, tais como por ser “moralmente questionável ou por concepções filosóficas sobre o valor intrínseco da autonomia humana” (ibid., p. 229). Essa é a autonomia da técnica em relação ao social que, na verdade, esconde atrás de si a autonomia do financeiro em relação a qualquer outro valor. A evolução tecnológica poderia ser direcionada para o bem-estar da humanidade: “jamais houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens” (Santos, 2000: 164). Mesmo que talvez irreversivelmente aderidas ao território e ao cotidiano, as técnicas não estão fadadas a cumprirem eternamente o mesmo papel político hoje destinado a elas: “De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação” (ibid., p. 174). É nesse sentido que Paulo Vaz adverte que é preciso

Instalar um tempo para a ponderação e também aceitar, ou até estimular, a experimentação de si com as novas tecnologias. Essa simultaneidade implica a desaceleração do ritmo das inovações. Não porque nos desumanizam, mas porque nossa transformação e a da Terra não podem estar sujeitas apenas ao ritmo dos desejos criados pela publicidade. Nossa responsabilidade requer a aliança entre a ciência e a democracia, e não apenas aquela entre a ciência e o capital (Vaz, 2003: 91)

Para almejarmos mudanças em relação à aplicação da tecnologia no social, precisamos antes entender como tamanho avanço técnico pode conviver com realidades extremas como, por exemplo, de pessoas passando fome e morrendo de doenças cujas curas há muito foram descobertas. É que no sistema capitalista, ao qual estamos submetidos, no lugar da busca pela igualdade e bem-estar auxiliada pela razão, fortaleceu-se e legitimou-se a mentalidade competitiva e predatória da luta desenfreada pelo lucro. A ganância é legitimada como força geradora do progresso. Nesse sentido que vemos a tecnologia servindo antes de tudo à geração de dinheiro, sendo usada como arma de guerra na luta contra a concorrência. Luta que conduz as empresas a “alimentar uma demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida” (Santos, 2000: 31). Agora, com a globalização da economia, as brutais regras da competição político-financeira se fazem valer em todo o mundo com uma potência crescente, ultrapassando todo tipo de barreira:

O uso da força acaba se tornando uma necessidade. (...) ela é indispensável para competir e fazer mais dinheiro; isso vem acompanhado pela

desnecessidade de responsabilidade perante o outro, a coletividade próxima e a humanidade em geral. (ibid., p. 58)

O individualismo e a competitividade regem a lógica das empresas e os relacionamentos interpessoais. A busca por superar a concorrência faz com que o outro seja sempre percebido como adversário a ser batido. A ajuda desinteressada deixa de existir quando os valores do mercado contaminam o indivíduo, afrouxando todos seus outros valores (ibid, p. 57). Guattari segue a mesma linha de raciocínio que Milton Santos quando diz que “o capital esmaga sob sua bota todos os outros modos de valorização” (Guattari, op. cit., p. 42).

Um exemplo emblemático do que está sendo dito aqui: o McDonald's é uma empresa com alcance global, que vende, junto com seus produtos, uma imagem de felicidade e diversão, mas que trata seus funcionários em alguns países em desenvolvimento de maneira indecente. Douglas Kellner (2003: 51) cita um relatório divulgado pela *Worker's Solidarity Network* que diz que no Vietnã, jovens do sexo feminino com idades entre 17 e 20 anos “são forçadas a trabalhar entre 9 e 10 horas por dia, sete dias por semana” ganhando um salário de cerca de seis centavos de dólar por hora, em fábricas que produzem brinquedos dados como brindes em promoções da corporação de *fast food*. Algumas dessas funcionárias chegaram a ser hospitalizadas como resultado à exposição química e à falta de ventilação adequada no ambiente de trabalho (ibid, p.52), outras apresentaram fortes sinais de estresse e cansaço. O McDonald's se tornou um dos principais ícones do trabalho alienante, da massificação e do chamado imperialismo norte-americano e por isso virou alvo de ataques constantes de manifestantes anti-globalização (ibid.). Uma empresa que é um símbolo do sucesso no mundo dos negócios é, ao mesmo tempo, sinônimo de exploração trabalhista e de desrespeito aos povos de países pobres... Este é o ponto. A lógica dos negócios e finanças tem a exploração do homem pelo homem como um de seus alicerces. Quem não age desta maneira fica em desvantagem em relação ao concorrente. Esta é a prática e o discurso corrente.

Vemos, portanto, que a sociedade da razão criou novos deuses para adorar: o progresso tecnológico e o mercado que, postos acima do próprio homem, adquirem, no discurso do mundo dos negócios e no entendimento público, o status de poderes legítimos a regerem nossas vidas. O geógrafo Milton Santos diz que a tecnologia se apresenta simultaneamente como “um mistério e uma banalidade” (op. cit., p. 45) e que,

portanto, a técnica é aceita mais do que compreendida pela população: “como tudo parece dela depender, ela se apresenta como uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de força quase divina à qual os homens acabam se rendendo sem tentar entendê-la” (ibid.). Muniz Sodré, analisando o mesmo fenômeno, afirma que:

Em princípio, seria o homem, senhor e dono da tecnologia, o seu próprio deus. Por trás desta aparência, entretanto, se encontra o poder do valor econômico como lei estrutural de organização do mundo, portanto, o *capital*, abstrato e intocável, que se erige em última análise como divindade maior. (Sodré, 2002: 77)

Vamos, então, apresentar dois exemplos de como o capital e as regras de mercado são percebidas e respeitadas como instâncias superiores que definem as regras da política e da sociedade:

1) Países em desenvolvimento possuem dívidas externas cujas quitações todos sabem serem impossíveis. Estas dívidas acabam servindo de arma aos países credores cada vez que são renegociadas. Os devedores são obrigados a transferir dinheiro, por exemplo, de áreas como educação e saúde para pagarem os juros de uma dívida que cresce a cada ano e que os torna cada vez mais frágeis e dependentes dos que os exploram¹⁷. Bauman chama a atenção para o fato de que se na década de 1970, o débito dos países de terceiro mundo estava em torno de 200 bilhões de dólares, já na metade dos anos 1990 já se aproximava “da atordoante cifra de 2.000 bilhões de dólares” (Bauman, 1998: 76). Cerca de dez anos depois, o economista e cientista político Eric Toussaint nos traz as informações de que “a dívida total dos países pobres bate na casa de US\$ 1,6 trilhão, o que configura um escândalo. Em 2004, esses países transferiram US\$ 300 bilhões para o mundo desenvolvido apenas no pagamento de juros e serviços”¹⁸. Somente a lógica interna das finanças para justificar a manutenção dessa situação, lógica essa que se coloca à frente de qualquer outra e é muitas vezes vista como inquestionável.

2) Incontáveis vidas estão sendo perdidas na África vítimas da AIDS - em Botsuana, por exemplo, essa doença fez com que a expectativa de vida caísse de 70 para

¹⁷ Milton Santos defende que esse acaba sendo um processo de geração de pobreza e carência que inviabiliza a governabilidade desses países: “Jungidos sob o peso da dívida externa que não podem pagar, os países subdesenvolvidos assistem à criação incessante de carências e de pobres e começam a reconhecer sua atual situação de ingovernabilidade, forçados que estão a transferir para o setor econômico recursos que deveriam ser destinados à área social” (op. cit., p. 152)

¹⁸ Disponível em <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=520> – consulta em 01/2008

36 anos entre a metade da década de 1990 e a virada do século (idem, 2005: 60). Laboratórios do primeiro mundo que possuem a patente dos remédios usados para controlar a doença não vêem a menor lógica em permitir que eles sejam fabricados sem que se pague o preço de mercado pelos direitos de propriedade intelectual. Então, aos olhos do mercado (ou seja, do regente do mundo), se os africanos não possuem dinheiro suficiente, isto não é problema dos laboratórios que criaram os medicamentos e querem o retorno do investimento e todo o lucro possível de alcançar.

Os exemplos citados acima apresentam a lógica do mercado, das finanças, do progresso meramente técnico. Uma lógica hostil à humanidade, porém criada e obedecida pelos homens. “De fato, de maneira gradual, mas inexorável, torna-se um axioma do discurso público que tudo o que economicamente ‘tem sentido’ não necessita de apoio de nenhum outro sentido – político, social ou categoricamente humano” (idem, 1998: 61). Isso fica ainda mais claro e drástico quando falamos do capital financeiro global: “A ação territorial do dinheiro global em estado puro acaba por ser uma ação cega, gerando ingovernabilidades, em virtude dos seus efeitos sobre a vida econômica, mas também sobre a vida administrativa” (Santos, 2000: 101). O capital se torna irreferencial, como advertia Baudrillard:

O capital (se é que ainda se pode chamá-lo assim) não leva em consideração a economia política nem a lei de valor: é nesse sentido que ele consegue escapar a seu próprio fim. Funciona doravante além de suas próprias finalidades e de maneira totalmente irreferencial (Baudrillard, 1992: 17)

2.2 A economia sobrepuja a política

Na contemporaneidade, os governos estão cedendo suas responsabilidades para a iniciativa privada. Mesmo o estado de bem-estar social não tem mais lugar na nova ordem socioeconômica. A rede de segurança que representava os dispositivos de previdência cumpria a função de assegurar a todos os membros da sociedade a possibilidade de sobrevivência digna em caso de desemprego até que conseguissem se reinserir no mercado de trabalho. “O estado de bem-estar não era concebido como uma caridade, mas como direito do cidadão, e não como o fornecimento de donativos individuais, mas como uma forma de seguro coletivo” (Bauman, 1998: 51). Hoje, Bauman adverte que não há perspectivas de voltar ao mercado para muitos desempregados e que a situação dessas pessoas “não apresenta interesse presente ou

futuro para os que dirigem a economia” (ibid.). O discurso vigente coloca as pessoas que necessitam da ajuda da previdência como parasitas que se aproveitam da sociedade. Esses desempregados tornam-se símbolos da “recompensa ao pecado”, segundo o sociólogo polonês. Entretanto, a verdade é que

os pecados pelos quais o estado de bem-estar original se destinava a pagar eram os da economia capitalista e da competição de mercado, do capital que não podia manter-se solvente sem enormes custos sociais em existências despedaçadas e vidas arruinadas – os custos que, no entanto, ele se recusava a pagar, ou não podia pagar sob a ameaça de insolvência (ibid., p. 52)

O seguro coletivo foi abandonado e com ele também foram essas “existências despedaçadas” e “vidas arruinadas” pelo capital. Mesmo os que estão empregados, mas recebem baixos salários acabam condenados a receberem serviços precários por parte do Estado.

O desvio do projeto da comunidade como defensora do direito universal à vida decente e dignificada para o da promoção do mercado como garantia suficiente da universal oportunidade de auto-enriquecimento aprofunda mais o sofrimento dos novos pobres, a seu mal acrescentando o insulto, interpretando a pobreza com humilhação e com a negação da liberdade do consumidor, agora identificada com a humanidade (ibid., p. 34)

Na prática, a educação, a segurança e a saúde de qualidade mínima são, cada vez mais, privilégios de quem pode pagar e não direitos de todo e qualquer cidadão. A cidadania é trocada pelo consumo. Boaventura de Sousa Santos cita reveladoras informações da Organização Mundial de Saúde: “1/5 da população mundial não tem qualquer acesso a serviços de saúde modernos e metade da população mundial não tem acesso a medicamentos essenciais” (2005: 35). O progresso de nossa sociedade de eficácia só vale para quem possui condições financeiras de pagar por ele. Este cenário parece mais sombrio ainda quando vemos que

o aumento das desigualdades tem sido tão acelerado e tão grande que é adequado ver as últimas décadas como uma revolta das elites contra a redistribuição de riqueza com a qual se põe fim ao período de uma certa democratização da riqueza iniciado no final da segunda guerra mundial (ibid., p. 34).

A distância que separa financeiramente os mais ricos e o mais pobres aumentou nos últimos tempos de maneira preocupante e inédita; segundo Bauman: “A quinta parte socialmente mais alta da população mundial era, em 1960, trinta vezes mais rica do que o quinto mais baixo; em 1991, já era sessenta e uma vezes mais rica.” (Bauman, 1998:

76). No início da década de 1990, essa quinta parte mais privilegiada da população desfrutava de 84, 7% do produto mundial bruto, 84, 2% do comércio global e 85% do investimento interno, enquanto à quinta parte mais pobre das pessoas restava usufruir de, respectivamente, 1,4%, 0,9% e 0,9% (ibid.). Já em seu livro sobre a globalização (1999) Bauman cita dados coletados pela ONU que dizem que a soma da riqueza dos 358 maiores “bilionários globais” resulta no mesmo valor que a “renda somada dos 2,3 bilhões mais pobres (45% da população mundial)” (1999: 78).

A globalização não é “um processo consensual” da evolução humana, embora esta seja uma das idéias dominantes. Na verdade é, segundo Boaventura de Sousa Santos, “um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro” (2005: 27). Quando falamos em “campo de conflitos”, é importante lembrarmos que as regras desses conflitos são as regras da competitividade e da luta pelo maior lucro e que estas são regras impiedosas que privilegiam os fortes (se não levarmos isso em conta, nos arriscamos a incorreremos no erro de acreditarmos no falacioso discurso neoliberal de igualdade de condições de possibilidade para se buscar a prosperidade). Milton Santos nos alerta: “Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo.” (Santos, 2000: 67).

A abertura de mercado, assim como o papel do Estado na economia e as “políticas de desenvolvimento” a serem adotadas são imposições verticais dos países mais influentes e poderosos aos países periféricos. “Abrir de par em par os portões e abandonar qualquer idéia de política econômica autônoma é a condição preliminar, docilmente obedecida, para receber assistência econômica dos bancos mundiais e fundos monetários internacionais” (Bauman, 1999: 76). As diretrizes que guiam a globalização foram determinadas pelos “Estados centrais do sistema mundial”, ainda na década de 1980, no chamado “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington” (Santos, 2005: 27). Mesmo que, passado o tempo, muitas regras sejam, com certa constância, revistas ou substituídas, a estrutura hierárquica que comanda a globalização ainda existe.

Milton Santos afirma que o mundo é regido pelo poder despótico do dinheiro. O que vemos é não só países pobres sendo explorados pelos ricos, mas homem explorando homem em qualquer nível de relação que envolva capital. Porém, quando tratamos das

grandes corporações globalizadas a situação é agravada porque toda ação se desumaniza e todo funcionário pode se esconder atrás do argumento de que está “cumprindo ordens superiores”, e os “superiores”, por sua vez, alegam que precisam atingir as metas financeiras estabelecidas pela empresa ou serão demitidos. Assim, esquece-se de que a empresa é constituída por seres humanos e que toda e qualquer atitude corporativa que tome não deixa de ser ação humana e que, portanto, está sujeita à ética e não apenas a dados estatísticos e à lógica financeira. Entretanto, no mercado financeiro global “as regras são estabelecidas e abandonadas no curso da ação, e o mais forte, o mais habilidoso, o mais veloz, o que tem maiores recursos e o mais inescrupuloso é que as impõem e derrubam” (Bauman, 2005: 83).

No documentário “A corporação”¹⁹, estas empresas globais têm suas atitudes comparadas ao modo de agir de um psicopata, já que não se importam com o bem-estar alheio, não apresentam remorsos nem compaixão e passam por cima de qualquer dilema moral para alcançar seus objetivos. Maiores se tornam nossas preocupações, portanto, quando constatamos que estas corporações cada vez mais dominam a economia mundial e que, em muitos países, leis são modificadas para se adequarem aos seus interesses.

Num mundo em que os principais atores já não são estados-nações democraticamente controlados, mas conglomerados financeiros não eleitos, desobrigados e radicalmente desencaixados, a questão de maior lucratividade e competitividade invalida e torna ilegítimas todas as outras questões, antes que se tenha tempo e vontade de indagá-las (Bauman, 1998:61)

Reforçando o que foi dito por Bauman, trazemos os dados fornecidos por Tony Clarke e citados por Boaventura de Sousa Santos: “das 100 maiores economias do mundo, 47 são empresas multinacionais; 70% do comércio mundial é controlado por 500 empresas multinacionais; 1% das empresas multinacionais detém 50% do investimento direto estrangeiro” (op. cit., p. 31). Voltando a Bauman, ele informa que “as cinco maiores companhias ‘não-nacionais’ tiveram uma movimentação conjunta exatamente duas vezes maior do que a do total da África sub-saariana” (1998: 74).

É muito difícil definir onde termina o mercado nacional e começa o internacional, está tudo extremamente ligado. E com empresas com tamanho poder financeiro não é difícil percebermos a influência que podem ter sobre a esfera política das nações, principalmente as mais pobres. Os governos nacionais não devem tentar

¹⁹ “A corporação” (The corporation, Canadá, 2004). Documentário. Dir.: Mark Achbar e Jennifer Abbott.

interferir na vida econômica contra os interesses das grandes forças internacionais do capital ou enfrentarão “imediata e furiosa punição dos mercados mundiais” (idem, 1999: 74).

Já incapazes de se manterem guiados apenas pelos interesses politicamente articulados da população do reino político soberano, as nações-estados tornam-se cada vez mais executoras e plenipotenciárias de forças que não esperam controlar politicamente. (ibid., p. 73).

Essas corporações milionárias procuram tirar o máximo proveito da flexibilidade das leis dos países pobres que, com altos índices de desemprego, se sujeitam às vontades dessas empresas. Mão de obra infantil, carga horária de trabalho excessiva, condições insalubres, salários extremamente baixos, são algumas das condições que essas multinacionais impõem às populações pobres dos países que disputam entre si para terem suas filiais em seu território. De acordo com Bauman, essas companhias têm investido crescente capital em localidades com estados fracos, estados que “podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais da região, assegurando o pouco de ordem exigido para a condução dos negócios, mas não precisam ser temidos como freios eficazes à liberdade das companhias globais” (1998: 84).

Devido à precária situação do mercado de trabalho dos países em desenvolvimento, estes ficam sem poder de barganha frente a essas empresas. Ao menor sinal de resistência ou tentativa de negociação por melhores condições, elas ameaçam se transferir para outros locais. “O capital pode sempre se mudar para locais mais pacíficos se o compromisso com a ‘alteridade’ exigir uma aplicação dispendiosa da força ou negociações cansativas. Não há necessidade de se comprometer se basta evitar” (idem, 1999: 18). Na globalização, segundo Milton Santos, as relações econômicas são implacáveis, “não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo” (op. cit., p. 45).

2.3 Liberdade e mobilidade para poucos

Se a nova extraterritorialidade da elite parece uma liberdade intoxicante, a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais com uma prisão – tanto mais humilhante pela intrometida visão da liberdade de movimento dos outros (Bauman, 1999: 31).

Os investidores contemporâneos buscam o máximo de liberdade do dinheiro e querem se ver livres das “obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais de vida” (ibid., p. 16). Essa é a liberdade almejada pelas elites financeiras: a liberdade “para explorar e abandonar as conseqüências dessa exploração” (ibid.). A mobilidade dos recursos dos grandes capitalistas de hoje “não enfrentam limites reais o bastante – sólidos, firmes, resistentes – que obriguem ao respeito.” (ibid., p. 18). O resultado dessa radical liberdade do capital é a não existência de qualquer responsabilidade moral, política ou social.

Não é que as máfias globais operem nos interstícios das estruturas jurídicas monitoradas e obedecidas pelos Estados-nações; é que, uma vez libertas das restrições legais efetivas e dependendo unicamente do diferencial de poder em vigor, todas as operações no espaço global seguem (segundo o planejado ou por falha) o padrão até aqui associado às máfias, ou à corrupção das normas da lei ao estilo mafioso. (idem, 2005, p. 84).

A flexibilização das leis trabalhistas é um outro reflexo dessa “busca por liberdade” da elite. Tira-se do empregado parte de seus direitos, as bases de sua estabilidade, dobra-se sua espinha, amolecendo seu poder de resistência e tornando-o flexível, facilmente descartável e substituível. Bem diferente é a flexibilidade do empregador, que é caracterizada pela “liberdade de desprezar todas as considerações que ‘não fazem sentido economicamente’” (idem, 1999, p. 112). A flexibilidade dos donos do capital é a de ir aonde no momento parece mais rentável e na primeira dificuldade deixar tudo pra trás. “Os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, como as mudanças nas regras de contratação e demissão” (ibid., p. 113).

Para os empregadores existe um mundo de opções de investimentos no qual eles podem a qualquer momento ir ou vir, de acordo com qual a direção julgarem mais lucrativa. Aos empregados não resta opção, eles têm que se curvar às regras estabelecidas pelos primeiros. É a extrema mobilidade de um imobilizando o outro - a liberdade da elite que gera a subjugação e o aprisionamento do assalariado. “A mobilidade e sua ausência indicam a nova polarização moderna avançada ou pós-moderna das condições sociais” (ibid.).

A distância é um produto social e não um dado objetivo, como explica Bauman (ibid., p. 19). Dependendo da velocidade com que a percorremos, a distância parece ser

maior ou menor. Como os mais pobres não têm acesso à maior parte das facilidades tecnológicas que permitem a superação de qualquer distância em cada vez menor tempo, a imobilidade deles é agravada em relação aos mais ricos. Por exemplo, enquanto determinada distância para alguns é praticamente intransponível, para outros, percorrê-la é atividade corriqueira. Contando ainda com o fato de que hoje a informação e o capital podem ir de um ponto a outro do planeta instantaneamente e que quem os controla são os mais ricos, percebe-se como o abismo de poder entre eles e os mais pobres se amplia. A “anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais” polariza ainda mais a sociedade (ibid., p. 25); emancipa determinados grupos sociais de maneira inédita, enquanto outros se mantêm presos a suas localidades. Localidades essas com seus traços culturais cada vez mais determinadas por forças extraterritoriais que fogem completamente do controle dos moradores. Uns têm a possibilidade de não só vencer distâncias cada vez maiores em menos tempo, como de agir a distância; já outros além de confinados às suas localidades perdem grande parte dos laços culturais que os unia a suas comunidades. “Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés.” (ibid., p. 25).

A essência da “crescente miséria e desespero de muitos ‘imobilizados’ e das “novas liberdades dos poucos com mobilidade” (Ibid., p. 80) é a mesma: o sistema capitalista e os usos hegemônicos que se fazem nele das novas tecnologias. Embora as grandes fortunas geradas da noite para o dia pelo capital especulativo possam parecer pertencer a um mundo completamente diferente do da pobreza daqueles que mal têm acesso a saneamento básico, tudo está relacionado sob as enormes forças econômicas que regem a sociedade.

Seu motor (da economia atual) já não é mais a infra-estrutura da produção material nem a superestrutura; é a desestruturação do valor, é a desestabilização dos mercados e das economias reais, é o triunfo de uma economia despida de ideologias, das ciências sociais, da história, de uma economia despida da Economia e entregue à especulação pura, de uma economia virtual despida das economias reais (não realmente, é claro: virtualmente – mas hoje justamente não é a realidade, é a virtualidade que detém a força) (Baudrillard, 1992: 41).

Fortunas podem ser retiradas instantaneamente de um país em uma espécie de jogo virtual com conseqüências reais e potencialmente letais para os pobres impossibilitados de participarem ativamente dele.

As viagens globais dos recursos financeiros são talvez tão imateriais quanto a rede eletrônica que percorrem, mas os vestígios locais de sua jornada são dolorosamente palpáveis e reais: o ‘despovoamento qualitativo’, a destruição das economias locais outrora capazes de sustentar seus habitantes, a exclusão de milhões impossíveis de serem absorvidos pela nova economia global (Bauman, 1999: 83)

O dinheiro globalizado, que migra de um país a outro instantaneamente, tem grande parte das vezes sua trajetória determinada por especulações. O mercado de ações de um país pode ser levado ao desespero por causa de um boato ocorrido do outro lado do mundo (Sodré, 2002: 20). Isso dá um grande poder a quem controla os meios de comunicação de massa, já que eles determinam a intensidade com que divulgam, por exemplo, uma frase alarmista de um político ou economista. Investimentos são feitos calculando-se riscos e potencialidades futuras de uma empresa ou país. Lida-se cada vez mais com o que ainda não há: o futuro. As projeções feitas por especialistas ganham potência para afetar economias de países inteiros e desestabilizar governos. Pode-se apostar contra ou a favor de uma economia local e com isso alavancá-la ou desestabilizá-la:

Aposta-se que vai acontecer determinada coisa, por exemplo, que o real vai se desestabilizar, e o sinal emitido por essa aposta ameaça de fato a estabilidade. Não é a economia verdadeira que faz desmoronar o real, mas uma aposta. Esse ato gera no presente a desestabilização, realizando um futuro que era estritamente virtual, uma aposta de especulação. (D’Amaral, 2003: 21)

As vidas milionárias sustentadas pelo jogo especulativo do capital têm, sim, ligação direta com as imensamente mais numerosas vidas levadas na miséria. O mesmo mecanismo gera a riqueza de poucos e a pobreza de muitos, o luxo e a fome, os shoppings e as favelas. Muitas vezes, inclusive, a ligação entre dor e lucro se faz didaticamente clara: no documentário “A corporação” (Canadá, 2004), um homem que trabalhava com investimentos na bolsa de valores, admitiu que enquanto via nos noticiários televisivos as imagens dos poços de petróleo queimando, na primeira guerra do golfo, não podia deixar de pensar em como aquilo seria lucrativo, em como aquela guerra faria o preço dos barris de petróleo subir e em como lucraria com isso. É apenas mais um exemplo de como funciona todo esse processo. Guerras gerarem lucros para alguns e dor para muitos não é um atributo dos novos tempos de globalização. Porém, agora, os lucros são potencializados pela tecnologia, pela incrível fluidez do capital,

pelos investimentos globalizados. Dessa maneira, é crescente e sem rosto a rede de influências que pode desejar guerras ou mesmo a “simples” desestabilização da economia de determinado país - o que pode ter resultados devastadores sobre a vida de algumas camadas sociais.

Entretanto, com a descrença contemporânea nos grandes projetos de “engenharia social”, fica mais fácil para os ricos se sentirem confortavelmente impotentes em relação às agruras dos pobres. “Estes aceitaram e declararam que pouco podem fazer para melhorar a sina dos outros” (Bauman, 1999b: 273). Apesar de, como vimos, a riqueza e a miséria serem geradas pelos mesmos mecanismos e existirem uma por causa da outra, os mais ricos se sentem desobrigados de qualquer tentativa real de mudança. Bauman diz que nossa sociedade foi dividida em duas metades: a dos “felizes seduzidos” e dos “infelizes oprimidos”, sendo que a mentalidade contemporânea que gera o estado atual da ordem social é celebrada pela primeira metade enquanto aumenta a “miséria da segunda” (ibid., p. 274). Os mais prósperos não se sentem responsáveis pelos que são esmagados pelo sistema socioeconômico, pois aprenderam a responsabilizar os pobres por sua pobreza.

A primeira metade pode abandonar-se à descuidada celebração apenas porque se convenceu, satisfeita, de que a miséria da segunda é uma *opção* legítima dessa metade ou, pelo menos, uma parte legítima da estimulante diversidade do mundo. Para a primeira metade, a miséria é a ‘forma de vida’ que a segunda escolheu – quando nada por levar um estilo de existência despreocupada e negligenciar o dever de escolha (ibid., p. 274)

É a privatização invadindo todas as esferas da vida. Os problemas humanos e a responsabilidade por suas soluções também se tornaram assuntos privatizados. Não são mais males sociais, mas individuais, assim como suas possíveis soluções. O cidadão transformado em mero consumidor é visto como o único a ser culpado pelos problemas que sofre devido supostamente à sua inépcia ou negligência em conquistar capital que o possibilitaria pagar pela solução de suas dificuldades. O fracasso na tentativa de se tornar um bom consumidor traz vergonha e culpa no lugar de revolta política (ibid., p. 276). A frustração é assunto privado, a sociedade se torna ainda mais individualista e egoísta e as possibilidades de agenciamentos políticos coletivos em busca de melhorias nas condições de vida são cada vez mais enfraquecidos.

A solidariedade e o respeito à alteridade também têm suas bases corroídas, já que as figuras do miserável e do inepto/relapso se confundem com esse processo

discursivo de responsabilização dos pobres por sua pobreza. Existem muitas fórmulas “visando tornar imaculada a consciência dos seduzidos” (ibid., p. 274). Há grandes quantidades de todo tipo de especialistas (cientistas políticos, sociólogos, economistas, etc) prontos para “tranquilizar os ricos garantindo que a pobreza dos pobres é problema deles, dos pobres, ao passo que a resistência dos pobres à pobreza é problema dos órgãos de segurança encarregados de manter a lei e a ordem” (ibid). Em relação à miséria, a atitude vista pelos ricos como a mais responsável é chamar a polícia e lavar as próprias mãos.

2.4 A invenção do outro

Em dicotomias cruciais para a prática e a visão da ordem social, o poder diferenciador esconde-se em geral por trás de um dos membros da oposição. O segundo membro não passa do *outro* do primeiro, o lado oposto (degradado, suprimido, exilado) do primeiro e sua criação. Assim, a anormalidade é o outro da norma, o desvio é o outro do cumprimento da lei, a doença é o outro da saúde, a barbárie o outro da civilização, o animal o outro do humano, a mulher o outro do homem, o forasteiro o outro do nativo, o inimigo o outro do amigo, ‘eles’ o outro de ‘nós’, a insanidade o outro da razão, o estrangeiro o outro do súdito do Estado, o público leigo o outro do especialista. Um lado depende do outro, mas a dependência não é simétrica. O segundo lado depende do primeiro para o seu planejado e forçado isolamento. O primeiro depende do segundo para sua auto-afirmação (Bauman, 1999b: 22 – 3).

Para podermos melhor falar dos processos de exclusão social dos pobres, de formação de guetos e de criminalização da pobreza no Brasil contemporâneo, vamos fazer um breve parênteses e voltar no tempo. Iremos estudar o processo pelo qual a construção de um discurso a respeito de outros povos ou grupos sociais que os apresentem como inferiores contribui para a legitimação de ações violentas contra os mesmos. A não tentativa de compreensão da alteridade gera a autorização da violência, da intolerância e da exploração.

Nas próximas páginas deste capítulo, iremos traçar um breve caminho que apresente o discurso que difundiu a visão eurocêntrica como o principal responsável pela frieza com a qual o ocidente explorou e massacrou os povos indígenas das Américas; faremos isso para em seguida apontarmos para a maneira como a mesma lógica resulta atualmente na condenação das pessoas mais pobres a viverem em guetos; por fim, veremos, por meio da análise de algumas matérias jornalísticas, como hoje o

discurso da imprensa contribui para a criminalização da pobreza e legitima o uso de violência policial contra os moradores desses guetos.

Portanto, procurando compreender esses problemas em nossa sociedade atual, nessa época de virtualidades, dominada pelos meios de comunicação de massa e pelo capital global, vamos tentar encontrar algumas de suas raízes voltando na história:

O que se seguiu foi um massacre sem precedentes. Todos que os francos encontraram na cidade, homens, mulheres, crianças, foram mortos pela espada. As ruas ficaram encharcadas com rios de sangue e destruição. Esta foi a principal conclusão lógica de uma doutrina religiosa que não somente aceitava a guerra como também encorajava-a como sendo um ato de penitência, afirmando que o derramamento de sangue pagão era considerado um ato de redenção. (Bartlett, 2002: 147 – 8)

O evento acima narrado foi um dos muitos massacres estimulados pela igreja na época das cruzadas. Embora esse período histórico não seja alvo de análises no presente estudo, é interessante notarmos como um discurso percebido como legítimo e coerente por determinado povo e em determinada época pode ser responsável por enormes atrocidades. Juntamente com a fé religiosa, a crença de que os povos a serem atacados, saqueados e mortos eram inferiores foi responsável por tanto sangue.

As Cruzadas serviram como formadoras de uma identidade européia e trouxeram o sentimento de justiça em relação às guerras apoiadas pela igreja. “A religiosidade feudal preparou o terreno para a conquista racial” (Shohat e Stam, 2006: 96).

No final do século XV, os europeus começaram a invasão e conquista do continente americano, as quais a igreja, em sua ânsia por conversões, poder e ouro, apoiou e participou. Mais uma vez, matar pagãos era visto como uma atitude louvada pelos religiosos cristãos. O cenário muda, mas a tragédia se repete: no lugar da espada a pólvora e no dos mulçumanos os indígenas.

Toda a invasão ao chamado “novo mundo” se deu junto a um discurso legitimador: as terras “descobertas”, na verdade, já eram habitadas há cerca de trinta mil anos; as mais diversas culturas existentes entre os indígenas americanos (de pequenas sociedades patriarcais a impérios e cidades-estados com agricultura baseada em noções complexas de astronomia) são reduzidas, no discurso europeu, a costumes primitivos; os saques e assassinatos são narrados como feitos heróicos de homens civilizados que levavam o progresso para terras selvagens; as tentativas de destruição da cultura das dezenas de milhões de pessoas que já viviam nas Américas é relatada como a conversão de pobres almas pagãs à palavra de Deus.

Fortalecia-se, desta forma, a construção da visão eurocêntrica, ou seja, a narrativa histórica do mundo que coloca a Europa como centro e início da civilização. É uma visão que se naturalizou e fez com que a crença de que a cultura européia é superior às outras seja aceita como senso comum em boa parte do mundo até os dias atuais.

Michel de Certeau (2002) expõe claramente como Jean de Léry²⁰, ainda na segunda metade do século XVI, alterna em sua escrita a visão religiosa e um primórdio de preocupação científica de relatar “a verdade das coisas”. Em toda sua narrativa das experiências quando em contato com os “selvagens” do “novo mundo” mantém sempre uma postura de orgulhosa superioridade, mesmo quando tem um olhar benevolente ou “encantado” em relação aos índios. Neste trabalho, o que mais nos importa ressaltar é como a escrita, louvada por Léry como símbolo desta superioridade por poder conservar a origem dos acontecimentos, é usada por ele para impor “sua” verdade ao registro histórico. Como donos da palavra escrita, os europeus inventaram “o outro”, o indígena, de acordo com seus (pré)conceitos e com seus objetivos políticos e financeiros. Bauman explica a relação entre a construção do “outro” e a produção de narrativas:

São os amigos que definem os inimigos (...). São os amigos que controlam a classificação e a designação. A oposição é uma realização e uma auto-afirmação dos amigos. É o produto e a condição do domínio narrativo dos amigos, de sua narrativa como dominação. Na medida em que dominam a narração, estabelecem seu vocabulário e lhe dão um sentido, os amigos estão realmente em casa, entre amigos, à vontade. (Bauman, 1999: 62-3)

As narrativas eurocêntricas foram formando a mentalidade ocidental. Segundo Shohat e Stam, mesmo importantes filósofos europeus se deixaram contaminar pelo sentimento de superioridade da raça branca. Locke não acreditava que os índios fossem dotados de pensamento racional, Kant declarou que negros e índios eram menos capazes mentalmente, opinião também defendida por Hume, que afirmou que os negros possuíam uma inferioridade natural em relação aos brancos. Porém, existiam vozes dissonantes como a do francês Montaigne que em pleno século XVI já criticava a ganância européia e denunciava os crimes históricos que estavam sendo cometidos²¹. Porém, o senso comum era a idéia de superioridade natural dos brancos europeus.

²⁰ O texto de Léry no caso é intitulado *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brèsil*, os relatos de sua estada na baía do Rio de Janeiro entre 1556 e 1558, publicado no ano de 1578.

²¹ SHOHAT e STAM, op. cit., p. 124 e 132

Vê-se, portanto, que a conquista do novo continente apenas deu início à construção da visão eurocêntrica. A partir de então, cada vez mais a religião dividirá espaço com a fé no progresso. Com o desenvolvimento das ciências sociais, o discurso eurocêntrico ganha nova força. A razão científica legitima a exploração e massacre de povos não europeus.

Durante todo o processo de colonização, os povos nativos e os escravos trazidos da África foram vistos como naturalmente inferiores e sua exploração ou morte são percebidas como as atitudes mais racionais a se ter. Bauman apresenta um discurso do general Roca, o comandante de uma das chacinas impostas às populações indígenas da Argentina. Roca disse que o auto-respeito obrigava a ele e a seus compatriotas a:

sufocar o mais cedo possível, pela razão ou pela força, esse punhado de selvagens que destroem nossa riqueza e nos impedem de ocupar de vez, em nome da lei, do progresso e de nossa própria segurança, as terras mais ricas e mais férteis da República. (In: Bauman, 2005: 52)

Já Ella Shohat e Robert Stam nos trazem a declaração do ex-presidente estadunidense Andrew Jackson contra os que se apiedavam dos indígenas mortos pelos brancos:

Que bom homem preferiria um país coberto de florestas e alguns milhares de selvagens à nossa república, repleta de cidades grandes e pequenas, fazendas prósperas ocupadas por mais de 12 milhões de pessoas felizes, que aproveitam todas as benções da liberdade, da civilização e da religião? (Andrew Jackson citado por Shohat e Stam, op. cit., p.129)

Por fim, para ficarmos com as idéias de mais um ex-presidente dos EUA, Bauman diz que “Theodore Roosevelt apresentou o extermínio de índios norte-americanos como um serviço altruísta prestado à causa da civilização” (2005: 51).

2.5 Formando cidadãos e gerando exclusões

O projeto desenvolvimentista que tomou conta da mentalidade da Europa a partir de então tinha forte reflexo nas colônias. A vida em sociedade regida pela razão é o projeto da maioria dos países. As ciências sociais serão fundamentais para as estratégias de controle político.

Os programas governamentais precisavam de um discurso científico como base. Segundo Santiago Castro-Gómez, foi graças às ciências sociais que o Estado moderno pôde ter a pretensão de controlar a vida das pessoas, traçar objetivos coletivos a curto e

longo prazo, além de construir uma identidade cultural e, principalmente, “ajustar a vida dos homens ao aparato de produção”²² que surgia com o novo sistema socioeconômico.

Novas subjetividades começavam a ser formadas de cima para baixo. Os Estados investiam no processo de fundar cidadãos. A modernidade é caracterizada pela tentativa de dividir o mundo entre ordem e caos e é “produzida e sustentada pelo projeto, manipulação, administração, planejamento” (Bauman, 1999: 15). As constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas da língua são três peças fundamentais deste processo na América Latina.

Este projeto modernizante era regido pela palavra escrita, por meio dela é que os discursos hegemônicos e as regras de condutas eram registradas e oficializadas. Criando as normas que definem quem é cidadão, define-se ao mesmo tempo quem não o é. Por exemplo, possuir terras, ser alfabetizado e ter uma renda pré-determinada foram alguns dos fatores usados para determinar quem podia ou não ser considerado cidadão na constituição venezuelana de 1839 (Castro-Gómez, op. cit., p. 149). Todos os que não se encaixavam neste padrão estavam automaticamente fora da nova sociedade que se formava. A prática moderna tem uma inclinação natural para a intolerância e “a construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro.” (Bauman, 1999: 16)

A política disciplinar entrava em cena com muita força. Mente e corpo deveriam ser construídos para que fossem úteis à sociedade. Desde cedo, na escola, as crianças se acostumavam aos modelos de comportamento que teriam que adotar. Manuais de como se formar bons cidadãos passavam a ser escritos em prol da construção de sociedades bem organizadas que rumassem em direção ao progresso. Regras de comportamento para serem adotadas no dia-a-dia eram dadas por esses manuais de urbanidade.

O padrão europeu de cidade e de cidadania era, então, copiado nos mais diversos países do continente americano. A Europa tornava-se o objetivo inalcançável a ser perseguido por nossos cidadãos; era a visão eurocêntrica penetrando na intimidade da vida e das mentes dos latino-americanos.

A visão modernizante de progresso percebe América Latina como menos evoluída do que a Europa. Éramos os bárbaros que devem seguir os caminhos já

²² Castro-Gómez, Santiago. *Ciências sociais, violência epistêmica y el problema de la “invención del otro”* (<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>), p.148.

percorridos pelos civilizados, precisávamos largar nossos mitos e adotar a ciência deles. Esta é a mentalidade com a qual as nações de nosso continente foram construídas.

2.6 Brasil contemporâneo: a violência autorizada

Se a escrita, como vimos, foi essencial para o processo de dominação européia até o século XX, a partir de então o rádio, o cinema e, depois, a televisão começaram a ser usados com o mesmo intuito pelos povos mais poderosos. Ella Shohat e Robert Stam (op. cit.) demonstram como o cinema foi (e ainda é) usado para reforçar a visão eurocêntrica; mesmo que muitas das vezes seja até mesmo uma atitude inconsciente dos roteiristas e diretores que, totalmente formados por esta ideologia, apenas produziram filmes com o olhar que enxergam o mundo. Porém, o fato é que preconceitos estão sendo reforçados e práticas exploratórias legitimadas por tais filmes, conscientemente ou não. Não que os mass media sejam necessariamente malignos em si, mas eles possuem o incrível potencial de construir subjetividades em larga escala, como já vimos no primeiro capítulo. Assim sendo, quem domina as mensagens veiculadas tem grande poder na construção do senso comum.

Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (...) Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (Foucault, 1979: 179-8).

O mesmo processo se dá em relação aos jornais impressos e televisivos. O discurso hegemônico está se fazendo ouvir por meio das vozes dos jornalistas quando, por exemplo, a invasão norte-americana ao Iraque é chamada sem maiores questionamentos de guerra pela libertação do povo iraquiano, quando torturas impostas por membros do governo estadunidense a suspeitos de atentados recebe o nome de guerra contra o terrorismo e não de terrorismo de estado, ou quando os moradores de favelas brasileiras nos são apontados como um perigo em potencial para a manutenção da ordem e da segurança dos demais cidadãos.

A história das Américas é também uma história de intolerância, de exploração e de desrespeito à alteridade. Se no início, foram os europeus que vitimaram os nativos, logo em seguida seus descendentes, os novos “donos” destas terras, continuaram com o sistema de violência contra seus então compatriotas pertencentes a etnias ou a classes

sociais vistas como inferiores e que precisariam ser isoladas em guetos para causarem menos problemas.

A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza; há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, um servindo como grande e crescente fonte para outra. Guetos e prisões são dois tipos de estratégia de ‘prender os indesejáveis ao chão’, de confinamento e imobilização. (Bauman, 2003: 109)

Nos dias atuais, a mídia muitas vezes age de forma a reforçar preconceitos e estigmatizações que determinadas raças e grupos sociais sofrem desde o início da “invenção” do país. Se na primeira constituição venezuelana, como já vimos, pobres não eram considerados cidadãos, no Brasil contemporâneo os pobres parecem ser, em determinados casos, pessoas à margem da cidadania na visão de jornais destinados ao consumo das classes média e alta. Pretende-se que caso que analisaremos agora, aqui neste capítulo, mostre de maneira clara essa situação.

No dia 29 de outubro de 2005 a polícia civil do Rio de Janeiro executou uma grande operação na favela da Rocinha que resultou na morte de Erismar Rodrigues Moreira, então líder do tráfico naquela área. O confronto entre polícia e traficantes teria durado cerca de uma hora. No dia seguinte, o jornal *O Globo* trazia as seguintes manchetes: “Polícia mata chefe do tráfico da Rocinha numa emboscada”; logo abaixo, uma fotografia mostrava alguns policiais carregando o corpo do bandido; a legenda informava: “Ferido no peito e na cabeça, o traficante chega ao Hospital Souza Aguiar carregado por policiais”; a foto ao lado exibia carros parados e pessoas voltando a pé de dentro de um túnel, a legenda dizia: “Motoristas abandonam o Túnel Zuzu Angel devido ao tiroteio na Rocinha”²³.

As matérias jornalísticas narraram como foi o tiroteio, a retirada da polícia, a morte do criminoso e o fato de que “a pista sentido Gávea-São Conrado do Túnel Zuzu Angel e da auto-estrada Lagoa-Barra foi fechada por 20 minutos pela polícia, por medida de segurança”²⁴. O fechamento de duas pistas de trânsito por 20 minutos e os sons de tiros e explosões de granadas terem causado medo entre os motoristas foi situação importante o suficiente para ocupar o “alto” da primeira página, enquanto todo o medo e perigo real sofridos pelos moradores da favela que estavam no meio do tiroteio foram praticamente ignorados. Isso faz parecer que só existem possíveis vítimas

²³ *O Globo*, 30/10/2005

²⁴ In: *O Globo*, 30/10/2005, editoria Rio, p. 22.

da violência nas classes mais altas da sociedade. Só no final da matéria, no último parágrafo, informa-se que três moradores ficaram feridos: um homem de 54 anos atingido no pescoço, outro de 29 anos baleado na perna e uma mulher de 52, que levou um tiro no braço. Nenhum ferido foi entrevistado.

Na edição seguinte do jornal, as matérias repercutiram o acontecimento e não é de se espantar que mais uma vez as vozes ouvidas venham todas das classes mais abastadas. Uma página é quase que inteiramente usada para descrever a difícil situação dos motoristas que “entraram em pânico no Túnel Zuzu Angel”²⁵. A matéria diz que moradores da Zona Sul da cidade e do bairro da Barra da Tijuca abandonaram seus carros com medo após ouvirem o barulho dos tiros. A advogada Adriana Barcellos que seguia para a Zona Sul e “ficou insegura porque não viu policiais na Auto-Estrada Lagoa-Barra” disse: “Não havia policiais nem informação nas ruas. Acabei me refugiando no *Fashion Mall*” (ibid). O restante da matéria é dedicado a explicações da polícia e novamente nenhum morador da favela da Rocinha foi ouvido.

Uma das perguntas que surgem é se sob a perspectiva da mídia as mortes e os tiros só se tornam dignos de serem noticiados quando atingem alguém das classes mais favorecidas. Três moradores de favela serem atingidos em um tiroteio mostra ser um evento menos relevante para a imprensa do que uma moradora de uma área nobre da cidade ter ficado assustada com a falta de policiamento em determinado local e ter então resolvido entrar em um shopping para “se refugiar”. É como se o que acontece dentro das favelas não fosse problema “nosso”. “Há circunstâncias em que o Estado constrói um cinturão sanitário em torno de grupos sociais temidos como fontes de perigo pelas camadas superiores das cidades” (Athayde, Bill e Soares, 2005: 93).

A maioria dos leitores do jornal em questão pode até se identificar mais com os motoristas assustados retidos no congestionamento em frente ao Túnel Zuzu Angel do que com quem temia perder a vida dentro de seu barraco enquanto policiais iniciavam mais uma troca de tiros. Porém, dar páginas inteiras de destaque a quem apenas ouvia os tiros e dedicar pouco mais que o último parágrafo à situação de quem estava no meio do conflito é uma atitude que só serve para legitimar a violência contra as classes mais pobres.

Atualmente, em nosso tempo de globalização econômica, “o outro” não é mais somente o indígena, o selvagem, mas as populações pobres. “Os estranhos são a falta de

²⁵ Patrulhamento precário é alvo de críticas. *O Globo*. Rio de Janeiro: 31/10/2005, editoria Rio; p. 9

proteção encarnada e assim, por extensão, da insegurança que assombra nossas vidas. (...) os temores difusos e esparsos, difíceis de apontar e nomear, ganham um alvo visível” (Bauman, 2003: 130). Com medo desses estranhos, que encarnam as fontes de medo e insegurança, os que possuem dinheiro se isolam em “condomínios e bairros cercados e defendidos pública e privadamente por forças policiais e paramilitares, (...) criando bolsões e cinturões de segurança e isolamento para as minorias” (Mir, 2004: 78). É o que Bauman chama de “guetos voluntários”, locais onde os mais ricos buscam se refugiar das classes consideradas perigosas, redutos de segurança disponíveis a quem pode pagar. Para essas pessoas, que buscam segurança afastando quem é diferente delas, “comunidade’ quer dizer isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados” (Bauman, 2003: 103).

Os guetos voluntários não são guetos verdadeiros, é claro, e têm seus voluntários (isto é, podem ser tentadores e criar desejos, incentivando as pessoas a construir suas falsas réplicas) precisamente porque não são ‘reais’. Os guetos voluntários diferem dos verdadeiros num aspecto decisivo. Os guetos reais são lugares dos quais não se pode sair (...); o principal propósito do gueto voluntário, ao contrário, é impedir a entrada de intrusos – os de dentro podem sair à vontade (ibid., p. 106).

O “outro”, o morador do gueto real, desta forma, é construído como inimigo potencial ou como irrelevante. Ele é ignorado, tornado invisível, e quando aparece não é como dono de uma identidade própria, mas como um problema para a sociedade, um fator de risco, uma causa de desordem. É como se só ganhasse reconhecimento, ou mesmo existência, quando houvesse alguma relação (geralmente negativa) com os “verdadeiros” cidadãos. O medo facilita a tolerância em relação às ações violentas do Estado. “A busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas” (Bauman, 1998: 26).

Criou-se historicamente no Brasil uma enorme população marginalizada e sem acesso às mais básicas condições de vida. Agora, parte da minoria financeiramente privilegiada teme pela violência urbana e autoriza, ou até mesmo reivindica, atos violentos por parte das autoridades públicas para se sentir mais segura. Assim é criado um círculo vicioso socialmente destruidor. A violência policial contra as chamadas classes perigosas é aceita pelo senso comum, ou ao menos ignorada. “Em todo o país, a impunidade é praticamente assegurada para aqueles que cometem abusos contra as vítimas consideradas indesejáveis ou subumanas” (Almeida e Pinheiro, 2003: 50). Os que não possuem recursos financeiros para participarem de forma relevante do mercado

consumidor são vistos como “um problema”, como a sujeira que precisa ser removida” (Bauman, 1998: 24). Os pobres não seriam mais o “exército de reserva da mão-de-obra” que pode voltar ao mercado de trabalho em uma oportunidade futura:

Economicamente falando (e hoje também governos politicamente eleitos falam na linguagem da economia), eles são verdadeiramente redundantes, inúteis, disponíveis, e não existe nenhuma ‘razão racional’ para sua presença contínua... A única resposta *racional* a essa presença é o esforço sistemático para excluí-los da sociedade ‘normal’ – ou seja, a sociedade que se reproduz por meio do jogo da oferta ao consumidor e escolha do consumidor, mediado pela atração e sedução. (Bauman, 1998: 77)

Procuramos mostrar neste capítulo, como o homem construiu um mundo no qual poucos enriquecem às custas da miséria da maioria, um mundo que tem suas bases fundadas na exploração. Graças aos avanços tecnológicos, os ricos se tornam cada vez mais poderosos em relação aos pobres e as diferenças entre as realidades da elite global e dos miseráveis de nosso tempo se ampliam progressivamente. Com poderes fluidos e extraterritoriais a elite confina os pobres em guetos, não os enxergando como parte da sociedade (ao menos da sociedade idealizada por ela), os imobilizando o máximo possível e usando até mesmo força letal para isso.

A mídia, ao ignorar o medo e a dor dos moradores das áreas pobres ou ao apresentá-los como uma classe potencialmente perigosa, desempenha o cruel papel de legitimadora da violência policial. “Se se desumaniza o ‘inimigo’, é mais fácil, etnicamente, suspender as sanções morais contra a destruição insensata que existe virtualmente em cada ataque.” (Mir, op. cit., p. 102). Vemos, com isso, que quando a imprensa trabalha de forma a reforçar a criminalização da pobreza e a brutalização dos pobres, é como se não só apoiasse a manutenção dos muros e abismos que separam as classes sociais, mas também estimulasse o crescimento dos mesmos. Medo, insegurança e ódio são os resultados imediatos.

III VIOLÊNCIA URBANA E NARCOTRÁFICO

A partir deste ponto do nosso trabalho, iremos nos aprofundar em algumas das questões levantadas no capítulo anterior: a criminalização da pobreza, a criação de guetos, a invisibilidade social dos moradores desses guetos e a legitimação da violência policial contra eles. Trabalharemos, também, problemas brasileiros diretamente ligados a esses temas, tais como: a crescente sensação de medo nas grandes cidades, o consumo de drogas em diferentes classes sociais, o narcotráfico nas favelas e a política de combate a ele adotada pelo Estado, a corrupção policial e o drama dos moradores de favelas que se vêem entrincheirados nas guerras urbanas entre polícia e tráfico.

Os mais pobres, os moradores de guetos, são as maiores vítimas da violência urbana, como veremos adiante, mas a insegurança e o medo são sentimentos comuns a grande parte dos habitantes das maiores cidades brasileiras (independente da classe social a qual pertençam). Então, antes de voltarmos nossa atenção para como a violência se dá de diferentes maneiras dentro das áreas mais pobres das cidades, vamos analisar esse fenômeno da produção do medo para entender como ela serve de base de apoio às ações violentas da polícia e à perda de liberdade dos cidadãos de forma geral.

O antropólogo Gilberto Velho avisa que nosso país necessita de uma “reforma dos órgãos de segurança, que precisam se transformar em instrumentos protetores de uma sociedade sofrida, em que cidadãos possam desfrutar de vida compatível com padrões básicos de convivência social”²⁶. E ela, a convivência social, é realmente logo afetada quando as pessoas não se sentem seguras. A vida nas metrópoles vai se tornando uma espécie de mal necessário, pois os cidadãos não se sentem protegidos, mas sim ameaçados em suas próprias comunidades.

A violência urbana subverte e desvirtua a função das cidades, drena recursos públicos já escassos, ceifa vidas – especialmente a dos jovens e dos mais pobres –, dilacera famílias, modificando nossas existências dramaticamente para pior. De potenciais cidadãos, passamos a ser consumidores do medo. (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 9).

Grandes áreas urbanas são percebidas como perigosas, devendo ser evitadas em determinados horários ou mesmo sempre, se possível. Hábitos cotidianos vão sendo mudados ou abolidos por causa desse medo que toma conta de boa parcela da sociedade. Sufocada nesse ambiente, a convivência social diminui. Não só o indivíduo

²⁶ Violência e segurança pública em tempos de liberdade. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15/03/2005, caderno especial “20 anos de democracia”, p. 10

isola-se, como a sociedade se torna cada vez mais fragmentada. Fronteiras são criadas e fortalezas sitiadas construídas. Diminui-se a liberdade em prol de maior segurança. “Mas segurança sem liberdade equivale à escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança)”, nos adverte Bauman (2003: 24).

O medo e a agressividade estão sempre próximos. Nas metrópoles, preocupamo-nos, cada vez mais, com fontes de perigo. Importante notar que mesmo que o medo maior seja direcionado ao “criminoso profissional”, a maior parte dos assassinatos é praticada por cidadãos, até então, não percebidos como potenciais fontes de perigo. “Dados estatísticos indicam que aproximadamente 60% dos homicídios são cometidos por pessoas que não têm nenhuma passagem pela polícia e matam por motivo fútil.” (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 49).

A manutenção desse estado de insegurança pode criar consumidores do medo, ávidos não só por tudo que seja relacionado à sensação de segurança, como portões altos, alarmes, câmeras de vigilância, blindagem de veículos, seguros de vida e de patrimônios, como pelo próprio medo em si, na forma de notícias de crimes. Quando as pessoas aflitas e temerosas lêem os jornais sensacionalistas são “atingidas em cheio”

pelo acidente, a catástrofe, o crime, a paixão, o ciúme, o sadismo. O universo do sensacionalismo (...) tem em comum com a tragédia o fato de se sujeitar à implacável fatalidade. É esse universo de sonho vivido, de tragédia vivida e de fatalidade que valorizam os jornais modernos do mundo ocidental (Morin, 1997: 100).

Esses estímulos midiáticos à produção de temores relacionados à segurança muitas vezes servem aos interesses do Estado e do capital, já que “conduzem as preocupações do público e os escoadouros da ansiedade individual para longe das raízes econômicas e sociais dos problemas, na direção de preocupações com a segurança pessoal (corporal)” (Bauman, 2005: 14).

Esse uso feito pela mídia dos dramas gerados por homicídios, assaltos e crimes de forma geral pode ter ainda um outro efeito social bastante perigoso. A produção desse “teleteatro de acontecimentos sinistros” (Sodré, 2006: 100), por meio da transformação da dor alheia e do medo em espetáculo, cria um ambiente onde “irrompem os discursos moralistas, as pregações em favor do retorno à velha moralidade, como instrumentos da gestão burocrática (policial, estatal) dos riscos de catástrofe.” (ibid.). Aumenta-se a procura pela “violência legítima” do Estado com seus

dispositivos armados para defender a sociedade das fontes de seus medos. Com isso, estimula-se o desenvolvimento “de uma ideologia policialesca de vigilância e de segurança públicas, aonde vão desaguar algumas das diretivas da velha direita política” (ibid. p. 100). Esse processo ao invés de tornar a vida de todos mais segura, como esperam os que reivindicam a violência estatal no combate ao crime, só causa o aumento da violência urbana, como veremos adiante.

Fora do abrigo das casas e condomínios, tudo é percebido como perigoso. As ruas estão repletas de inimigos em potencial. No lugar de abrigo, a grande cidade se torna um ambiente hostil que esconde ameaças que devem ser evitadas a todo custo. E, realmente, os números mostram que a violência tem crescido com o passar do tempo. Durante a década de 1980, segundo dados da Secretaria de Polícia Civil do Rio citados por Sodré (2006b: 13), 43.601 pessoas foram assassinadas no Rio de Janeiro. Já na década seguinte, o número de assassinatos subiu para 73.430 (ibid., p. 14). Comparando com números de outros países a situação é impressionante: “5.000 homicídios no Estado do Rio de Janeiro em 1986 (em contraposição, por exemplo, a 400 na Holanda, país com dimensão territorial semelhante à do Rio)” (ibid., p. 13). No Brasil, “a taxa de homicídios é quatro vezes mais alta do que a dos Estados Unidos, país tido como muito violento para os padrões do Primeiro Mundo” (ibid., p. 14) e, segundo Almeida e Pinheiro, três estados (Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro) concentram metade dos homicídios que ocorrem em todo o território nacional (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 43).

O medo, alimentado pela violência, acaba também fazendo-a aumentar. “Trata-se de uma sociedade que adota com facilidade atitudes fóbicas ou paranóicas” (Mir, op. cit., p.180). As pessoas temerosas recorrem a atitudes violentas para se sentirem mais seguras. Assim é criado um círculo vicioso socialmente destruidor.

Quando ninguém acredita que haja ordem e segurança, quando todos têm medo, a debandada é geral, ninguém se entende e todos se tornam violentos para se protegerem da violência que esperam encontrar em cada esquina. A profecia da desordem se autocumprir e a insegurança se expande, com motivos cada vez mais concretos (Athayde, Bill e Soares, op. cit. p. 187).

O clima de insegurança constante e o cotidiano de medo têm bases na realidade perigosa das cidades, porém são nutridos pela mídia e pela indústria da segurança e tomam proporções cada vez maiores. Essas são condições que fortalecem o preconceito e a estigmatização. Bauman define as principais características do estigma social, que

podem ser facilmente aplicáveis no Brasil ao caso dos pobres percebidos como potencialmente perigosos: basta que a pessoa possua alguma característica observável que possa servir para categorizá-la como diferente do que sociedade padrão se considera, para passar a ser estigmatizada, e, então, “um traço de outro modo inócuo torna-se uma mancha, um sinal de aflição, motivo de vergonha. A pessoa portadora desse traço é facilmente identificável como menos desejável, inferior, ruim, perigosa” (Bauman, 1999b: 77). Qualquer traço que faça com que a pessoa seja vista como pobre, pode disparar o alerta do medo. Tornamos-nos preventivamente hostis em relação aos que se enquadram no perfil das “classes perigosas”. Deixamos de enxergar o indivíduo e vemos apenas o “rótulo social”. No meio da multidão, não temos rostos, somos “superfícies” para os outros, já que não é possível notar mais que isso nas nossas cidades. A “superfície” é a única base que temos para avaliar o desconhecido:

O que vemos pode prometer prazer, mas também pode anunciar o perigo; quando apenas as superfícies se encontram (e ‘sempre de passagem’) há poucas chances de negociar e descobrir o que é o quê. E a arte de viver numa multidão de estranhos impede que essa chance se materialize – deter o encontro antes que ele mergulhe além da superfície é o mais comum dos estratagemas. (Bauman, 2003: 132).

O jovem negro e mal vestido, parado na esquina, não tem nome, história de vida ou personalidade, ele passa a ser apenas um provável marginal, uma possível fonte de perigo. “O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos” (Athayde, Bill e Soares, op. cit. p. 175). Julgamos e condenamos antes de tudo. Abolimos qualquer possibilidade de contato. “O preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente” (ibid.).

3.1 Crime e desigualdade social

Há, de fato, dois Brasis, bem debaixo dos nossos narizes, vivendo em dimensões ou universos inteiramente distintos, nem sempre intercomunicáveis. A maior diferença entre eles é que a legalidade democrática só tem validade para os que habitam o mundo privilegiado das classes superiores. (...) Os ‘de baixo’ são frequentemente invisíveis para os de cima, salvo quando lhes metem medo, produzem incômodo ou passam a representar alguma ameaça, imaginária ou real. (Soares, 2000: 41).

As desigualdades econômicas, em uma sociedade que a todo o momento estimula o consumo, contribuem para o crescimento da violência. Vivemos em um

mundo no qual impera a mentalidade de que ter e ser são coisas muito próximas. Possuir bens de consumo é a grande meta de vida estimulada pelos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, uma fatia grande da população não tem acesso a estes bens materiais, que são veiculados em publicidades como essenciais. “A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora.” (Bauman, 1998: 55). O mercado busca seduzir a todos, entretanto é grande o número dos “que foram seduzidos, mas se mostram impossibilitados de agir do modo como se espera agirem os seduzidos” (ibid.). Cria-se uma situação na qual as coisas que são feitas para serem mais desejadas serão privilégios de apenas uma parte da população:

Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante, é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana. (ibid., p. 55-6)

Essa combinação de estímulo ao consumo em uma população com renda tão heterogênea, na qual uns compram muito e outros mal têm dinheiro para o básico, pode criar uma tensão social geradora de violência. “Países onde há enorme distância entre ricos e pobres mostram regularmente níveis elevados de crimes violentos” (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 23). Sodré apresenta o perigo em potencial dessa situação de maneira clara: “o hiato entre a telerrealidade do consumo e a escassa realidade histórica da satisfação dos desejos midiaticamente produzidos é gerador de frustrações reais e, potencialmente, de violência” (Sodré, 2006b: 37).

No caso do Rio de Janeiro, pobre e rico dividem o mesmo espaço nas praias e nas ruas numa intensidade maior que na maioria das cidades. Não existem apenas bairros centrais ricos e bairros periféricos pobres. Algumas favelas terminam onde começam as ruas dos bairros de classes média e alta; os moradores do morro e do asfalto convivem lado a lado, porém separados por uma barreira invisível: a barreira social.

A faixa mais pobre da população, apesar de estigmatizada como perigosa, é, como já dissemos, a que mais sofre com atos violentos. Imobilizadas entre policiais e bandidos, essas pessoas convivem com uma guerra diária da qual são as maiores vítimas. Essas pessoas já não recebem condições básicas de bem-estar e cidadania, que deixaram de ser na prática atribuições do Estado para se tornarem artigos à venda para

quem pode pagar (como vimos no capítulo anterior), e ainda são submetidas ao medo e à ameaça de violência diária. Traficantes usando estratégias e armas de guerra e policiais extremamente violentos fazem parte do cotidiano de boa parte das favelas. Assim é descrita a impressão inicial que o jornalista Ventura teve da favela de Vigário Geral: “A PM lá em cima como se estivesse numa torre tomando conta de um campo de concentração, os traficantes ali ao lado do orelhão, armados, os aviões passando tão baixo e os trens tão perto que os ruídos se confundem, o funk fazendo a trilha sonora. (Ventura, 2004: 65).

A violência da polícia tem crescido a cada ano e nas estatísticas oficiais é difícil separar as mortes de inocentes, as execuções de criminosos e perdas de vida durante tiroteios, tudo é chamado de “autos de resistência”. As mortes resultantes de ações policiais cresceram mais de 275% entre os anos de 1997 e 2003 no estado do Rio de Janeiro, os números subiram de 300 mortes em 1997 para 1.195 em 2003 (Soares, 2006: 58). Segundo o professor de estudos políticos Geraldo Tadeu Moreira Monteiro, citado por Soares, “os cadáveres das vítimas de ações policiais, em 2003, apresentavam, em média, 4,3 perfurações de bala, 61% delas na cabeça, sendo que em 83% dos casos não houvera testemunha civil” (Ibid., p. 58). Os números mais recentes são ainda mais alarmantes: o maior número de mortes em “autos de resistência” já registrado. Foram, pelo menos, 1260 mortes. “Os registros, no entanto, são subestimados: os dados dos últimos quatro meses do ano são parciais, pois excluem as delegacias não-informatizadas (31,5% do total)”²⁷.

Oprimidos pelos bandidos que dominam os morros e pela polícia que deveria protegê-los, os moradores das favelas ficam sem saída. No documentário “Santa Marta – duas semanas no morro”²⁸ é mostrado como essas pessoas se sentem humilhadas pelo tratamento que recebem da polícia, sendo todas vistas como suspeitas e sendo muitas vezes mal-tratadas. Ventura também destaca essa situação: “Todos são revistados ao entrar ou sair. Nessas ocasiões, as agressões policiais são comuns.” (op. cit., p. 65). Sodré observa que “as formas mais destrutivas de violência registram-se geralmente no âmbito de comportamentos racionalistas e metódicos, tanto no quadro de personalidades psicopatológicas quanto de instituições” (Sodré, 2006b: 26). Luís Mir também chama a atenção para o perigo da violência policial institucionalizada e tornada comum:

²⁷ Sob Cabral, nº de mortos pela polícia do Rio Bate recorde. In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u361519.shtml> - Acesso em 01/2003

²⁸ Coutinho, Eduardo. “Santa Marta: Duas Semana no Morro”. 1987.

Ao ser a corporação policial a chave institucional do exercício do poder, a violência sistemática deixa de ser um meio para causar fins políticos – a conquista do poder, sua conservação, sua garantia –, e passa a ser a energia que mantém o Estado em marcha. Esta violentação transborda por inteiro o próprio marco legal que estabelece. (Mir, op. cit., p. 16).

A essa violação dos direitos dos cidadãos praticada como método se soma a corrupção policial²⁹, que é tão grande que no início da atual década, segundo Sodré, o próprio Governo Federal chega à conclusão de que “a polícia no Brasil pode equiparar-se ao crime organizado, com as vantagens adicionais da proteção legal e dos privilégios corporativistas.” (Sodré, 2006b: 61-2). Em muitos casos, os policiais agem até mesmo como sócios dos criminosos. Os termos do acordo nessa promíscua relação podem variar bastante: “ora se limitam a celebrar o entendimento em torno da liberdade de comercializar as drogas, ora se estendem ao próprio negócio, definindo cotas de participação nos lucros” (Soares, 2000: 276). Nesse segundo caso, os policiais podem ter a responsabilidade pelo transporte da droga em segurança ou até mesmo fornecer armamentos apreendidos em outros morros (ibid.). O achaque é outro tipo de ato corrupto comum: ao traficante preso “se oferece a possibilidade de compra da própria liberdade” (ibid., p. 276). Diversas vezes, os criminosos capturados não são presos, mas seqüestrados, sendo levados para locais preparados como cativeiro e mantidos lá enquanto os policiais negociam “com eles e com seus asseclas, o preço da vida e da liberdade” (ibid.).

Embora para alguns setores da sociedade a liberalização de atos arbitrários e violentos dos policiais possa aparentar ser um método eficaz de se combater a criminalidade, isso acaba na verdade aumentando os níveis de corrupção na corporação. Soares explica que quanto mais se sente impune, mais o policial tem poder para subornar os bandidos que venha a capturar, quanto mais fácil for executar um criminoso capturado, mais caro é o preço que este terá que pagar por sua “fuga”:

A inflação dos preços de vida e da liberdade de criminosos, decorrente da redução do custo do ‘desvio de conduta’ policial, funciona como forte

²⁹ Para se ter uma noção do quanto a corrupção policial representa um problema no combate ao tráfico, vamos ler a declaração que um ex-chefe do narcotráfico da Rocinha, Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, deu ao antropólogo Luís Eduardo Soares: “Eu dava mil reais por dia para cada policial que fazia ronda embaixo da Rocinha. De vez em quando eles subiam para capturar umas armas e mostrar serviço. Era tudo arranjado. A gente dava para eles, eles mostravam para os repórteres e devolviam no dia seguinte. Às vezes, eles ainda cobravam quando devolviam: vendiam para nós nossas armas, na frente da comunidade. Perderam a vergonha há muito tempo.” (Athayde, Bill e Soares. op. cit., p. 92). - Luciano Barbosa da Silva foi morto em confronto com a polícia no dia 14 de abril de 2004.

atrativo que termina por induzir muitos policiais a negociar com bandidos, aumentando a taxa de corrupção, cumplicidade e impunidade. Essa é a paradoxal equação das políticas truculentas. Os resultados são conhecidos e comprovam a veracidade do argumento. (Soares, 2000: 35)

Assim sendo, a liberalização da violência policial alimenta a corrupção, que por sua vez realimenta a violência. A eficácia do combate à corrupção na polícia depende, portanto, do fim da impunidade para o policial que não respeita as leis. A violência ilegal praticada pelo próprio Estado contra o cidadão, na forma de torturas e execuções feitas por agentes da lei, sempre existiu, mas só virou destaque na mídia quando atingiu a classe média durante a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970:

A ditadura militar, paradoxalmente, contribuiu para essa crescente tomada de consciência: os brancos, as elites – com base em experiências concretas –, começaram a conhecer o que se passava dentro das prisões, verificando que a polícia torturava os parentes e amigos deles quando eram presos. (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 58).

Se a tortura policial institucionalizada, que sempre fez do pobre sua vítima, chegou à classe média durante a ditadura militar, com o fim do “regime de exceção” ela voltou a atingir apenas os pobres; seu alvo de origem. Mesmo o Brasil sendo considerado atualmente um Estado democrático, “a continuidade das torturas e dos espancamentos na vida cotidiana é assegurada pelos aparelhos policiais, sejam militares ou civis” (Sodré, 2006b: 11). Luiz Eduardo Soares resume bem esse processo:

Na história recente do país, praticou-se tortura com método, a tortura como obra do Estado com fins pragmáticos e simbólicos. Era a polícia torta da ditadura. Antes a tortura era praxe quando os suspeitos eram negros e pobres. A ditadura estendeu o raio de ação das técnicas sinistras às camadas médias da sociedade. Veio a democratização e com ela o confinamento dos velhos procedimentos à esfera original. Hoje, são de novo pobres e negros as vítimas do terror do Estado. O carro volta aos trilhos, aos tristes trilhos de nossa longa escuridão (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 110).

A classe média só enxergou a realidade quando essa a atingiu. O mesmo acontece em relação à violência urbana que parece só ser vista quando desce para o “asfalto”³⁰. Quando as vítimas são os excluídos, a sociedade não reclama. A impunidade

³⁰ Como vimos no capítulo anterior da dissertação, analisando as notícias de jornal nas quais as vítimas de violência na favela eram praticamente ignoradas e grande espaço era dado aos cidadãos das classes média

faz com que os policiais continuem desrespeitando os direitos humanos. A violência policial contra as chamadas classes perigosas é aceita. Tantos “anos após a ditadura, muitas pesquisas indicam que as pessoas ainda consideram perigoso ir a uma delegacia de polícia para fazer uma queixa.” (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 50). A partir dessa informação é possível inferir o grau de medo e revolta das camadas mais pobres do povo em relação à nossa polícia, já que tortura e maus tratos não são meras lembranças, mas o cotidiano presente delas.

Essa violência autorizada contra as “classes perigosas” serve, também, como forma de controle. A ação policial violenta é admitida e pode até mesmo ser desejada pelas classes sociais altas, quando voltada contra grupos temidos. “O propósito é esterilizar a fonte e apagar do mapa essas comunidades: explorar sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, condena-las à invisibilidade. Nesses casos, a polícia costuma ser usada para fazer o trabalho sujo” (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 93).

O Estado não só se mostra incapaz de combater com eficiência a crescente violência, como também contribui para seu acréscimo quando tortura e mata pessoas. Vivemos em um país no qual o ódio e o medo são institucionalizados, burocratizados; viraram armas estatais:

Na tortura, há ódio, mas o ódio aplicado com apuro, em canais institucionalizados, fluindo com ritmo e direção ditados por um regime de distribuição sistemático e previsível. É o ódio compactado e disciplinado dos profissionais da dor, que fazem carreira e usam crachá. Um ódio gramatical, de terno e gravata (ibid., p. 110).

O poder público passa, então, a ser encarado como inimigo por uma parte da população. Nas áreas mais pobres da cidade, a presença do Estado só é percebida na forma de ações violentas da força policial que, muitas vezes, oprimem pessoas honestas que nada têm a ver com o crime organizado e acabam sendo tratadas como potenciais criminosos. Soares afirma que o pior tipo de tirania é a que não obedece a regras, pois sendo imprevisível, causa o terror absoluto. Assim, nas favelas, a polícia acaba sendo mais temida do que o próprio tráfico que impõe e faz obedecer a regras públicas. Mas o autor faz a ressalva de que isso não quer dizer “que a ordem legítima e legal de uma

e alta que estavam assustadas com o barulho de tiros e o fechamento de um túnel próximo à favela onde ocorria um violento confronto entre policiais e traficantes.

polícia compatível com o estado de direito democrático não seja amplamente desejada e evidentemente preferida à tirania do tráfico” (Soares, 2000: 40).

Vejamos, então, como funciona essa tirania. Nas favelas, o tráfico recebe o nome de “movimento” e os traficantes são conhecidos como “o pessoal do movimento” (Magalhães, 2000: 13). Em algumas comunidades, o tráfico busca suprimir algumas das funções do poder público. Não é incomum que “o pessoal do movimento” forneça dinheiro para enterros, remédios ou festas de moradores das favelas (ibid., p. 15). Porém, com os constantes confrontos entre facções rivais, bandos “forasteiros” passam, muitas vezes, a dominar um morro com o qual nunca tiveram nenhum vínculo. Essa face assistencialista do tráfico vai assim se tornando mais rara e o poder, se manifestando pela pura força e violência.

Encontramos entre criminosos nas favelas cariocas, segundo Soares, a adoção dos valores de povos em guerra: “a supremacia da coragem e da lealdade, sempre restritas às artes da guerra e ao âmbito hierarquizado e excludente do grupo de referência, o que corresponde à afirmação de um quadro explosivo de faccionalismo fratricida.” (Soares, 2000: 271). As favelas, portanto, tornam-se regiões em constante clima de guerra e sob leis marciais. Os líderes traficantes exercem funções semelhantes a generais e imperadores ao mesmo tempo. A descrição de Foucault a respeito do Estado bélico, que faz valer seu poder por meio das punições violentas, poderia perfeitamente ser uma descrição do poder exercido pelos traficantes nas favelas cariocas:

um poder que se afirma como poder armado, e cujas funções de ordem não são inteiramente desligadas das funções de guerra; de um poder que faz valer as regras e as obrigações como laços pessoais cuja ruptura constitui uma ofensa e exige vingança; de um poder para o qual a desobediência é um ato de hostilidade, um começo de sublevação, que não é em seu princípio muito diferente da guerra civil; de um poder que não precisa demonstrar porque aplica suas leis, mas quem são seus inimigos e que forças descontroladas os ameaçam; de um poder que, na falta de uma vigilância ininterrupta, procura a renovação de seu efeito no brilho de suas manifestações singulares; de um poder que se retempera ostentando ritualmente sua realidade de superpoder (Foucault, 1987: 48).

Exclui-se, portanto, a explicação simplista de que a violência extremada com a qual os traficantes punem os que desobedecem às suas leis decorreria, exclusivamente, da bestialidade, do descontrole e do despreparo dos líderes criminosos. Essa crueldade,

institucionalizada pelo tráfico, é muito semelhante aos métodos punitivos que eram legais há poucos séculos. Vistas dessa forma, as torturas e execuções públicas promovidas nas favelas não seriam simplesmente causadas por um instinto perverso dos bandidos, mas, também, por um alarmante processo, frio e consciente de manutenção do poder.

O tráfico exerce dessa forma a função de polícia, juiz e executor. Se um indivíduo for pego dentro da área de domínio da facção violando alguma regra preestabelecida será preso, julgado e punido pelos criminosos, até mesmo com tortura, mutilação e morte. “Todos os delatores ou estupradores são rotineiramente assassinados, e, em várias favelas, os ladrões têm a mão direita decepada” (Almeida e Pinheiro, 2003: 38). Dessa forma, os criminosos procuram evitar o envolvimento policial.

Por meio dessas punições brutais, os traficantes reafirmam seu domínio frente à comunidade. Aplicam penas exemplarmente violentas aos que ousam desafiar a “ordem” por eles estabelecida nos morros. A tortura, a mutilação, enfim, o suplício, marcam a vítima e servem como manifestação do poder que pune (Foucault, 1987: 32). “O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório ou vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força” (Ibid). Na citação acima, Foucault poderia estar se referindo aos “tribunais” das facções criminosas, mas está descrevendo punições aplicadas por um governo europeu legalmente estabelecido de poucos séculos atrás. Vemos, portanto, que o tráfico se firma como um “Estado” déspota, legitimado pela violência utilizada com método. Os moradores das favelas passaram do desamparo causado pela ausência e omissão do Estado legal para a submissão a um regime criminoso e despótico, que se reafirma como poder constituído pela barbárie.

A grande maioria honesta dos moradores das favelas é, portanto, obrigada a coabitar com esses criminosos e ficar sujeita às regras do movimento, não por escolha, mas por imposição. Em relação às comunidades pobres do Rio de Janeiro, “calcula-se que 10 mil homens controlam, com fuzis e granadas, 1 milhão de moradores” (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 37). O controle territorial que os bandidos exercem sobre parte das zonas pobres da cidade “cria um arquipélago de áreas independentes, uma espécie de baronato feudal clandestino, porém, visível, que o estado de direito não alcança, onde não vigoram as instituições democráticas, a Constituição, a lei” (Soares, 2000: 269).

3.2 Os jovens: algozes e vítimas

A insegurança atinge a todos indiscriminadamente nas grandes áreas urbanas, mas as maiores vítimas de atos violentos são os jovens de sexo masculino. No sudeste do Brasil, cerca 73% dos óbitos na faixa etária dos 15 aos 19 anos se relacionam a causas violentas. Quanto ao número de homicídios de jovens, o país ocupa o terceiro lugar, num conjunto de 60 países, com 48,5 homicídios por 100 mil jovens. Por outro lado, há países em que essa taxa fica abaixo de um homicídio por 100 mil jovens (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 18). Mas os números também impressionam quando os jovens não são vítimas, mas os homicidas: “as estatísticas nacionais revelam que, a cada três horas, um brasileiro é assassinado por um menor de idade.” (Sodré, 2006b: 102).

Em relação às drogas, uma relevante parcela dos jovens tem contato com elas ainda na adolescência. Segundo Magalhães “em 1997, uma enquete com 15 mil alunos do ensino básico e médio de escolas públicas demonstrou que 24,7%, um em cada quatro, haviam experimentado drogas ilícitas” (Magalhães, op.cit., p. 23),.

Se como usuários de drogas os jovens são numerosos, no tráfico é também cada vez mais comum a participação deles. “Em algumas favelas do Rio de Janeiro, crianças entre 12 e 16 anos de idade esperam na fila a sua vez de tornar-se ‘soldados’ do tráfico de entorpecentes” (Sodré, 2006b: 103). A inimputabilidade penal dos menores de 18 anos também faz com que eles sejam muito usados principalmente em “missões” com alto risco de prisão, tais como o transporte de drogas e armas. “Desse modo, os maiores de dezoito anos se protegem, manipulando as fantasias dos meninos com a simbologia fálica das armas e a mística do poder” (Soares, 2000: 269). Mas os próprios líderes do comércio de drogas nas favelas também são, muitas vezes, garotos da comunidade. Um exemplo dessa realidade se deu quando Ventura foi apresentado ao chefe do tráfico da favela de Vigário Geral, impressionou-se com o aspecto do criminoso. É assim que ele descreve o traficante Flávio Negão:

O chapéu de jóquei virado para o lado, a camisa de listas azuis largas, horizontais, uma bermuda azul e um par de pernas arcadas que acabam numa sandália havaiana laranja seriam impróprios para identificá-lo como o poderoso chefe do local, a não ser pelo celular pendurado na cintura. Fisicamente, é um molecote do tipo que, num assalto, provoca como primeira reação a vontade de dizer: ‘Não enche o saco, garoto. (Ventura, op. cit., p.78).

A vida criminosa, com todos os seus perigos, não costuma deixar envelhecer quem opta por ela. Salvo raras exceções, ou se é preso ou se morre nos confrontos com a polícia ou com facções rivais. Com isso, os jovens formam a grande maioria dos traficantes em liberdade. Para Ventura, eles não passam de:

moleques que vivem em processo autofágico, se entredevorando, comprando armas para se defenderem uns dos outros, em alta rotatividade que raramente os deixa chegar aos trinta anos. São semi-analfabetos, a maioria nunca saiu do Rio, muitos não saem nem da favela (Ibid, p. 273).

Este “processo autofágico” também é percebido e descrito por Luiz Eduardo Soares. Não existe uma real unidade no crime, os jovens se destroem mutuamente sem piedade, sem perceberem que não matam apenas aos outros, mas a si próprios. É como se matassem o reflexo que vêem no espelho. Assim, eles alimentam um sistema de autodestruição diária e sumária:

Jovens pobres matam jovens pobres, numa dinâmica que não conhecem e não controlam, em que todos são vítimas, mesmo aqueles que ocupam provisoriamente o papel circunstancial de algoz, no círculo vicioso que conduzirá à morte precoce e cruel. Quando completam o trânsito para posição de vítima e, finalmente, são descartados, a dinâmica mórbida que realimenta o jogo da violência os substitui como peças de reposição e o circuito perverso recomeça (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p.247).

Alguns jovens vêem no tráfico a possibilidade de concretizar seus desejos de consumo. No documentário de João Moreira Salles e Kátia Lund, “Notícias de uma Guerra Particular”, dois adolescentes, aparentemente quase crianças, dizem trabalhar no tráfico para ganhar dinheiro e, desse modo, comprar roupas e tênis. Já Ventura destaca o orgulho com que um traficante ostenta suas jóias e seu tênis “de marca”. O morro imita a classe média. “Trata-se de um dinâmico intercâmbio comercial: o asfalto consome a cocaína da favela e esta, à sua maneira, a moda do asfalto” (Ventura, op. cit., p. 179).

Na adolescência, quando os apelos para o consumo são fortes para quem está construindo e afirmando para os outros a sua personalidade, o tráfico pode acabar servindo como atalho para a realização dessa ânsia de consumir bens que conferem status. Ao ir assistir a um baile “funk” carioca, Ventura conta que as ofensas verbais entre grupos rivais no baile eram quase que, exclusivamente, comparando as marcas das

roupas e tênis usados pelos “funkeiros”, a ponto de em certo momento um dos garotos tirar o tênis e o erguer acima da cabeça gritando para o adversário: “Mostra o teu, cara, quero ver a marca” (Ibid., p. 125). A situação serve para ilustrar a importância que certos bens materiais passam a ter no imaginário do jovem pobre e morador de favela.

No caso, como o que está em jogo é a busca de reconhecimento e valorização, a marca é o que importa; é a marca o objeto cobiçado (...). O vestuário (na moda) interessa como sinal de distinção, isto é, de valorização. O fetiche da moda cumpre essa função: quem a consome deseja diferenciar-se para destacar-se, valorizando-se – mal percebe que copia o movimento de todos, tornando-se assim, indistinguívelmente banal (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 227).

Mas a possibilidade de se adquirir bens materiais não é o único atrativo que leva o garoto da favela a entrar para o tráfico; a vontade de ser visto, de existir socialmente, também conta. Soares chega a afirmar que “a fome que leva ao crime é a fome de ser alguém visto, reconhecido e respeitado, e não a fome propriamente dita. Em outras palavras, mais grave que a miséria é a exclusão social.” (Soares, 2000: 158). Ainda de acordo com ele, “um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade é um ser socialmente invisível”³¹. É como se esse garoto “não tivesse corpo, presença, opacidade social, é como se não tivesse valor e não ocupasse lugar no espaço” (Soares, 2000: 159). Em grande parte dos casos sem grande apoio familiar e com “pouco sentimento de pertencimento a uma sociedade que lhe dê lugar, reconhecimento, afeto, perspectivas de futuro” (ibid., p. 159), esses jovens têm muito pouco “material” para construir suas auto-estimas. Assim, acabam buscando o “sentimento positivo do próprio valor, no reconhecimento negativo que obtêm dos outros quando lhe provocam medo” (ibid.). Se como menino pobre e favelado ele se sente desprezado, como bandido armado talvez não seja mais ignorado, mesmo que o preço para essa visibilidade seja o de ser percebido com um misto de temor e ódio pela sociedade. “Podemos entender que o menino está estendendo a mão para nós, ainda que essa mão esteja com uma arma, clamando por reconhecimento e valorização” (ibid.). Vendo desta forma, a arma se torna “um passaporte para a visibilidade” (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 215). Esses garotos que se entregam à vida do crime

³¹ Jovens invisíveis em busca de reconhecimento. *O Globo*. Rio de Janeiro, 09/04/2005, Prosa & Verso, p. 2

lançam-se à morte para alcançar pelo mal o que o bem lhes negou: um fiapo de humanidade. A arma será o principal instrumento dessa construção invertida de si; será a carteira de identidade na qual os rejeitados e excluídos encontrarão a única descrição verossímil de si próprios. A arma será o espelho possível (Soares, 2000: 160)

Em grande parte dos casos, esses jovens que passam a integrar o tráfico, também o fazem em busca de poder e dinheiro. A própria figura do traficante pode exercer um fascínio entre alguns adolescentes, atingindo o status de ídolo, símbolo de força e coragem. Esses criminosos podem ser, muitas vezes, alçados à condição de modelos - em uma versão do morro para os olímpianos de Edgar Morin. Junto dos “astros de cinema (...), príncipes, reis, “playboys”, exploradores, artistas célebres” (Morin, op. cit., p. 105) que, segundo o autor, são vistos como mitos olímpianos pela sociedade, na favela, o traficante pode também ocupar essa posição, por ser uma figura de poder muito mais acessível, pertencente à realidade social lá vivida.

Muitos desses criminosos, inclusive, costumam ter várias mulheres. O traficante Flávio Negão teria oito, segundo Ventura (op.cit, p. 181), e Marcinho VP também tinha várias, de acordo com o jornalista Caco Barcellos (2003). O poder conseguido por meio de armas e pela imposição do medo se torna um atrativo para algumas mulheres. “Armados, os meninos encantam as meninas e vivem a ilusão da onipotência. Tudo isso dura pouco. Os meninos morrem cedo. Mas a ilusão do poder é eterna enquanto dura.” (Soares, 2000: 269). O traficante assim se torna um modelo a ser seguido pelos jovens que querem conquistar as garotas da comunidade.

Instaura-se um magnetismo perverso que enseja a emulação da prepotência armada. As moças, aquelas encantadas pela estetização do mal, atuam como mediadoras da violência, turbinando a adrenalina de seus pares. Gravitando em torno dos adolescentes que idolatram e portando-se como elos de uma engrenagem que se reproduz automaticamente, elas não são os sujeitos do processo. Pelo contrário, não o conhecem nem controlam. São vítimas e objeto. Convertem-se em cúmplices, inadvertidamente (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 231).

Magalhães explica que “nas favelas, integrantes do ‘movimento’ calçam tênis de grife, se impõem com armamentos sofisticados, namoram mulheres desejadas” (Magalhães, op. cit., p. 16). Mesmo tudo isso sendo efêmero e ilusório, “a violência dá prazer, fortalece a auto-estima, proporciona a fruição do respeito e da admiração que advém do pertencimento a um grupo, permite o acesso ao desejo da gurias (e dos guris), garante ingresso na festa hedonista do consumo” (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p.

241). Portanto, dinheiro, poder e mulheres, alvos dos desejos estimulados pelo mercado e pela mídia, além do fortalecimento da auto-estima por meio do respeito/medo imposto pelas armas, são os principais ingredientes que o tráfico possui para atrair os jovens do morro.

Até aqui, vimos como a violência urbana e o tratamento dado pela mídia a ela causam a sensação de medo e insegurança e, com isso, a fragmentação da sociedade. Esse quadro coloca cidadão contra cidadão, criando uma espécie de hostilidade preventiva, principalmente contra os pobres, classe estigmatizada como potencialmente perigosa. Assim, parte da sociedade reivindica uma postura mais firme do Estado em relação aos problemas de segurança. O poder público, por sua vez, responde com ondas de ações policiais violentas voltadas para as zonas de pobreza das cidades; no caso do Rio de Janeiro, as favelas dominadas por narcotraficantes. Nessas favelas, seus moradores não só são vítimas potencias tanto da polícia quanto dos criminosos, como vêem seus laços familiares serem destruídos pela cooptação de adolescentes e mesmo crianças pelas facções criminosas.

Agora, nosso próximo passo será estudar o funcionamento e a lógica interna desses grupos criminosos. Faremos um recuo histórico para entendermos como a primeira dessas grandes facções foi criada e como o tráfico tomou as favelas. Em seguida analisaremos como se dão atualmente as operações criminosas nas favelas e quais as ligações existentes com o tráfico internacional e com criminosos das classes mais ricas de nosso país.

3.3 A criação do Comando Vermelho nos porões da ditadura

É um fato extraordinário o que está acontecendo: gente miserável, analfabeta e violenta, desenvolve complexos mecanismos de articulação. Esta é a síntese do aprendizado com os presos políticos (Amorim, 2004: 130).

Antes de estudarmos como funciona hoje em dia o narcotráfico nas favelas cariocas, vamos traçar uma breve narrativa sobre a origem da primeira grande facção criminosa do país, o Comando Vermelho (ou, simplesmente, CV). Apresentaremos, também, as grandes contradições entre o discurso idealizado do grupo criminoso na época de sua fundação e as cruéis práticas adotadas por seus membros posteriormente, quando a principal fonte de renda da facção migrou dos assaltos para o tráfico de drogas.

Hoje, diversas facções lutam pelo controle dos pontos de venda de entorpecentes e pela soberania dentro dos presídios. Não existe o que se chama “Estado paralelo”, mas sim muitos “clãs” inimigos disputando o lucro criminoso; a unidade, se um dia existiu, está quebrada, o mundo do crime é fragmentado e autofágico. O Comando Vermelho foi a organização pioneira e criou muitos dos mecanismos de funcionamento do “crime organizado” brasileiro que são, até hoje, utilizados mesmo por seus rivais; por isso, a relevância de estudarmos sua gênese.

Se, atualmente, importante parte do tráfico das favelas é comandada das cadeias, foi também, nas celas dos presídios que nasceu essa facção. Quando, na década de 1970, o regime militar manteve presos políticos encarcerados lado a lado com criminosos comuns, não era possível prever que se estava criando o “caldo biológico” que daria origem a um dos principais desafios para a segurança pública algumas décadas depois.

O Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, a partir de 1960, entrou para a categoria de “segurança máxima” e passou a abrigar os mais perigosos criminosos. Cerca de uma década depois, presos políticos eram enviados para lá. Estudantes, intelectuais e artistas envolvidos em movimentos esquerdistas de resistência à ditadura militar passaram a dividir celas com assaltantes e assassinos. Muitos dos recém-chegados estavam envolvidos com a luta armada. Membros dos principais grupos revolucionários foram enviados para lá. Grupos como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares), a Ação Popular, o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário tinham “representantes” nas celas desse presídio (ibid., p. 60).

Quando esses lá chegaram, eram comuns as agressões, roubos e estupros entre os detentos. Mantendo uma forte união, até então desconhecida entre os criminosos, os membros dos grupos revolucionários deixaram claro que não admitiriam que esse tipo de abusos os atingisse. Quem agredisse um deles estaria agredindo a todo o grupo. O advogado José Carlos Tórtima, um dos presos políticos, explicou essa situação para o jornalista Carlos Amorim:

No começo houve conflitos. Não admitíamos drogas violência sexual, jogo ou brigas. Tínhamos que usar a linguagem da força, a única que eles entendiam – se não, seríamos exterminados. Quando eles ameaçavam um preso político, dizíamos: ‘A longa mão da revolução vai buscá-los onde estiverem, se alguma coisa acontecer a algum de nós’. A partir daí começou a haver mais respeito. (ibid., p. 101)

Os recém-chegados ocuparam o chamado “fundão” da prisão, uma área protegida por um portão de ferro. Para lá também foram enviados criminosos comuns que haviam praticado crimes semelhantes aos cometidos pelos “guerrilheiros”, como assaltos a bancos e seqüestros. Esses criminosos tiveram a oportunidade de presenciar, e até mesmo participar, de reuniões para planejamento de crimes políticos e de grupos de estudo de textos da esquerda revolucionária.

Manuais de guerrilha urbana, que ensinavam, por exemplo, a como preparar bombas e planejar assaltos a bancos ou seqüestros, circulavam entre bandidos que antes agiam quase que por instinto em suas ações fora-da-lei. Che Guevara e Carlos Marighela eram alguns dos autores dos textos que mudariam a concepção de organização e planejamento dos criminosos comuns. Além do que, se antes na cadeia funcionava apenas a lei do mais forte, do “cada um por si”, os presos políticos mostraram que a união era imprescindível para a sobrevivência. Greves de fome e cartas enviadas para a imprensa e para grupos internacionais de defesa dos direitos humanos eram as principais armas para se conseguirem melhorias nas condições de vida dos encarcerados. O ex-presos político José Carlos Tórtima conta a Amorim que com o tempo, muitos dos presos comuns se uniram às reivindicações e protestos dos presos políticos: “Aos poucos eles foram se acostumando às nossas regras e foram percebendo que um coletivo unido tinha melhores condições de enfrentar as adversidades da prisão. Na segunda greve de fome que fizemos, a maioria dos presos comuns aderiu.” (Amorim, op. cit., p. 101).

Entretanto, com o início do processo de anistia em andamento, a maioria dos presos políticos foi transferida do Instituto Penal Cândido Mendes para outros presídios nos quais ficaram separados do resto da massa carcerária. Entretanto, os ensinamentos que transmitiram aos presos comuns mudaram para sempre a história do crime no Brasil. Os detentos com quem dividiam o “fundão” do presídio da Ilha Grande tiveram que se organizar para não serem vítimas de outros grupos de presos e dos próprios carcereiros e policiais, já que não tinham mais a proteção dos guerrilheiros da esquerda.

Esses criminosos comuns, que compartilharam celas com os revolucionários, resolveram então fundar um grupo unido, organizado nos moldes que aprenderam ao observar os presos políticos. Comandados por Willian da Silva Lima, conhecido como “Professor”, os detentos, que mais tarde formariam o Comando Vermelho, organizaram uma reunião e decidiram fazer uma série de reivindicações ao governo:

fim dos espancamentos quando alguém é apanhado numa transgressão dos regulamentos da cadeia; liberdade de circulação pela galeria, o que implica a abertura das portas de aço das celas durante o dia; melhor tratamento para as visitas, sempre submetidas a revistas vexatórias e que não podem pernoitar na ilha, mesmo em dia de tempestades e mar revolto (ibid., p. 109).

Entre os anos de 1974 e 1979 esse grupo conseguiu diversas melhorias para a vida de todos no presídio da Ilha Grande. As esposas ganharam o direito de passar a noite no presídio, os presos puderam jogar futebol no pátio, os espancamentos, roubos e estupros entre presos diminuíram muito. Nas palavras de Amorim:

Esta é a fase bonita da história. (...) Um punhado de homens oprimidos por um sistema carcerário violento e corrupto. Lutaram por reivindicações justas – certamente! Obtiveram o atendimento da maioria das exigências (...) Foi realmente a fase ‘heróica’ da organização, antes que tudo descesse pelo ralo do tráfico de drogas em larga escala, das matanças nos morros, do ‘tudo por dinheiro’ (ibid., p. 118).

Os presos tomaram consciência de que ao se mobilizarem poderiam exigir que as leis fossem cumpridas também por quem tem a função de punir os infratores. Enquanto a Constituição estabelecia limites para essas punições aos criminosos, os agentes do Estado perpetravam muitos abusos contra os detentos. Tortura e até assassinatos eram cometidos pelos representantes do governo. Essa contradição entre as leis e as ações do poder público foi combatida pelos presos quando esses passaram a ter consciência dos próprios direitos. Porém, a facção criminosa que nasceu dessa conscientização da massa carcerária posteriormente adotou atitudes totalmente incoerentes com os motivos pelos quais fora fundada, como veremos adiante.

Os membros do então recém-fundado Comando Vermelho passaram a fazer contribuições financeiras para a “caixinha” da organização. Eles também assumiram o controle de uma cantina no presídio, onde vendiam cigarros e cachaça. Quem não tinha dinheiro para pagar entrava para o “livro dos favores”. Paga quando puder ou fica devendo um favor” (ibid., p. 129). O poder do grupo crescia e, também, a simpatia dos outros presos, que se viam beneficiados pelas melhorias conseguidas pela nova organização. “Enquanto as demais falanges se organizaram em torno de seus próprios interesses (...) o grupo do ‘fundão’ se esforçava para melhorar as condições carcerárias e reprimia o crime entre os próprios criminosos” (ibid., p. 110).

O dinheiro arrecadado para a “caixinha” da organização começou a ser investido em fugas. Os que conseguiam fugir realizavam assaltos e também contribuíam com uma porcentagem do “lucro” do roubo para as economias da facção. Segundo o código interno deles, quem estava em liberdade era obrigado a ajudar com dinheiro e planejamento na fuga dos que ainda estavam nos presídios.

Os bandidos da organização que fugiam e eram recapturados e enviados para outros presídios divulgavam a fama do grupo. Aos poucos, esse “efeito de contágio” alastrou-se por todo o sistema carcerário do Rio de Janeiro. Quanto maior era o número de novos membros, maior era o volume de contribuições para a “caixinha”; e maior era também a quantidade de dinheiro a ser investida em fugas, contratações de advogados e “pensões” para familiares de integrantes mortos na “guerra”.

A partir de 1983, o tráfico de drogas, progressivamente, tomou o lugar dos assaltos como principal fonte de renda da organização. Os cartéis colombianos de Medellín e Cáli queriam atingir o mercado consumidor do Rio de Janeiro e de São Paulo e procuravam revendedores de droga no Brasil. Mas esses revendedores teriam que comprar grandes quantidades. “Para se habilitar nessa associação com os cartéis, os homens do crime organizado no Rio precisavam dar um salto de qualidade: controlar a totalidade dos pontos-de-venda nas favelas, cooptando ou destruindo as pequenas quadrilhas independentes” (ibid., p. 215).

Com isso, começaram as “guerras” nas favelas. Nessas comunidades pobres e abandonadas pelo Estado, os traficantes construíram seus “reinados” a partir da segunda metade da década de 1980. Lá, bandidos tornaram-se “imperadores”, déspotas com poder quase ilimitado. Aí está a maior contradição entre o discurso e a ação do Comando Vermelho. A facção, que foi criada para proteger os presos dos abusos e crueldades de um sistema carcerário injusto e violento, quando toma o poder nas favelas usa métodos até piores do que os que foram combatidos por seus fundadores. A violência explícita e sem limites tornou-se uma forma de ostentação e manutenção do poder dos traficantes, como mostramos anteriormente no item 3.1 (*Crime e desigualdade social*) do presente capítulo.

3.4 O funcionamento do narcotráfico nas favelas cariocas

Da década de 1980, quando o Comando Vermelho iniciou o tráfico em larga escala tomando os morros cariocas e se instalando através da força, pros dias de hoje, o volume das vendas de drogas só cresceu. Em pelo menos dois terços das 750 favelas do

Grande Rio de Janeiro são mantidos pontos de venda de tóxicos (Magalhães, op. cit., 13). O comando dos criminosos se fragmentou e concorrentes surgiram da união de adversários e dissidentes. Hoje, como já dissemos, são várias as facções que disputam fatias nesse ramo lucrativo e violento. O *modus operandi* do narcotráfico carioca, entretanto, é muito similar independente do morro ou facção. Iremos, então, fazer uma descrição geral das regras e funcionamento do “movimento”, para melhor compreendermos as verdadeiras dimensões do “varejo” da venda de drogas ilegais.

Existe, é claro, um esquema hierárquico e uma organização relativa para que tudo funcione. De acordo com o organograma apresentado por Magalhães (Ibid., p. 17), o líder do tráfico é conhecido como o “dono do movimento”. É importante ressaltar que esse líder, que é tratado como “dono”, é descartável, facilmente substituível para o funcionamento da “máquina”.

Todos os chefões do movimento acabam apanhados. Foi assim até hoje. Mesmo os que escapam da cadeia, subornando carcereiros e policiais (...) voltam a ser presos ou são mortos. (...) Quando o líder cai, no mesmo dia é sagrado um sucessor, como uma empresa substitui um executivo. Ficou no passado a momentânea desarticulação, o vácuo breve, mas tenso. (ibid., p. 19)

Logo abaixo do “dono do movimento” estão os “gerentes”. O “gerente da endolação” responsável pela preparação, pesagem e embalagem das drogas. O “gerente do preto” comanda a venda de maconha e o “gerente do branco” cuida da venda de cocaína. De acordo com Magalhães, o mais comum é que o pagamento seja feito em drogas: a cada 12 papелotes de cocaína ou trouxinhas de maconha vendidas uma é dada ao gerente.

Existem também os olheiros, que são os responsáveis por vigiar a aproximação de policiais ou de traficantes inimigos; usam celulares, rádios e soltam fogos de artifício como forma de fazer soar o alarme. Uma curiosidade: Ventura (op. cit.) afirma que na favela de Vigário Geral existia um sistema eletrônico para o acionamento dos foguetes, no qual bastava apertar um botão para que fossem lançados.

Outro membro das quadrilhas de traficantes é o “soldado”, responsável por fazer a segurança. “As quadrilhas maiores chegam a reunir em torno de 500 “soldados”, empenhados em defender seus territórios dos bandos concorrentes ou das incursões policiais” (Almeida e Pinheiro, op. cit., p.37). Em geral, eles andam visivelmente armados pelas ruas das favelas, ostentando fuzis, metralhadoras e granadas à luz do dia.

Em muitos morros, o cidadão trabalhador é obrigado a se acostumar a ver os “soldados” com suas armas, isso se torna a opressora rotina de muita gente.

O jornalista Caco Barcellos ao ir entrevistar Marcinho VP dentro da favela Santa Marta, foi escoltado pelas ruas do morro por um “menino, que aparentava uns 15 anos e carregava uma espingarda quase do tamanho dele” (Barcellos, op. cit., p. 454). A banalidade que virou essa situação é percebida na cena que Ventura descreve, quando estava numa rua da favela de Vigário Geral, também esperando por um traficante que iria entrevistar: em um bar ao lado tocava funk e um “mulato alto de serviço resolve acompanhar o ritmo batucando na sua metralhadora. Para isso, desafivela um pouco o talabarte, desce a arma até a cintura e faz dela uma guitarra de brincadeira” (Ventura, op. cit., p. 180). Ambas as situações narradas pelos dois jornalistas mostram como os criminosos armados passaram a fazer parte da “paisagem” local, dando aparência de normalidade a uma situação absurda.

O organograma do “movimento”, descrito por Magalhães, ainda cita os “vapores”, responsáveis por atenderem os clientes que vão até a “boca de fumo”³² e os “aviões”, que “pegam a droga na boca, instalada no morro, e a distribuem longe dali” (Magalhães, op. cit., p. 17). Quem leva a droga até a favela é o “matuto”, ou “mula”. Este trabalha com grandes quantidades de drogas que abastecem todo o morro. Em número de apreensões, de acordo com o relatório da Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal de 1999, citado por Magalhães, a maior parte da droga (principalmente a cocaína) que veio do exterior e foi apreendida pelas autoridades brasileiras chegou em território nacional por avião (70%). Os caminhões foram responsáveis por 15% das drogas apreendidas, os carros 10% e os ônibus 5% (ibid., p.35).

3.5 As contradições do combate ao tráfico

Em todo o mundo, em uma projeção conservadora, cerca de 246 milhões de pessoas usam drogas ilícitas. Esses números são de um relatório feito pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de drogas (UNDCP) e citados por Magalhães (op. cit., p. 53). O tráfico é capaz de gerar um lucro enorme para as pessoas envolvidas. “Os ganhos são fenomenais, inigualáveis por qualquer outro setor da economia do planeta” (ibid., p. 52). Existem projeções que apontam que a

³² Ponto de venda de drogas

movimentação financeira do mercado do narcotráfico giraria em torno de 120 bilhões de dólares por ano (Sodré, 2006b: 58).

A Polícia Civil, de acordo com Almeida e Pinheiro, calcula que “o aparato de criminalidade marginal movimenta 30 milhões de reais por mês e expande sua área de influência ano a ano, tomando espaço ao Estado legal” (Almeida e Pinheiro, op. cit., p. 37). Soares informa que, no Brasil, os negócios em torno do tráfico são “suficientemente ricos e poderosos – ainda q fragmentados – para influir em eleições, em governos e em todos os níveis dos poderes constituídos” (Soares, 2000: 277).

As classes média e alta sustentam o tráfico ao comprar drogas. A cocaína embalada e vendida nos morros chega às festas da elite financeira da cidade. “Na criminalidade ligada ao narcotráfico, a suposta vítima (o consumidor) é cúmplice do delinqüente (o narcotraficante)” (Sodré, 2006b: 63). O dinheiro conseguido com as drogas é usado para se comprar armamentos mais modernos e poderosos. As grandes fábricas de armamento acabam enriquecendo com o tráfico. No documentário “Notícias de uma Guerra Particular” (Lund e Salles), o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz, mostra a relação entre o tráfico de drogas e a indústria de armas quando diz sarcasticamente que “os americanos querem controlar a Colômbia e o Peru. Eu só quero fechar a fábrica da Colt nos estados Unidos”³³.

Essa, aliás, não é a única contradição dos norte-americanos em relação ao combate às drogas. Enquanto os EUA dizem que o narcotráfico é o mal maior a ser combatido internacionalmente, o país é “a Meca, em volume, do consumo de drogas ilícitas” (Magalhães, op. cit., p. 71). O mercado de drogas ilegais é uma dos maiores negócios norte-americanos, “rivalizando com eletrônica, automóveis e produção de aço” (Sodré, 2006b: 59). Este país consome “a quase totalidade das drogas produzidas na América Latina, basicamente em países como Bolívia, Colômbia, Peru, Jamaica, México, que por sua vez envolvem ou criam estruturas de tráfico em nações próximas” (ibid., p. 58). Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos gastam altas quantias de dinheiro para “amenizar os efeitos sociais das drogas”, eles também expandem, na guerra contra o tráfico, “uma indústria bélica e tecnológica próspera e lucrativa” (Magalhães, op. cit., p. 71).

Muitos países mais pobres acabam tendo no tráfico de drogas importante parte de sua economia, “são incontáveis os dados no sentido de que a cocaína passou a render

³³ A Colt fabrica os fuzis AR-15 e M16, muito usados por traficantes brasileiros.

mais divisas a alguns países latino-americanos do que a exportação de bens primários tradicionais” (Sodré, 2006b: 59). Camponeses, na falta de meios de subsistência, se envolvem na produção e tráfico de drogas. “É como se a cocaína representasse uma válvula de escape para o apodrecimento da economia tradicional” (ibid.). A política econômica global dá poucas chances de real desenvolvimento socioeconômico aos países mais pobres e o tráfico encontra assim, mais facilmente, espaços para se inserir e se fortalecer nesses países. A Bolívia já chegou a incorporar o dinheiro da venda de drogas, os chamados “coca-dólares”, ao sistema financeiro oficial (ibid., p. 60).

Esses países latino-americanos são mantidos longe da maior parte dos benefícios da globalização e são usados como mão-de-obra barata pelas corporações empresariais do primeiro mundo, criando o ambiente para a manutenção da pobreza. E ao mesmo tempo, deles é cobrado que combatam a venda de drogas, geralmente por meio da repressão policial/militar:

Por um lado, os governos vêm-se compelidos a manter o legalismo tradicional e a levar em conta as pressões do Primeiro Mundo (basicamente os Estados Unidos, território principal do consumo) no sentido de combater o tráfico. Por outro, são levados a considerar a sobrevivência das populações que dependem dessa economia ‘informal’ (Sodré, 2006b: 60).

E, se os EUA são o principal mercado consumidor de drogas ilícitas do mundo, o Brasil alcançou o posto de segundo maior a partir da década de 1990, segundo Magalhães (Magalhães, op. cit., p. 27). Além disso, o Brasil é rota do tráfico internacional, sendo

o maior entreposto da droga enviada da Colômbia (fabricante de no mínimo 80% da produção mundial) para os EUA e a Europa. É o maior produtor de éter e acetona da América Latina. Essas substâncias são utilizadas na produção do cloridrato de cocaína, a dita ‘cocaína pura’ (ibid., p. 27).

Em um país considerado em desenvolvimento com economia instável como o Brasil, o narcotráfico pode se tornar uma ameaça ainda maior. Não apenas atrai os que visam ao lucro milionário, como também os mais pobres e os que vivem à margem do mercado de trabalho formal. O deputado Moroni Torgan, que foi relator das CPIs³⁴ que investigaram o narcotráfico nos anos de 1991 e 1999 estima que o narcotráfico gere em torno de 200 mil empregos diretos (ibid., p. 28).

³⁴ Comissões Parlamentares de Inquérito

As cifras monetárias relacionadas ao tráfico de drogas no país são bilionárias. Um comércio que movimenta entre 20 e 40 bilhões de dólares, e entre 5% e 10% de todo o narcotráfico mundial (ibid.). É possível constatar que o problema não está apenas relacionado com um ou outro “dono do movimento”, jovens dos morros que ficam com pequena fatia de todo esse dinheiro. Ventura diz duvidar de que os traficantes do morro sejam o verdadeiro crime organizado, pois segundo ele, a grande maioria deles é analfabeta, mal sabendo andar em um aeroporto internacional e tendo bens que se limitam a táxis, caminhões e apartamentos (Ventura, op. cit., p. 274). “Nesses dez meses tive a quase certeza de que o verdadeiro controle do tráfico de drogas no Rio não estava nas mãos desses moleques” (ibid., p. 273). O autor, que acredita que esses traficantes sejam apenas uma parte mais fraca (e visível) do verdadeiro crime organizado, questiona: “que crime organizado é esse sem comando centralizado, sem sucessão dinástica, sem rígida hierarquia, sem cartel, sem consumo conspícuo e sem acumulação de riqueza, ao contrário da máfia ou mesmo do jogo do bicho?” (ibid., p. 273)

Essa idéia de que o braço do tráfico nos morros não é tão organizado assim é compartilhada por Magalhães. Este autor afirma que “ao contrário do que a mídia costuma sugerir, é limitada a articulação entre o ‘movimento’ das grandes favelas do Rio” (Magalhães, op. cit., p. 18). O jornalista vai mais longe e afirma que “os grandes chefes do crime nas favelas do Rio também não são, como muitos imaginam, os maiores traficantes do país ou da cidade” (ibid., p. 19). Esses traficantes seriam apenas “gerentões de varejo” de acordo com o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz, citado por Magalhães (ibid.). Concordando com Luz, o jornalista afirma que esses traficantes “badalados às vezes com histeria pela mídia, ocupam um lugar no máximo mediano na hierarquia social do crime” (ibid, p. 67).

“Apesar de as polícias continuarem a focalizar o varejo, que é mais visível e produz efeitos mais vistosos, não haveria tráfico sem lavagem de dinheiro, negociações internacionais, mediadores políglotas, experts em contabilidade, etc” (Soares, 2000: 273). Porém, é muito difícil apontar quem são os verdadeiros chefões do tráfico de drogas. Essa dificuldade se deve, principalmente, ao sigilo bancário e ao sistema financeiro mundial, “que absorve os lucros do crime sem perguntar pela origem e, em muitos casos, assegura o anonimato dos depositantes” (Magalhães, op. cit., p. 68). É o sistema capitalista oficial permitindo que o dinheiro gerado ilegalmente entre em circulação:

Os países ricos têm centenas de bancos com filiais nas ilha Cayman e na Suíça, além de outros paraísos fiscais. Poderiam estabelecer controles, restrições e mudanças na legislação que azeita a lavanderia do narcotráfico, contrabando de armas, corrupção e crimes de toda sorte. Não o fazem. (ibid., p. 63).

De acordo com Soares, as tropas de traficantes das favelas são cúmplices de pessoas com escolaridade superior que se mantêm bem longe dos morros e usam suas habilidades administrativas e financeiras para comandar a distância o narcotráfico. “Por sua vez, esses evitam sujar as mãos com sangue e com a pequena propina cotidiana. Delegam boa parte dos problemas operacionais e não se preocupam com os riscos inevitáveis da distribuição” (Soares, 2000: 273). As cadeias estão repletas de pobres e negros, mas os “bandidos da elite” podem ser causadores de prejuízos muito maiores para a sociedade. Protegidos pelo prestígio e poder conseguidos por meio do dinheiro e da posição social que ocupam, cometem crimes e contam com a impunidade.

Será que as elites e as camadas médias não cometem crimes? Ou a cadeia no Brasil é mesmo para os outros? É provável que um só golpe sofisticado, arquitetado por criminosos de ‘colarinho branco’, renda prejuízo maior para a sociedade e o Estado do que a soma de todos os roubos e furtos cometidos pelos miseráveis que se embrutece nos cárceres (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 188).

O narcotráfico poderia ser enfraquecido na base, em sua raiz, ou seja, no sistema financeiro que propicia a lavagem de dinheiro conseguido de maneira ilegal. Entretanto, pelo contrário, acaba sendo combatido de maneira ineficiente e espetacular quase que pela via exclusiva das armas. Essas ações espetaculares “servem apenas para encher os olhos dos que se deixam ludibriar pelos grandes gestos teatrais ou, nesse caso, cinematográficos. As grandes produções raramente servem à efetiva solução de problemas” (Soares, 2000: 328). No próximo capítulo, que encerra a dissertação, quando estivermos analisando os casos envolvendo o traficante Marquinho VP, a mídia e o Estado, será possível vermos como se aplicam na prática essas estratégias espetaculares que servem muito mais para construir uma falsa imagem de eficiência do poder público do que para efetivamente combater o tráfico e a violência.

IV O ESTADO PAUTADO PELA MÍDIA

Pretendemos, neste último capítulo, investigar as relações de poder ocultas no processo de construção das narrativas midiáticas que transformaram um traficante de pouca expressão em um anti-herói com fama nacional. Serão analisados os motivos que levaram o Estado a agir pautado pela mídia ao decretar, como prioridade número um da polícia, a captura de um criminoso sem muito poder, mas com grande visibilidade nas páginas de jornais.

Ações policiais executadas em resposta a matérias jornalísticas são sintomas de um tempo em que a fronteira entre imagem e real é muito tênue. O Estado procura construir uma imagem pública de eficiência no combate à criminalidade como forma de compensar suas dificuldades em lidar com a realidade do problema da violência urbana. Desta forma, a captura de um traficante que ganhou evidência nos jornais serve como evento construtor de uma imagem de positividade frente a uma população que vê na segurança pública um de seus grandes problemas. A prisão deste criminoso/símbolo-da-criminalidade é feita como tentativa de compensar, aos olhos da opinião pública, a não prisão de todos os outros que levam insegurança à sociedade.

A proposta de nosso estudo não é a construção de uma defesa a Marcinho VP, mas sim a desconstrução de um processo que leva o Estado a não agir pautado pela real conjuntura social, mas pelo que é mostrado nos veículos de comunicação de massa. Dessa forma, cria-se artifícios espetaculares para desviar a atenção da incapacidade do poder público em lidar com a grave crise social vivida hoje no país. Bauman afirma que, para o poder público, reduzir os problemas de governabilidade à questão da segurança pessoal traz algumas grandes “vantagens” políticas: “O que quer que se possa fazer a respeito da segurança é incomparavelmente mais espetacular, visível, ‘televisível’, que qualquer gesto voltado para as causas mais profundas do mal-estar” (Bauman, 1999: 126). Essas outras causas mais profundas, além de complexas, são muitas vezes mais abstratas e menos palpáveis, causando menores efeitos políticos do que as ações voltadas à segurança (ibid.).

Aqui, nas próximas páginas, veremos que foi a imprensa que criou um Marcinho VP muito mais poderoso do que a realidade; o Estado “apenas” aceitou essa criação e tentou tirar proveito agindo de acordo com ela, promovendo o traficante ao primeiro lugar no ranking dos criminosos mais procurados; a sociedade terminou por consumir esse produto midiático híbrido, mescla de realidade e ficção. Bauman explica que o

destaque dado aos crimes e criminosos nos noticiários excede em muito a realidade da constância do fenômeno do crime em nossa sociedade, dando a impressão de que vivemos em um mundo dividido entre criminosos e “guardiões da ordem”. A mídia é atraída pelas capacidades do crime de gerar espetáculo e entretenimento. “O combate ao crime, como o próprio crime e particularmente o crime contra os corpos e a propriedade privada, dá um excelente e excitante espetáculo, eminentemente assistível” (ibid., p.126).

A mídia ocupa um lugar cada vez mais central na atualidade, como analisamos no primeiro capítulo. Assim sendo, as notícias nos dizem o que aconteceu no mundo, ou seja, nos apresentam o que consideramos o real. Visões de mundo, modelos de comportamento, assim como a noção do que é verdade são produções da indústria midiática. Mais do que isso, os valores e os olhares se tornam eles mesmos midiáticos. Sodré afirma que a mídia “  instrumento ou veículo (conceitual) de normas reproduzidas de algum lugar da vida social: ela própria, enquanto jogo infinito de reflexos de seu código,   moralidade público/privada, que se impõe por um indiciamento est tico das situações” (Sodré, 2002:190).

No caso analisado, veremos que o Estado não se mostra preocupado em tentar acabar com o tráfego, mas sim em eliminar a parte do crime que ousou aparecer na média. A virtualidade midiática se apresenta, então, como realidade; importa, ao Estado, somente o que possui visibilidade por meio das narrativas da imprensa. Este é um sintoma do *bios midiático*, proposto por Sodré e estudado no nosso primeiro capítulo:

Implica o novo bios um primado da esfera objetual sobre o sujeito e, com isto, a constituição de uma nova forma de vida, onde o virtual (ou seja, uma realidade potencial, eideticamente inacabada) tem mais peso fenomenológico do que as representações clássicas do real histórico, elaboradas e desenvolvidas em função de uma ligação semanticamente objetiva com o real. (ibid., p. 239)

A m dia   responsável, assim, pela “produção e gestão de uma sociabilidade artificiosa, encenada num novo tipo de espaço público, cuja forma principal é a do espetáculo” (Sodré, 2006b: 76). Dentro desse nosso mundo no qual média e real estão fundidos, as notícias jornalísticas têm, em determinados contextos, grande poder. As notícias, que são as narrativas fragmentadas da nossa sociedade contemporânea, em seu conjunto, são a “forma elementar de conhecimento coletivo” (Paiva, 2003: 65); portanto, é muito elevado o grau da importância social delas.

A credibilidade do texto jornalístico vem de uma espécie de pacto de confiança entre jornalista e leitor. Bruno Souza Leal diz que a notícia é a “construção da realidade” (Leal, 2002: 11) e afirma que o “real” a que ela se refere não existe independentemente dela - embora seja isso que a crença na objetividade afirme -, pois ele é construído em um determinado momento e “apreendido sob determinado ângulo” (ibid., p. 13). Porém, os jornalistas, de forma geral, não assumem que os textos noticiosos são construções lingüísticas artificiais e não a exposição de um fato puro. Isso é uma estratégia de poder, já que interessa a eles que o público acredite que está consumindo um produto fruto da objetividade e imparcialidade e não da subjetividade do repórter influenciada por interesses políticos e econômicos que determinam a linha editorial do jornal.

As narrativas de nossa sociedade são construídas e veiculadas todos os dias. Por meio delas estabelecemos a visão que temos do mundo e de nós mesmos, já que somos seres sociais. Acreditar que essas narrativas são fatos, e não a interpretação de fatos, é uma atitude que confere ainda mais poder à mídia; o poder de determinar o que será percebido pelo senso comum como o real – dessa maneira, vemos que a mídia não apenas relata o que acontece, mas, no próprio processo de narrar o mundo, constrói a realidade social.

Quando o Estado age pautado pelo que aparece nos meios de comunicação de massa, ele se mostra conhecedor do processo de “criação do real” descrito no parágrafo anterior. Ele procura se inserir na narrativa jornalística de uma maneira a obter vantagens ou, ao menos, diminuir ou neutralizar as possibilidades de ter sua imagem prejudicada frente à opinião pública. Foucault afirma que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (Foucault, 1979: 14), e vai mais longe ao dizer que “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade” (ibid., p. 180). O espaço de produção de narrativas midiáticas seria, desta forma, um dos principais campos de batalha pela conquista e/ou manutenção do poder por meio da “produção da verdade”. No caso de Marcinho VP, que será analisado a seguir, isso fica bem claro. Repórteres, Estado e criminoso tentam construir as narrativas de maneira a levarem vantagem: a mídia quer o aumento na circulação de jornais ou na audiência de telejornais, além de sempre possuir interesses políticos velados; o Estado pretende construir uma imagem de eficiência no combate ao crime; Marcio Amaro de Oliveira, além do simples fato da sedução narcisística exercida pela

exposição nos jornais, percebe a possibilidade de levar seu discurso para fora do território que domina.

4.1 O jovem inconformado se torna “dono do morro”

Vamos primeiramente, então, apresentar uma sucinta descrição da infância e juventude de Marcio Amaro de Oliveira, que mais tarde seria conhecido como Marcinho VP. Um adolescente que desejava ser desenhista e já reclamava da desigualdade social e das dificuldades dos mais pobres em conseguirem uma boa formação e que acabou se tornando o líder do tráfico no morro Dona Marta.

Os pais do futuro “dono do morro”, segundo Barcellos (op. cit.), chegaram à favela do bairro de Botafogo no final da década de 1950, vindos da Paraíba. Nessa mesma época, Dom Hélder Câmara, que veio do Ceará para o Rio de Janeiro em 1936, incentivava os moradores do morro a trabalharem em mutirões para dar início à urbanização da favela, cobrindo com concreto os caminhos percorridos pelas águas das chuvas e dessa forma evitando deslizamentos.

“Seus pais construíram Copacabana lá longe, para os outros. Cabe aos filhos construírem aqui uma boa casa para vocês” (ibid., p. 73), esse era o cerne do discurso de politização feito pelo religioso e que o colocava em oposição direta ao ex-governador Carlos Lacerda, que era a favor da remoção dos barracos. Foi também Dom Hélder que conseguiu levar água potável à comunidade do morro Dona Marta, com ajuda de empresários que doaram uma bomba hidráulica, possibilitando o transporte da água até uma caixa d’água no alto da favela. Os pais de Marcio Amaro participaram do mutirão dessa obra, realizada em 1960 (ibid., p. 66).

Já estabelecidos na favela, o casal de imigrantes conseguiu abrir um pequeno bar, no qual seu filho Marcio Amaro desde criança ajudava no serviço. A infância do futuro criminoso não foi muito diferente da de grande parte dos garotos moradores do morro. Ele estudava em uma escola pública, mas largou os estudos antes de completar o ensino fundamental, e fazia pequenos trabalhos para ajudar na renda da família. O pai, quando bebia, tornava-se violento e espancava a mãe na frente dos filhos, o que acabou resultando na separação do casal. Marcio, então, ficava em casa tomando conta das duas irmãs, “era ele quem levava as duas na creche, lavava as roupas, passava e fazia comida”³⁵.

³⁵ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

Os primeiros contatos com as drogas foram na adolescência, de acordo com Barcellos (ibid., p. 62), quando o jovem pulava o muro da escola com os amigos para fumar maconha. Nesta época, já se mostrava inquieto e questionador em relação à sua situação financeira e social. Em 1987, o cineasta Eduardo Coutinho subiu a favela para filmar o documentário “Santa Marta – duas semanas no morro”. A equipe do filme fez diversas entrevistas com os moradores da comunidade, que falaram sobre violência, a relação com a polícia, desemprego e detalhes do cotidiano. Entre tantos adolescentes do morro, o então anônimo Marcio Amaro de Oliveira foi um dos escolhidos para dar depoimento. Este foi o seu primeiro contato com a mídia.

É interessante destacar que o conteúdo de sua fala na entrevista a Coutinho já é muito parecido com o dos depoimentos que daria para jornalistas quase uma década depois, não mais como menino anônimo do morro, mas como “dono do movimento”. A indignação com a falta de oportunidades de estudo e trabalho já fazia parte de seu discurso adolescente. O garoto reclamou que o morador de favela, por não ter dinheiro, não consegue cursar uma faculdade e reivindicou que se fizesse uma universidade só para os pobres. Protestou também a respeito de como a falta de boa formação educacional influencia na hora de se inserir mercado de trabalho: “querem que a gente seja gari, mas eu não quero” (Coutinho, op. cit.). O pesquisador e historiador Luís Mir defende que as más condições do sistema educacional público servem como ferramenta para a manutenção do apartheid social: “Temos o funil social programado: o ascenso educacional está modelado e disponível somente para 40 milhões de brasileiros do topo da pirâmide étnica e social” (Mir, op. cit., p. 87). O garoto favelado e o intelectual pesquisador chegaram às mesmas conclusões, um pela experiência pessoal o outro pelo estudo acadêmico.

Quando interrogado sobre qual profissão gostaria de ter, Márcio encerrou o depoimento dizendo que desejaria ser desenhista. O jovem ainda sonharia seguir a carreira de modelo fotográfico. Chegou a posar para uma fotografia na Associação de Moradores e encaminhou as fotos para um catálogo de uma agência especializada (Barcellos, op. cit., p. 85). Porém, sua futura “trajetória profissional” sequer passou perto de estúdios fotográficos ou ateliês de pintura.

Para ganhar dinheiro, Marcio ficava na base da favela oferecendo ajuda aos moradores que subiam carregando compras. Começou, então, a sempre levar as compras de seu tio de criação, Pedro Gilson de Araújo, conhecido como Pedrinho da Prata. As encomendas foram crescendo e, com o tempo, Marcio Amaro parou de transportar

compras morro acima e começou a desempenhar um trabalho bem mais lucrativo: o de “avião”, levando cargas de cocaína para o tio (ibid.). Passou, então, a ter um emprego “de fachada” na loja de jóias e artigos de prata de Pedro Gilson, em Copacabana, quando na verdade vendia drogas para o pessoal “do asfalto”. Assim, mais um jovem pobre ingressava no tráfico de drogas. Mas uma série de eventos futuros faria com que ele não fosse só mais um, já que se tornaria, anos depois, o bandido mais procurado pela polícia carioca.

A realidade é que pouco tempo após ter começado a exercer a função de “avião”, Marcinho já se viu envolvido em uma disputa armada entre criminosos. O universo da venda de drogas nos morros está sempre em conflito. Facções inimigas e membros da mesma quadrilha disputam e alternam o controle das bocas de fumo. Numa dessas disputas pelo poder, a favela Santa Marta ficou dividida entre dois grupos rivais, sendo que o grupo do qual Marcinho fazia parte perdeu a batalha e foi expulso de lá.

Sem possibilidade de voltar para casa após o banimento, o traficante foi para a Bahia vender drogas enviadas pelo tio. Lá, acabou sendo preso pela polícia, mas fugiu da cadeia pouco tempo depois (ibid.). Em 1991, o Comando Vermelho organizou um grupo armado para invadir a favela e retomar o poder no morro. Dessa vez, Marcinho VP foi um dos principais “soldados” no conflito e virou “gerente” do tráfico quando o morro foi retomado pelo seu grupo, dividindo o comando com mais dois criminosos. Essa situação, entretanto, durou pouco. Os outros dois gerentes se desentenderam e iniciaram uma disputa pelo comando das vendas de entorpecentes. Como resultado do confronto armado, um deles foi preso e o outro acabou morto. Dessa forma, Marcinho VP assumiu o comando do narcotráfico no morro Dona Marta, em 1995.

A trajetória do novo líder do “movimento” seria marcada por recorrentes situações polêmicas envolvendo a mídia. Desde pouco tempo após assumir o poder no morro até sua morte, em 2003, ele manteria sempre algum tipo de relação com diferentes meios de comunicação. Autorizou gravações de um clipe musical e de um documentário no morro; deu entrevistas para repórteres dos três principais jornais cariocas e, em outras circunstâncias, para um documentarista, dentro da própria favela; recebeu auxílio financeiro para escrever um livro sobre sua vida; relatou sua trajetória para que um jornalista escrevesse sua biografia; e mesmo depois de preso aceitou ser novamente entrevistado.

Embora, como veremos, a maioria das vezes a mídia é que tenha procurado Marcinho VP, o fato é que ele aceitava e parecia gostar desse tipo de contato, por mais

perigoso que fosse para sua segurança. Essa ambição pela exposição midiática, tão característica da contemporaneidade, é diagnosticada por Debord quando o autor diz que: “O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de: ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’” (Debord, op. cit., p. 16). A vontade de aparecer nos jornais e se tornar famoso nada mais é do que um dos principais desejos estimulados pelo mercado e pela própria mídia. Marcio Amaro não fez nada de inesperado ao aceitar ser entrevistado, se levarmos em conta que embora então fosse o líder do tráfico em sua favela, poucos anos antes, era apenas mais um garoto pobre e “invisível”. A respeito dessa busca pela fama, Sodré adverte que os jovens são os mais vulneráveis aos apelos midiáticos e mercadológicos: “sem modelos seguros, a plástica consciência do jovem torna-se facilmente permeável à regulação tecnocultural do mercado, cujos valores básicos são a fama (ainda que, em determinados grupos, implique a criminalidade) e o poder monetário.” (Sodré, 2002: 110).

Mas não eram apenas a exposição midiática e a fama, como valores em si, que o traficante buscava. Esse marginalizado não queria apenas visibilidade. Percebe-se sua ânsia em se fazer ouvir, em ter voz frente à sociedade. “O morro só é lembrado porque a violência é muito grande. Antes só lembravam na hora do voto”³⁶, afirmou, na CPI do narcotráfico. Pois usando os meios de comunicação, Marcio Amaro rompia o silêncio e fazia ao menos uma voz do morro ser ouvida; a sua. Sempre que foi entrevistado, fez questão de emitir suas opiniões sobre as dificuldades vividas pelos mais pobres e a respeito dos problemas sociais geradores de criminalidade. Sobre suas simpatias políticas respondeu, em 1997, a um repórter: “Me interesse pelos socialistas, pelos textos do subcomandante Marcos e do MST”³⁷. Outras vezes, deixava clara a sua simpatia por líderes revolucionários como Che Guevara, Simon Bolívar, Tupac Amaru³⁸.

Ele era muito diferente do estereótipo do traficante da favela. Articulado e politizado, com gosto por literatura, surpreendia os que o ouviam. Embora, como dissemos anteriormente, não tenha completado o ensino fundamental, afirmou ter começado a ler diversos livros por conta própria, ainda na adolescência, em busca da compreensão dos motivos que levavam tantos garotos como ele a optarem pelo

³⁶ Marcinho VP é desmascarado na CPI. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28/04/2000, p. 20

³⁷ Filho, Francisco Alves. *Uma tarde com VP*. Disponível em: http://www.zaz.com.br/istoe/1766/brasil/1766_final_previs%EDvel_02.htm – acesso em 01/2008

³⁸ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

“caminho do tráfico”³⁹. Misturava referências da cultura pop com citações a autores canônicos. Assim foi apresentado aos leitores de uma revista para a qual foi entrevistado quando estava preso, em 2001: “Está longe de ser um bandido comum. (...) surpreende pela inteligência com que se expressa – um discurso caótico, mas sempre fascinante, que vai de Sócrates a Darcy Ribeiro num tiro, raspando em Karl Max e Paulo Coelho.”⁴⁰

Embora, como veremos mais adiante, afirmasse que nutria pretensões de deixar de ser um mero traficante para se tornar um líder de uma revolução social que lutaria por melhorias nas condições de vida dos moradores de sua comunidade, nada nesse sentido se concretizou. Em sua curta vida, feita de enfrentamentos armados, prisões e fugas, não houve espaço para que levasse adiante suas idéias de buscar criar condições de cidadania para os pobres. O “Marcinho VP revolucionário” só existiu no discurso, coisa que ele próprio admitiu na entrevista mencionada no parágrafo anterior. A última questão que lhe fizeram foi: “No fim das contas, o que você fez pelo morro Dona Marta?”, e ele, de forma lacônica, apenas respondeu: “Sobrevivi” (ibid.).

Ainda assim, suas idéias serviram para que se rompessem as barreiras invisíveis que separam morro e asfalto e conquistasse a simpatia e mesmo a amizade de artistas e intelectuais como o músico Marcelo Yuka, o documentarista João Moreira Salles e o cientista político Luiz Eduardo Soares. Em depoimento à mesma revista que entrevistou VP, Yuka, que afirma sempre ter evitado contato com os criminosos locais quando trabalha em projetos sociais nas favelas, acabou “construindo uma amizade muito sólida” com o traficante, pois percebeu que ele era “o homem certo no lugar errado.”. Diz ainda que discordava quando Marcio Amaro defendia que o tráfico poderia servir como algum tipo de saída para os pobres, mas que “deveria ser aproveitada nele essa vontade de entender os problemas da criminalidade e resolvê-los” (ibid.). Já Luiz Eduardo Soares diz que Marcio “tinha inteligência e sensibilidade para ser um cidadão estimado, respeitado, culto e influente, se a vida não o tivesse capturado numa dessas armadilhas a que os meninos pobres estão sujeitos, no Brasil, e particularmente nos morros do Rio” (Soares, 2000: 446). Sobre a relação entre João Salles e Marcio falaremos no decorrer do capítulo.

³⁹ Trechos do depoimento do traficante à CPI do narcotráfico publicados em “Marcinho VP é desmascarado na CPI”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28/04/2000, p. 20

⁴⁰ Marcinho VP, traficando informação. Revista Trip. Novembro de 2001, nº95.

Entretanto, seu discurso chamou também atenção dos jornalistas e, com isso, das autoridades públicas. Só que nesse caso, o resultado foi muito negativo para ele, pois passou, assim, a ser visto como um traficante muito mais perigoso e poderoso do que realmente era, dando início a uma série de caçadas policiais. A cobertura feita pela imprensa criou na sociedade uma visão distorcida em relação ao traficante: um Marcinho VP, bandido poderoso e cruel; quando na verdade o que existia era um traficante dono de pouco armamento, dinheiro e, conseqüentemente, poder.

Hélio Luz que chefiava a Polícia Civil em 1996, disse que Marcinho era um exibicionista e que não apresentava o “alto grau de periculosidade” que era propagado pela mídia⁴¹. Para Luz, Marcinho VP não passava de um “camelô do pó”⁴² que ganhou projeção nacional devido às polêmicas midiáticas das quais fez parte. Veremos, todavia, que atribuir exclusivamente ao exibicionismo do traficante a responsabilidade pela fama que ganhou e pelas caçadas policiais decorrentes dela é um erro. O que aconteceu foi bem mais complexo do que isso e envolve muitos elementos, desde omissões e distorções deliberadas por parte de jornalistas, até estratégias políticas obscuras por parte do Estado. E é isso que veremos a partir daqui.

4.2 Welcome to the humble world of the poor people

Como máxima autoridade local não oficial que era, ao aceitar, que a favela de Botafogo, cujo narcotráfico ele dominava, servisse de cenário para a gravação do videoclipe da música “*They don’t care about us*”, de Michael Jackson, Marcinho VP não poderia prever que como resultado disso teria sua vida transformada. Deixaria de ser um anônimo e pouco expressivo varejista do tráfico carioca para se tornar conhecido publicamente como um frio e perigoso criminoso e passar a fazer parte da lista dos mais procurados pela polícia. De acordo com Barcellos (op. cit.), o produtor brasileiro do videoclipe responsável por providenciar as locações de filmagem conhecia o traficante e o convenceu a permitir a gravação.

O “dono do morro”, no entanto, não se contentou em apenas assistir ao evento midiático e logo criou uma maneira de participar dele, interagir e aproveitar a oportunidade para expressar um pouco do que pensava. Mandou fazer camisetas com o nome de 23 homens de sua geração mortos nas batalhas urbanas do tráfico e as

⁴¹ Hélio Luz: *verdadeiro Marcinho VP está preso em Bangu I*. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/brasil/0649001-0649500/649197/649197_1.xml - acesso em 01/2008

⁴² Luz chama Spike de otário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p. 19

distribuiu entre moradores e o pessoal da produção do videoclipe. O principal presenteado foi o diretor Spike Lee. Além disso, fez uma faixa com os dizeres “*Welcome to the world... not the wonderful World... but humble world of the poor people.*” (Bem vindo ao mundo... não a um mundo maravilhoso... mas ao mundo humilde dos pobres.) e mandou que ela fosse pendurada no alto do morro para recepcionar Michael Jackson. Marcinho VP não apenas recebeu o astro da música pop internacional, como transformou a ocasião em um verdadeiro evento imagético/discursivo de protesto aproveitando a visibilidade da situação.

Ser uma favela pequena foi um dos fatores decisivos para escolha da Santa Marta, pois isso facilitava o controle da produção sobre quem teria ou não acesso às filmagens. Não foi permitido, pela equipe do artista pop internacional, que imprensa cobrisse o evento. Três jornalistas, no entanto, conseguiram se infiltrar na favela disfarçados de moradores locais. Os jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* enviaram, respectivamente, para a “missão” seus repórteres Nelito Fernandes, Silvio Barcetti e Marcelo Moreira. A estratégia dos jornais foi semelhante, barracos haviam sido alugados e os três “novos moradores” chegaram com antecedência de um dia, para passarem a noite de véspera de gravação do videoclipe. Os seguranças contratados pela produtora de Michael Jackson vistoriavam as casas justamente para evitar esse tipo de situação quando descobriram os jornalistas no meio da madrugada. Ao conduzirem os três para fora do morro, cruzaram com o chefe do tráfico.

Os repórteres, então, insistiram para que Marcinho VP aceitasse ser entrevistado. Segundo Barcellos (ibid., p. 342), a principal condição imposta pelo traficante para a realização da “entrevista coletiva” para os três grandes jornais do Rio de Janeiro era a de que sua identidade não fosse revelada e que se dissesse somente que era o depoimento de um traficante responsável por uma “boca de fumo”. O uso de gravadores e de câmeras fotográficas também foi proibido; todo o conteúdo deveria apenas ser anotado à mão pelos jornalistas. Após a conclusão da entrevista, os três se reuniram para checar as anotações e depois foram para as suas respectivas redações. Nenhum dos repórteres cumpriu a promessa feita à fonte em relação ao anonimato exigido. Nos três jornais, a identidade do entrevistado foi revelada.

No jornalismo, manter o anonimato da fonte de informação é um assunto regido por critérios subjetivos. Lage nos informa que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece em seu oitavo artigo que “Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade de suas fontes de informação”

(Lage, 2001: 92). Está, assim, nas mãos do próprio profissional da imprensa decidir se manterá ou não o sigilo de sua fonte. Aqui, no caso analisado, temos ainda que levar em conta que havia um acordo a esse respeito entre entrevistadores e entrevistado e que a entrevista só foi concedida sob a condição de não se poder revelar a fonte. O oitavo artigo trata-se, na verdade, de um direito do jornalista, para que mesmo pressionado não quebre o *off*. Muitas importantes matérias só podem ser escritas graças a informações fornecidas em sigilo. O direito de não revelar sua fonte é justamente o que possibilita a existência desse importante recurso ao repórter.

A relação entre fonte e jornalista é basicamente mantida pela confiança recíproca. Se o jornalista descumpre o acordo de não revelar a identidade de seu informante, não só deixará de ter futuramente qualquer informação por meio dessa fonte, como prejudicará toda a classe profissional que depende dessa confiança. Além disso, não se pode esquecer que se a fonte pediu sigilo é porque de alguma forma será prejudicada caso se torne público que ela deu os depoimentos ao repórter. Kovach e Rosenstiel chegam mesmo a afirmar que “no fim das contas o jornalismo é uma questão de caráter” (Kovach e Rosenstiel, 2003: 274). O trabalho da imprensa depende tanto dessa confiança mútua, e a quebra dela é tão prejudicial para a profissão, que Noblat adverte: “Uma vez que tenham assumido o compromisso de manter em sigilo a identidade de uma fonte, vocês estão obrigados a honrá-lo. Percam o emprego, vão para a cadeia, mas não desrespeitem o acordo com a fonte. É uma questão de ética” (Noblat, 2002: 65).

Além dessa questão da quebra de acordo, existiram outros pontos polêmicos em relação à forma como a entrevista foi publicada e como os jornalistas fizeram uso das declarações do traficante. Vamos analisar esses pontos, então. As manchetes relativas à entrevista foram as seguintes: “Traficante comanda a segurança e desafia a polícia” (*O Globo*. Rio de Janeiro, 12/02/1996); “O tráfico está pronto para a guerra” (*O Dia*. Rio de Janeiro, 12/02/1996); “O dono do Dona Marta: Líder do tráfico na favela saúda Michael Jackson, protesta contra desigualdade social e revela ser um assassino frio e vaidoso” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/02/1996).

Milton José Pinto fala sobre o processo de comunicação entre emissor e receptor: “A interação consiste em interpelar e estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio” (Pinto, 2002: 66). Assim sendo, no caso específico do título da matéria do *Jornal do Brasil*, percebemos que a intenção de marcar negativamente a imagem do

criminoso é explícita. Faz parte do senso comum considerar o traficante um sujeito mau, mas o repórter ainda atribui os adjetivos de frio e vaidoso, aumentando assim a carga pejorativa da mensagem.

Porém, existem problemas ainda maiores nessas matérias jornalísticas. Durante a entrevista, quando perguntado sobre quais drogas usava, Marcinho respondeu: “Não bebo, não fumo, não cheiro. Eu só fumo o mato certo” (Barcellos, op. cit., p. 350). Marcinho mais tarde explicaria o que quis dizer: “Meu único vício é mato. Mato, no morro, é maconha”⁴³. Porém, os jornalistas parecem não ter entendido a frase: o repórter do *Globo* decidiu omitir esse trecho do jornal⁴⁴, *O Dia* publicou: “Não bebo, não fumo, não cheiro. Só mato o certo”⁴⁵, já Marcelo Moreira, do *Jornal do Brasil*, escreveu uma versão com alterações ainda maiores: “Não bebo, não fumo, não cheiro. Meu único vício é matar, mas só mato quem merece morrer”⁴⁶.

A argumentação de Moreira na tentativa de justificar o “engano” é a de que o clima de nervosismo pode realmente ter contribuído para que entendesse de forma errada o que o entrevistado falara. Por fim, admitindo o erro, mas tentando ainda justificá-lo, declarou a Caco Barcellos: “A gente não quis exagerar em nada, não teve levandade nenhuma, sabe por quê? Não precisava ele falar. Eu já sabia que ele era violento. Só que naquele momento eu acho que ele não falou isso” (Barcellos, op. cit., p. 351).

Porém, não consideramos satisfatórias as explicações do repórter, pois não cabe ao jornalista distorcer depoimentos para adequá-los à imagem que faz do entrevistado. De acordo com Eugênio Bucci, nenhuma distorção vinda de um jornalista é aceitável, pois “a distorção deliberada é a mentira deslavada e consciente” (Bucci, 2004: 138). Marcinho VP pode ter cometido assassinatos, mas Moreira não tinha informações ou provas sobre isso, o traficante, como o próprio repórter admitiu, não declarou isso e, mais grave ainda, não disse que seu vício era matar. De forma alguma o jornalista teria o direito de alterar ou acrescentar conteúdo à fala do entrevistado. Sobre isso, Lage é bem claro:

⁴³ Marcinho VP, traficando informação. Revista Trip. Novembro de 2001, nº95.

⁴⁴ Estranho notar que o repórter do *Globo* tenha responsabilmente decidido não publicar a polêmica frase, mas que mais de sete anos depois, a repórter Maria Elisa Alves, do mesmo jornal, ao noticiar a morte de Marcio Amaro atribua ao traficante a frase “Meu único vício é matar, mas só mato quem merece morrer”. (Morte na cadeia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/07/2003, p. 12).

⁴⁵ O tráfico está pronto para a guerra. *O Dia*. Rio de Janeiro, 12/02/1996

⁴⁶ O dono do Dona Marta. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/02/1996

O direito fundamental da fonte é o de ter mantido o conteúdo (não a forma) do que revela. Isto significa não apenas o respeito ao valor semântico do que é informado, mas também às inferências que resultam da comparação entre o que foi informado e o contexto da informação. (Lage, 2001: 95)

Para Bucci, o que deixa alguns jornalistas e donos de jornais ou revistas livres para praticarem a distorção é a convicção de que não serão punidos por isso. Quando se trata de distorcer a fala de um criminoso, a situação tem o agravante de que a pessoa lesada, um foragido, dificilmente procuraria a justiça para se queixar do jornalista. Nas palavras de Bucci:

Jornais e revistas também praticam a distorção deliberada. O que permite, novamente, é a garantia de impunidade, isto é, a sensação compartilhada pelos donos dos órgãos de imprensa e pelos jornalistas no comando das redações de que não serão chamados a responder, perante o público, pelas mentiras que difundem. (Bucci, op. cit., p. 140)

Todavia, o público espera que o jornalista trabalhe com a máxima honestidade possível, afinal ele atua com a própria noção de realidade da população. Ao afirmar em seu texto que Marcinho VP era um homem frio, vaidoso e viciado em matar, Marcelo Moreira está transformando o traficante em tudo isso aos olhos do público. O próprio criminoso tivera noção clara disso e afirmou que as perseguições policiais e sua prisão foram provocadas por essa entrevista e “pela fama que uma frase produziu: ‘viciado em matar’⁴⁷”.

O que vemos aqui é a busca pelo aumento nas tiragens dos jornais para, conseqüentemente, conseguirem mais, ou mais caras, publicidades e vemos, também, a luta contra a concorrência. O repórter é pressionado para, independente dos “fatos” que tenham ocorrido no dia, produzir matérias que atraiam o público e o estimulem a escolher por comprar seu jornal e não o concorrente. Nessa ânsia por seduzir o leitor, não é raro se incorrer no erro do sensacionalismo. No caso que estamos analisando, vemos os três maiores jornais cariocas cedendo a essa tentação.

De acordo com Morin (op. cit), o sensacionalismo apela para as paixões e medos do público, invadindo o cotidiano das pessoas comuns com a força da tragédia, do crime, do sadismo. Busca-se tornar a tudo espetacular, injeta-se nas notícias a maior

⁴⁷ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

carga possível de afetividade. Esse autor nos explica, ainda, que existe nas notícias o mesmo tipo processo de projeção e identificação que nas diferentes formas de ficção:

A informação romanciada e vedetizada, de um lado, o sensacionalismo, de outro, apelam finalmente para os mesmos processos de projeção-identificação que os filmes, romances, novelas. De fato, os personagens em situação dramática dos fatos variados, as vedetes em situação romanceada da atualidade fornecem uma matéria real, mas da mesma estrutura afetiva do imaginário. O sensacionalismo funciona como tragédia, a vedetização funciona como mitologia. (ibid., p. 101)

A frieza e vaidade do personagem criado pelo jornalista - o traficante viciado em homicídios - são os ingredientes certos para mexer com os sentimentos de ódio e pavor de um público que já se sente acuado pela violência urbana. A realidade de um traficante com pouco poder, que apenas tinha de diferente o seu discurso de protesto contra a desigualdade social e o fato de seu morro ter sido escolhido para a gravação de um videoclipe, possivelmente atrairia bem menos leitores de jornal do que a ficção de um criminoso frio que declara ser viciado em matar. O relato da realidade, que é como o público percebe a notícia (como vimos no início deste capítulo), foi adulterado e tornado mais atraente e espetacular. Nesse caso, vemos a prática jornalística se afastar ao máximo da imagem idealizada que o jornalismo faz de si quando se define como o órgão social responsável por buscar e tornar pública a verdade: “Esse princípio básico do jornalismo – a busca desinteressada da verdade – é, em última instância, o que diferencia a profissão de todas as outras formas de comunicação” (Kovach e Rosenstiel, op.cit., p. 68).

Continuando nossa análise, vamos mostrar outros pontos que nos levam a afirmar que os três jornais agiram com sensacionalismo. Lage diz que a imprensa sensacionalista com suas histórias de crimes tratadas de forma sempre emocional distrai o grande público projetando aspirações e angústias. Diz também que é uma imprensa “competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente, mentirosa.” (Lage, 2002: 14).

Vemos então, que os três repórteres agiram de acordo com o que Lage aponta como característica da imprensa sensacionalista ao buscarem obter informações a qualquer preço, já que para conseguirem a entrevista mentiram para a fonte prometendo um sigilo que não existiu. Além disso, houve as distorções deliberadas feitas no discurso do traficante, dando tons mais fortes às suas palavras e mesmo inventando

falas que não existiram; é a tal imprensa “eventualmente mentirosa” nas palavras de Lage.

Chegamos, por fim, à terceira característica do sensacionalismo, para Lage, que é a competitividade. Os três jornalistas tiveram receio de serem “furados” por seus concorrentes e isso os levou à atitude antiética de quebrar a promessa de *off*. O nome de Marcio Amaro de Oliveira foi publicado não por ser considerado uma informação indispensável aos leitores, mas pelo medo de que o concorrente tivesse a exclusividade na divulgação dessa informação. Barcellos diz que ao chegar à redação do *Jornal do Brasil*, o repórter Marcelo Moreira resolveu dar o nome da fonte para seu editor, justificando que acreditava que o concorrente também não cumpriria a promessa: “Olha, tem essa matéria, tem esse acordo, mas eu acho que *O Globo* vai dar o nome.” (Barcellos, op. cit., p. 347). Na dúvida, os três optaram por uma atitude não ética, contanto que não fossem passados pra trás pela concorrência.

Julgamos importante ressaltar que mesmo se tratarmos aqui pragmática e exclusivamente de um jornalismo voltado para o mercado, a atitude dos três jornalistas não foi correta. O jornalismo depende da ética, porque precisa de credibilidade até mesmo para vender. Portanto, ser ético nem sempre significa ser contra o mercado. Bucci afirma que os jornalistas têm que ter um comportamento muito claro para com público e têm que prestar contas sobre suas atitudes, mesmo que por uma razão de mercado, já que é o público que em última instância os sustenta:

A razão de ser do repórter, de um editor ou de um repórter fotográfico não é a empresa que lhe paga o salário, mas a existência do direito à informação, o qual pertence ao cidadão. Este é o destinatário do trabalho jornalístico e, no final da linha, quem paga a conta é ele: é ele quem compra o jornal ou a revista e é ele que os anunciantes querem conquistar quando investem altas somas em publicidade. (Bucci, op. cit., p. 46).

Vemos então, que a ética é necessária até mesmo para preservar o valor de mercado da notícia, pois “a imprensa é a materialização de uma relação de confiança e o que sedimenta a confiança é uma prática ética” (ibid., p. 46). Porém, queremos, aqui nessas páginas, ir além dos resultados de uma análise dos limites éticos do jornalismo empresarial. Estamos apontando para a questão de que a própria noção de realidade social está sendo afetada quando ficção é consumida como realidade e que isso pode ter efeitos devastadores, tais como a legitimação da violência policial e a estigmatização de certas classes sociais.

O grande problema nesses casos é que por o público encarar as notícias como relatos fiéis à realidade, ele passa a agir e pensar baseado em falsas premissas. “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernarem.” (Kovach e Rosenstiel, op. cit., p. 31). Mas como exercer sua liberdade para se autogovernar, se o que pensa é baseado em dados adulterados de discursos semi-ficcionais que se passam por relatos isentos e imparciais da realidade social? A noção de realidade do leitor é completamente influenciada pelo conteúdo noticioso do jornal no qual confia. “A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade.” (ibid., p.31). Em muitos casos, no entanto, esses conhecimentos comuns que influenciam nos pensamentos e nas decisões de nossa comunidade são frutos de um discurso contaminado pelos mais rasos interesses políticos e mercantis.

4.3 A criação do mito Marcinho VP

Com a publicação da entrevista e de outras matérias coordenadas sobre o mesmo assunto, foi iniciada a criação do mito Marcinho VP. Um mito criado pela mídia e pelo poder público, que reagiu de maneira desproporcional à situação, tomando conscientemente como parâmetro o discurso midiático e não a realidade. Mito também reforçado pelo discurso inesperadamente politizado e polêmico do traficante.

Em sua fala, Marcinho VP destacou que os pobres das favelas representam hoje um novo Quilombo dos Palmares e que são perseguidos injustamente. Afirmou que a polícia não está preparada para lidar com o povo humilde e responsabilizou os baixos salários dos policiais pela corrupção na instituição. Disse, também, ser um profissional no seu trabalho, mas que não se sente poderoso e sim preocupado, pois sabe que o que faz é errado. (Barcellos, op. cit., p. 344). O conteúdo de seu discurso realmente fugia do esperado. Revelou ser contra a liberação das drogas, por causa dos efeitos alienantes causados por elas: “a droga anestesia a revolução social. Quem consome não consegue ver as coisas erradas do sistema porque está escravizado.” (ibid., p. 343). Porém, defendeu que “o tráfico é uma alternativa econômica para favelados” e “apontou os seqüestros como ações redistributivas de renda”⁴⁸. Manteve ainda o “tom revolucionário” ao comentar os efeitos da religião sobre o povo: “Sou católico, acredito

⁴⁸ Eloquência de traficante surpreende cientistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p. 18

em Deus. Li a Bíblia, mas não gostei. A Bíblia mistifica um pensamento que segurou o povo por séculos” (Barcellos, op. cit., p. 345).

Marcelo Moreira, o repórter do *Jornal do Brasil* que, como vimos, havia classificado Marcinho VP como assassino frio, opinou sobre o conteúdo do discurso do entrevistado: “Extremamente vaidoso, o traficante tentou passar a imagem de um homem inteligente e preocupado com questões sociais”⁴⁹. Já o ex-coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do estado do Rio de Janeiro, o antropólogo Luiz Eduardo Soares não concorda com a avaliação do repórter de que a motivação da fala do traficante seja a tentativa de passar uma imagem positiva. Soares acredita na sinceridade do entrevistado e diz que ele era

(...) criminoso e violento, sim, mas capaz de gestos generosos, de idéias virtuosas, de compromissos morais elevados, de grandeza e renúncia. (...) era profundamente preocupado com as condições sociais e políticas que condenavam tantos jovens a reproduzir seu destino autodestrutivo. Márcio sonhava com um Brasil menos desigual e hipócrita, mais justo e verdadeiramente democrático (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 23).

Outra pessoa que analisou os depoimentos do criminoso foi a antropóloga Alba Zaluar. Ela teria, de acordo com matéria do *Jornal do Brasil*, ficado perplexa com o esclarecimento que o traficante possuía sobre temas como revolução e desigualdade social. A antropóloga afirmou que ele “demonstrou grau de informação e de esclarecimento pouco comum no ambiente violento e marginal da criminalidade entrincheirada nas favelas cariocas”⁵⁰. Ela chama a atenção, porém, para as contradições existentes entre a fala e a realidade de Marcio Amaro “Ele se apresenta como alguém que está comprometido com idéias de revolução, mas vende drogas para qualquer pessoa, de qualquer idade, de qualquer classe social.” (ibid).

Entretanto, mais do que o conteúdo político da fala de MarcinhoVP, o que parece ter provocado a fúria do poder público foi a publicação nos jornais da informação de que houve um acordo entre a equipe de Michael Jackson e o traficante para que as filmagens pudessem ser realizadas. Teria sido exigido que a venda de drogas não fosse interrompida em momento algum e um cachê de valor não revelado teria sido pago ao “movimento”. Um funcionário da produtora responsável pelo clipe confirmou o acordo e disse que “negociações deste tipo são necessárias para a gravação

⁴⁹ O dono do Dona Marta. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/02/1996, p. 17

⁵⁰ Eloquência de traficante surpreende cientistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p. 18

em qualquer favela carioca”⁵¹. O presidente da Associação de Moradores do Dona Marta, José Luís de Oliveira mostra, na naturalidade de sua fala, como o tráfico é percebido como um poder local com forças de órgão oficial: “cada um tem sua burocracia: se para entrar no Brasil foi preciso autorização do Itamarati, para entrar na favela tinha que ter um *ok* do tráfico”⁵².

Governador do Rio de Janeiro na época, Marcello Alencar, deixou evidente que a motivação de se prender o traficante está mais relacionada ao evento da entrevista do que aos crimes cometidos por ele: “O governador ficou muito irritado com a audácia de Marcinho VP ao conceder a entrevista e com o destaque dado pelos jornais de ontem às declarações do criminoso”⁵³. Ele se reuniu com a cúpula da Secretaria de Segurança e pediu um plano imediato para eliminar o tráfico no morro Dona Marta. Aqui é um caso claro do poder da visibilidade midiática, o Estado só “enxerga” e combate o crime que aparece na imprensa. O diagnóstico de Debord se encaixa com perfeição, quando ele diz que o espetáculo “como parte da sociedade, é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência” (Debord, op. cit., p. 14). Olhar e consciência do governo dificilmente se voltam para a favela, basta vermos a falta de quase toda assistência estatal básica⁵⁴, e só são provocados e despertados pelo espetáculo da visibilidade da mídia. Como o que a mídia mostra na favela é o tráfico e o “assassino frio e vaidoso”, o Estado reage enviando repressão policial.

A divulgação na mídia de que a equipe de Michael Jackson teve que pedir permissão e pagar ao tráfico para poder filmar na favela foi considerada uma humilhação para as autoridades públicas. A situação deixava clara a ausência do Estado e o poder do “movimento” no morro.

O então chefe da Polícia Civil, Hélio Luz, muito irritado, declarou aos jornalistas que Spike Lee, o cineasta que dirigiu o videoclipe, era um “otário” por ter feito esse acordo com os traficantes. “Se ele tivesse recorrido a mim e pedisse autorização para fazer filmagens, eu o levaria a qualquer favela do Rio. Faria tudo gratuitamente”⁵⁵. Na próxima declaração de Luz vemos a verdade sobre a importância de Marcinho VP no

⁵¹ Tráfico mandou no clipe. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/02/1996, p. 16

⁵² Eloquência de traficante surpreende cientistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p. 18

⁵³ Marcello exige medidas duras. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p. 19

⁵⁴ Na época, o único serviço público que chegava ao morro Dona Marta era a energia elétrica (O morro que desafia a lógica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11/02/1996, p. 28).

⁵⁵ Luz chama Spike de otário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p. 19

cenário do narcotráfico do Rio de Janeiro: Spike Lee “pagou a um cara que julgava ser um grande traficante, mas que na verdade é um camelô do tráfico” (ibid.).

A resposta imediata, do Estado ao espetáculo da mídia, foi que o criminoso que na verdade, de acordo com o próprio chefe da Polícia Civil, era um mero “camelô do pó” passou a ser caçado como se fosse um mega-traficante. A perseguição durou pouco; uma semana após a gravação, Marcinho VP foi preso por policiais do Batalhão de Operações Especiais (o Bope). De acordo com Barcellos, quando o traficante foi capturado e, algemado, era conduzido pelos policiais, foi abordado por jornalistas que perguntaram quais eram na opinião dele os motivos de sua prisão; ele, então, respondeu (se referindo aos repórteres que o entrevistaram na véspera da gravação do clipe): “Essa pergunta tem que ser feita aos carneiros. Eles que me puseram na cadeia e destruíram minha vida” (Barcellos, op. cit., p. 357).

César Seabra, editor do jornal *O Globo* na época, concorda que não foi o poder real ou o grau de periculosidade do traficante que foram responsáveis pela perseguição e captura dele, mas sim a entrevista que o fez famoso: “Fui eu que fiz o Marcinho VP ficar famoso. Se não fosse por mim, ele não seria ninguém. Eu falei para o Nelito: ‘Não tem acordo com bandido’” (ibid., p. 360). Nelito também reconhece o peso da mídia nos eventos que se seguiram: “Pode-se dizer que a vida dele ficou marcada. Era uma coisa antes da entrevista e virou outra depois da entrevista.” (ibid., p. 358). Marcelo Moreira, do *Jornal do Brasil*, o responsável pela “criação” do traficante “viciado em matar”, disse se arrepender de ter quebrado sua palavra e divulgado o nome do entrevistado: “hoje acho que o certo seria não publicar nada e manter o acordo. Mas se não tivesse publicado, nada disso teria acontecido. Ele não seria o Marcinho VP, ele teria passado em branco” (ibid., p. 358).

Nota-se como a fama é, em si, um valor considerado muito importante tanto para César Seabra, quanto para Marcelo Moreira. Os dois não escondem uma espécie de orgulho quando, respectivamente, afirmam: “Se não fosse por mim, ele não seria ninguém” e “se não tivesse publicado (...) ele teria passado em branco”. Não só parecem não compreender que não foi favor algum ao traficante tê-lo tornado alvo prioritário da polícia, como aparentam não se importar com o fato de saberem ter construído uma farsa: um criminoso com dimensões que não existiam. Afinal, o próprio repórter do *Jornal do Brasil* não vê problemas em afirmar que criou um personagem quando diz que sem a entrevista, “ele não seria o Marcinho VP” (ibid.).

O resultado da fama foi que Marcio Amaro de Oliveira acabou condenado a 23 anos de prisão pelos crimes de formação de quadrilha, tráfico de drogas e apologia ao crime. E, de acordo com Barcellos, a entrevista não foi responsável apenas pelo desencadeamento do processo de perseguição e prisão, mas também pela própria condenação, já que ela serviu de base para todo o processo judicial (ibid., p. 359). Vemos então a mídia pautando as ações dos poderes executivo e judiciário, situação ainda mais controversa e perigosa se nos lembrarmos como foi feito o trabalho dos repórteres e do quão distante da verdade foi o resultado final das matérias jornalísticas.

4.4 Dois amigos: um novo espetáculo midiático

Em outubro de 1996, oito meses após ter sido preso, Marcio Amaro conseguiu fugir da carceragem da divisão de capturas (Polinter). As buscas iniciais da polícia não deram resultados e o traficante continuou foragido. A captura do famoso criminoso se tornou uma questão de honra para a Secretaria de Segurança e cartazes com uma foto de seu rosto e a promessa de recompensa de dois mil reais para quem desse informações sobre seu paradeiro foram distribuídos.

A “Secretaria de Segurança passou a encarar Marcinho VP como prioridade número um entre os foragidos do estado”, por considerá-lo “um dos traficantes mais perigosos em liberdade”⁵⁶. Antes de sua “entrevista coletiva”, Marcinho era considerado um traficante inexpressivo, com muito pouco poder, pelo próprio chefe da Polícia Civil. Agora, após passar meses preso, se torna “um dos traficantes mais perigosos em liberdade”. Que perigo é esse que ele passou a representar após uma entrevista e alguns meses de cadeia? A resposta é que ele se tornou um perigo para a imagem de eficácia do poder público. É um perigo para as autoridades que, na falta de capacidade e/ou vontade política de combater o crime e as condições sociais que o geram, escolhem usar a mídia para criar uma falsa imagem de eficiência.

Marcio Amaro de Oliveira ficou “desaparecido” até o início do ano 2000, quando o cineasta João Moreira Salles resolveu procurar a imprensa para tornar público que ajudava financeiramente o traficante para que este pudesse abandonar a vida de crimes e escrever um livro autobiográfico⁵⁷. João havia descoberto que seu telefone

⁵⁶ Marcinho VP vale prêmio de R\$ 2 mil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15/07/1997, p.22

⁵⁷ CPI quer ouvir João. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p.20

estava grampeado pela polícia e decidiu tornar tudo público com medo de ser chantageado.

O cineasta conheceu o traficante quando fazia as gravações do documentário “Notícias de uma guerra particular”, no morro Dona Marta. Lá, entrevistou diversos traficantes e chegou a gravar cerca de duas horas de depoimento de Marcio Amaro (depoimento que acabou não sendo usado no documentário). Como forma de retribuir a receptividade que teve na comunidade, João Moreira Salles deu aulas de história da arte, durante um ano, para os moradores interessados, no alto do morro. O traficante freqüentou algumas aulas, e João “foi ouvido a sério por Marcio e aprendeu a ouvi-lo” (Soares, 2000: 446).

Salles passou a emprestar livros ao líder do tráfico, de Machado de Assis a Albert Camus, para em seguida os dois discutirem o conteúdo (ibid.). Começaram a construir uma amizade inesperada. O cineasta, então, propôs que Marcinho VP deixasse o tráfico e se dedicasse a escrever uma autobiografia, ofereceu pagar a quantia de 1200 reais por mês para possibilitar sua saída do crime. Inicialmente, o traficante não aceitou. Então, o curso sobre história da arte já havia sido encerrado e João Salles não freqüentava mais o morro do bairro de Botafogo, os dois passaram meses sem se falar até que Marcio procurou o documentarista aceitando a proposta.

Marcio Amaro decidiu sair do país, indo primeiramente para a Argentina e passando os meses seguintes viajando pela América Latina. Mais tarde, ele afirmou que essa viagem foi importante para que descobrisse quem realmente era, ao ter contato com as lutas sociais de diferentes povos. Assistiu em uma universidade mexicana a uma palestra dos zapatistas e afirmou ter conversado, na Argentina, com líderes da Mães da Praça de Maio e que se admirou ao “escutar delas que lutariam até o último momento da vida para fazer justiça aos 30 mil desaparecidos, que merecem ter sua dignidade restabelecida”⁵⁸.

João Salles afirma que não sabia do paradeiro de Marcio Amaro e que apenas entregava o dinheiro a moradores da favela, que o enviavam para o traficante. Ele disse que não sabia como essas pessoas faziam o dinheiro chegar até Marcinho VP, mas ressaltou que eram pessoas honestas. “Essas pessoas são trabalhadoras e não estão envolvidas com o movimento do tráfico”⁵⁹.

⁵⁸ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

⁵⁹ CPI quer ouvir João. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p.20

O então coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania, Luiz Eduardo Soares, defendeu as atitudes de João Salles e disse que não considera que ele tenha sido ingênuo. Para Soares, o cineasta foi “sensível, desde o início, à complexidade do personagem e à multidimensionalidade de sua biografia” (op. cit., p. 105). O que ele teria feito é reconhecer “o talento, o valor e o potencial de Marcio, sem iludir-se, entretanto, isto é, sem idealizar o personagem, cujos crimes conhecia e, explicitamente, condenava.” (ibid., p. 104).

Essa relação entre um bandido de morro e um cineasta, membro de uma família muito rica e conhecida, gerou muita polêmica na mídia e na opinião pública. Um envolvimento inesperado entre pólos opostos da sociedade. O homem rico, que decidiu ser um diretor de documentários, acabou se vendo amigo do favelado que nunca se conformou com sua condição social, pegou em armas e se tornou chefe do tráfico em sua favela.

Mais tarde, quando Marcinho VP já estava preso, João Salles escreveu para uma revista um pequeno texto intitulado “O amigo que não pude ter”⁶⁰ no qual diz que caso o Brasil não fosse esse “moinho de moer gente” (uma definição emprestada de Darcy Ribeiro), com tamanha desigualdade social, Marcio e ele poderiam, estar “conversando sobre a vida numa mesa de restaurante”, ou no Maracanã assistindo a um jogo do Botafogo. Em seguida, João diz que, com inteligência e carisma, o amigo da favela possui um espírito de liderança natural. Mas que apesar das virtudes que carregava, “em um momento da vida olhou em volta, avaliou as opções que estavam à disposição dele e escolheu viver à margem da lei”. O cineasta se diz triste por perceber que vivemos em um país no qual um número crescente de crianças pobres escolhe pegar em armas, pois “lá pelos 15 anos de idade, quando a precariedade da educação pública já reduziu a quase zero as chances de um menino de favela ser alguma coisa quando crescer, a vida criminosa parece mais atraente do que a vida direita”. E encerra seu depoimento dizendo que “Marcio foi um desses meninos”.

O traficante, por sua vez, disse que João é um “abolicionista do século XXI”, por ter feito “descortinar a realidade ao conversar com um nativo marginalizado como igual”⁶¹. Atitude corajosa e rara, segundo Marcio Amaro, já que para ele, as celebridades, os artistas e os empresários contemporâneos serão, futuramente, vistos pela história como “escravocratas medrosos e inseguros – que têm medo de que existam

⁶⁰ Salles, João Moreira. O amigo que não pude ter. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

⁶¹ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

outros seres humanos com condições e possibilidades iguais, intelectuais e econômicas” (ibid.). Marcio disse que o que ele e João Moreira Salles tiveram “foi uma amizade sincera, das duas partes”⁶². E que têm em comum serem “duas pessoas cansadas, que querem mudar o mundo” (ibid.).

Sobre a amizade, João disse, em entrevista à revista *Veja*, que “as pessoas duvidam que possa existir uma relação entre dois seres tão diferentes apenas porque um desejou compreender o outro”⁶³, mas que de fato foi isso o que aconteceu. Ele queria compreender o porquê de alguém como Marcio optar pela vida do crime, entender o que faz com que meninos escolham pegar em armas. E, com o tempo, conforme teve mais contato com o traficante, passou a “vê-lo como um sujeito que é um criminoso, sim, mas que tem uma série de outros atributos, um lado iluminado” (ibid.). Percebeu que Marcio também tinha “uma sede incrível de entender o mundo”, e, inclusive, “uma vontade sincera de entender o Moreira Salles, o sujeito que estava do lado oposto ao dele” (ibid.).

O *playboy* e o bandido, dois arquétipos sociais que costumam, por si só, chamar a atenção da mídia, passaram a protagonizar uma história que tinha muitos ingredientes para chamar a atenção midiática. O evento atraía simultaneamente o público que consome vorazmente histórias sobre a vida das celebridades, dos ricos e famosos, e o público interessado nas notícias criminais.

A imprensa tem seus personagens símbolos, pessoas que mexem com o imaginário do público. Morin classifica-os como sendo os “olimpianos modernos”. “Esses olímpianos não são apenas os astros de cinema, mas também os campeões, príncipes, reis, “playboys”, exploradores, artistas célebres” (Morin, op. cit., p. 105). Moreira Salles, embora seja discreto em sua vida particular, pode se encaixar nesta definição já que ocupa, no imaginário popular, os status de *playboy*, por pertencer a uma família muito rica, e de artista, por ser um cineasta. Mesmo que Salles tenha uma personalidade discreta e não viva em um universo de badalação, quando ele passa a ser autor de uma ação polêmica, que chega ao conhecimento do público, toda a carga de simbolizar o “playboy-artista” é ativada aos olhos curiosos. Não era um anônimo que havia pago mesada a um traficante, mas um cineasta, membro de uma rica e famosa família. Isso faz com que a mídia se interesse muito mais pelo assunto.

⁶² *A vida no inferno*. Disponível em: http://veja.abril.com.br/030500/p_128.html - acesso em 01/2008

⁶³ *Não acredito que haja mal absoluto*. Disponível em: http://veja.abril.com.br/080300/p_028a.html - acesso em 01/2008

Nesse caso, o escândalo envolvendo o rico possuía o tempero do submundo, do ilegal. Era uma rara fusão entre dois mundos muito distantes, o do *playboy* e o do criminoso favelado. Mundos que só costumam se encontrar nas notícias policiais, quando um é vítima e o outro algoz, mas que dessa vez uniam-se por vontade própria em uma relação de troca. E, para completar o quadro que seduziria a mídia, ainda tinha o relevante fator de não ser um marginal qualquer que recebia ajuda financeira de Moreira Salles, mas Marcinho VP. O traficante que quatro anos antes ficara famoso pela polêmica entrevista no caso da gravação do clipe de Michael Jackson estava, então, envolvido em um novo escândalo.

Para o traficante, a história se repetia e ter o nome novamente publicado com destaque nas páginas de jornais resultou em novas perseguições policiais. No final do ano de 1999, ele era o quinto foragido mais procurado pela justiça carioca⁶⁴; depois do caso Moreira Salles ele voltou ao topo da lista. A recompensa pela sua captura, que era, até então, de cinco mil reais, dobrou de valor⁶⁵. Na ocasião, o então secretário de Segurança Pública, Josias Quintal, declarou: “A polícia agora quer, mais do que nunca, prendê-lo”⁶⁶.

A polícia, exatamente como no caso do clipe de Michael Jackson, aparentou, mais uma vez, ser mais motivada a prender criminosos por eles serem notícia do que pela dimensão dos crimes que eles cometem. Quanto mais visibilidade na mídia, maiores os esforços do poder público para capturá-los. O que fez a prisão do traficante se tornar novamente uma “questão de honra” para os policiais não foi um novo crime cometido, mas a revelação de que Marcio Amaro de Oliveira “recebeu ajuda financeira do cineasta João Moreira Salles para escrever um livro sobre sua trajetória, e de apoios que teria de políticos, artistas e jornalistas”⁶⁷.

Nesta época, em que Marcinho era o bandido mais procurado, ele não podia ser considerado o mais perigoso, já que segundo Barcellos (op. cit., p. 523) ele estava falido, com poucas armas e morando de favor na casa de amigos. Depois que deixou de receber a mesada de Salles, viu-se obrigado a voltar para o Brasil quase sem dinheiro.

Uma crise dentro do governo estadual teve início quando o então coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania, Luiz Eduardo Soares, disse à imprensa que apoiava a

⁶⁴ Os mais procurados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10/11/1999, p. 23

⁶⁵ Recompensa por denúncias sobre Marcinho VP é de R\$ 10 mil. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p. 20

⁶⁶ Dobra a recompensa por Marcinho VP. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p. 20

⁶⁷ Dobra a recompensa por Marcinho VP. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p. 20

atitude de João Moreira Salles. O secretário de Segurança, Josias Quintal, discordou das declarações de Luiz Eduardo e, com isso, foi iniciado um “bate-boca” público. Chegou-se a falar que a saúde do governador da época, Anthony Garotinho, havia sido prejudicada pelo estresse causado devido à polêmica. “Os médicos do Palácio Guanabara constataram que a pressão do governador chegou a 17 por 12 devido ao caso Marcinho VP”⁶⁸.

A crise iniciada na mídia terminou dentro da própria mídia quando, no dia 17 de março de 2000, o governador Anthony Garotinho anunciou a demissão, espetacular, de Luiz Eduardo Soares, ao vivo, em entrevista ao telejornal RJTV da rede Globo⁶⁹. Aqui, novamente, percebemos uma preocupação das autoridades públicas em justificarem suas atitudes para a imprensa. Vemos o Estado agir pela e para a mídia. Da mesma forma que o traficante é caçado porque aparece nos jornais, deixando clara a sua existência e a conseqüente incapacidade do Estado em acabar com o crime, o coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania é demitido pela televisão. São cabeças oferecidas em sacrifício à mídia.

Luiz Eduardo Soares, no entanto, explica que os motivos reais de sua demissão foram escondidos do público e que o caso Salles e Marcinho VP foi usado midiaticamente pelo governador como desculpa. Segundo Soares, sua permanência no governo já estava em crise há muito tempo, pois as reformas que vinha fazendo nas políticas de segurança do estado do Rio de Janeiro estavam desagradando o que ficou conhecido como a “banda podre das polícias”.

Nos bastidores do governo, Soares enfrentava a desaprovação de policiais corruptos, envolvendo o alto escalão das polícias civil e militar, que lucravam com a política de segurança que privilegiava as ações policiais violentas. Ainda de acordo com o ex-coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania, a reforma que tentava empreender nas polícias mexia com muita gente que já estava no poder há tempos, até mesmo pessoas em altos cargos que eram coniventes com corrupção e grupos de extermínio. Por isso, Soares teria sido demitido. A discussão pública com o então secretário de Segurança, Josias Quintal, foi apenas a desculpa usada por Garotinho, que estaria sendo pressionado para demitir Soares por grupos que mais tarde o apoiariam em sua campanha presidencial. “E qual foi o preço que os novos aliados cobraram para

⁶⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02/03/2000, p. 53

⁶⁹ Sobre a demissão de Luiz Eduardo Soares ver em Barcellos, op. cit., p. 523; Soares, 2000: 466-473 e Soares, 2006: 41.

aderir ao governo, começando a calçar os sonhos presidenciais do governador? Minha cabeça e o sacrifício de nossa política de segurança reformista” (Soares, 2006: 41). Mesmo demitido, Luiz Eduardo Soares ainda sofreu ameaças de morte e decidiu sair do país com a família e buscar um exílio voluntário e temporário nos Estados Unidos⁷⁰.

Voltemos então ao caso envolvendo João Moreira Salles e Marcio Amaro de Oliveira. Pouco mais de um mês depois de a relação entre os dois se tornar pública, Marcinho VP foi preso novamente. Algemado e cercado por policiais, a cena de 1996 parecia se repetir; muitos jornalistas com gravadores, câmeras filmadoras e fotográficas faziam perguntas. O traficante dessa vez resolveu não responder às perguntas dos repórteres; a única coisa que disse foi que a imprensa o transformou em um monstro⁷¹.

Mais uma vez, a facilidade com a qual o traficante foi capturado mostra as contradições entre o discurso da polícia, que o classificava como um dos mais perigosos foragidos da justiça, e a realidade. Afastado do tráfico devido ao acordo com Salles, e sem dinheiro desde que parou de receber a “mesada” do cineasta, Marcio foi encontrado sozinho, dormindo em um barraco no morro do Fallet, no bairro carioca do Catumbi, e se entregou sem resistência. “Ao perceber que estava cercado pela polícia, dentro de um barraco imundo com colchão, um armário, uma imagem de São Judas Tadeu e uma vela de sete dias acesa, Marcinho VP suplicou pela vida: - Perdi, perdi. Não me matem – gritava Marcinho”⁷². O próprio secretário de Segurança Josias Quintal mais tarde descreveria o, há pouco classificado como poderoso e temido, traficante dessa forma: “Ele estava tão acabado que parecia um mendigo, todo cabeludão”⁷³.

Após capturar o foragido, a polícia entrou em um impasse. A prisão havia sido efetuada por policiais da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e por agentes do Serviço Reservado da Polícia Militar. O secretário de Segurança Josias Quintal precisou de cerca de meia hora para acalmar os dois grupos que queriam o “privilegio” de prender o famoso traficante. Os agentes do Serviço Reservado queriam levá-lo para a Polinter, enquanto o outro grupo reivindicava o direito de prendê-lo na

⁷⁰ Mais informações sobre os bastidores da política de segurança do Rio de Janeiro na época em que Soares trabalhou no governo de Garotinho, sobre sua demissão, as ameaças da “banda podre das polícias” e sua “fuga” do país, ver em SOARES, Luiz Eduardo. *Meu Casaco de General: 500 dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

⁷¹ Marcinho VP diz que a imprensa o fez um monstro. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/brasil/0648501-0649000/648826/648826_1.xml - acesso em 01/2008

⁷² Marcinho VP está na cadeia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25/04/2000, p. 12

⁷³ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

DPCA. “Para os detetives da DPCA, os policiais militares queriam mesmo era colher os louros da prisão do foragido”⁷⁴.

Josias Quintal decidiu, por fim, levar o criminoso para a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE). Mais uma vez ficou clara a importância que a polícia dá para a aparência de eficiência. O que mais interessa não é a prisão do traficante, mas quem levará o crédito por ela. E assim, pela última vez, Marcinho VP foi preso. Da cadeia só sairia morto, no dia 28 de julho de 2003.

4.5 Preso pela última vez: CPI, estudos e livros

Três dias após sua captura, Marcinho VP se viu novamente como o centro das atenções midiáticas ao ser convocado para depor na CPI do Narcotráfico. Foi levado de avião à Brasília pela Polícia Federal e antes de começar a falar, o traficante ergueu o punho esquerdo e proferiu as palavras de ordem de sua organização criminosa, o Comando Vermelho: “Paz, justiça e liberdade” (Barcellos, op. cit., p. 532). Em seguida, falou sobre a desigualdade social como culpada pela criminalidade: “Temos que usar o nosso poder para ajudar o povo sofrido. Se tivesse como bancar, a juventude não entraria no narcotráfico. Só que há uma luta de etnias, como na África do Sul. Essa é a mesma inconsciência que tem nas favelas”⁷⁵.

Quando perguntado se era violento, ele respondeu que sim, que era igual ao Mad Max⁷⁶ e que aquela era a sua realidade (Barcellos, op. cit., p. 532). Em outro momento, se disse um leitor de Albert Camus. Esta miscelânea de referências culturais pontuou o depoimento de Marcio Amaro de Oliveira. O momento mais tenso foi quando os deputados pediram ao depoente que entregasse os nomes dos grandes e verdadeiros chefes do narcotráfico nacional. Ele respondeu que não sabia quem eram os ricos que financiam o tráfico das favelas. Então os deputados acusaram o traficante de ser revolucionário apenas no discurso, já que se recusava a entregar tais nomes.

Os políticos se disseram decepcionados por ele não ter ajudado com informações relevantes sobre a elite brasileira envolvida com o narcotráfico. O então secretário de Segurança do Rio, Josias Quintal, disse que já esperava um depoimento evasivo do

⁷⁴ “Marcinho VP está na cadeia”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25/04/2000, p. 12

⁷⁵ “Marcinho VP é desmascarado na CPI”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28/04/2000, p. 20

⁷⁶ Mad Max é um personagem de um filme homônimo interpretado pelo ator Mel Gibson e dirigido por George Miller.

traficante e que isso era a prova de que Marcinho não queria largar a criminalidade: “Acho que ele não quer mudar de lado”⁷⁷.

Mais tarde, Marcio diria que, na CPI, se sentiu indo de encontro a uma alcatéia. Se disse surpreso pela forma com que foi inquirido: “Me surpreenderam os parlamentares e sua inquisição, pois eles só queriam retirar confissões e não conseguiam observar que sou o efeito e não a causa”⁷⁸.

João Moreira Salles também foi chamado a prestar depoimentos à CPI, porém como testemunha. Ao contrário do traficante, ele agradou com o conteúdo de suas palavras. O cineasta explicou as razões que o levaram a ajudar Marcinho VP e exibiu o documentário “Notícias de uma guerra particular” no plenário. Ao final do seu depoimento, ele foi aplaudido pelos deputados (Barcellos, op. cit., p. 533).

Dessa forma, a participação dos dois na CPI estava encerrada. Porém, um inquérito policial para investigar as relações entre cineasta e traficante também foi instaurado. Aliás, a forma como João foi indiciado foi mais um espetáculo feito para a mídia. Ele havia sido convidado a depor como testemunha e estava, acompanhado por seu advogado, dando seu depoimento para um delegado, quando este pediu licença para se ausentar da sala por uns minutos. Do lado de fora, uma equipe de jornalistas o aguardava: “O delegado indiciou João, ao vivo, no *Jornal Nacional*” (Soares, 2000: 471). E o pior é que isso tudo aconteceu “sem que o indiciado ou seu advogado sequer tivessem sido informados de que, subitamente, alterava-se a natureza daquela visita à delegacia e que a testemunha convertia-se, sem explicações, em réu” (ibid.).

Após três meses, foram enviadas três acusações pela polícia ao ministério público: formação de quadrilha, envolvimento com narcotráfico e favorecimento pessoal. As duas primeiras acusações foram arquivadas por falta de sustentação e a terceira, encaminhada para o Juizado Especial Criminal. O processo foi encerrado com um acordo: “o cineasta se comprometeu a prestar serviços comunitários e a pagar multa, de 7.400 reais, revertida em benefício da Associação Beneficente Brasileira de Reabilitação, e as custas do processo”⁷⁹.

O ex-coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do estado do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares destaca, porém, que o acordo entre João Salles e Marcio

⁷⁷ Narcotráfico: Respostas de Marcinho não agradam. Secretário de Segurança e estudiosos reprovam sua atitude. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28/04/2000, editoria Rio

⁷⁸ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

⁷⁹ Morte na cadeia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/07/2003, p. 12

Amaro não foi criminoso. Diz que a “bolsa” paga ao traficante servia como adiantamento dos direitos autorais do livro que seria escrito.

(...)tudo estritamente conforme a legislação brasileira, segundo a qual é perfeitamente lícito contratar serviços legais de qualquer cidadão, independentemente das relações deste com a justiça. (...) o acordo entre ele e João, repito, era lícito (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 105)

Mesmo com Marcio na prisão, João continuou a ajudá-lo. Visitava-o e sempre levava livros para o amigo. Marcio, por sua vez, “mostrou-se aplicado nos estudos, comentando cada texto com argúcia e entusiasmo: Machado de Assis, Lima Barreto, Sergio Buarque de Holanda e vários outros.” (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 107). Com o cárcere, a vontade de estudar cresceu e ele foi o primeiro detento da penitenciária de segurança máxima de Bangu I a reivindicar o direito de estudar enquanto estivesse sob a tutela do Estado⁸⁰. Marcinho disse que, preso, a sua fórmula de combate havia mudado. Com a oportunidade de ler mais e aprender coisas novas, ele revelou que esperava se “desembaraçar desse emaranhado de códigos e subjugações que nos mantêm lá embaixo, apartados”; e completou: “Quero me ver livre desse coquetel molotov feito de droga, miséria e alienação política” (ibid.).

Quando Marcio Amaro foi preso dessa última vez, sua mãe disse aos jornalistas: “Ele não é o monstro que estão dizendo. Há dois anos que tenta sair desta vida”⁸¹. O filho confirma as palavras da mãe e diz que, quando foi preso, já estava desligado do tráfico, mas que sabia que a polícia nunca o esqueceria devido a suas atitudes e palavras no passado: “Na favela, integridade, virtude e luta são como tatuagens: serão sempre lembradas pelos capitães-do-mato, que é como eu chamo a polícia”⁸². Disse que pretendia estudar Letras quando saísse da prisão, para ser um “agente da politização de gente excluída do Brasil”(ibid.). Afirmou que esse seria seu novo caminho para ajudar os moradores de favelas: “Essas pessoas precisam despertar, se descobrir, saber que existem outros valores, outros povos, outras soluções. Saber que estamos vivendo na miséria porque os governos são incompetentes” (ibid.).

De qualquer forma, mesmo se não tivesse sido assassinado, seu desejo de se tornar professor de letras ainda estaria muito distante de se concretizar. Somando suas

⁸⁰ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, n°95

⁸¹ Marcinho VP está na cadeia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25/04/2000, p. 12

⁸² Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, n°95

penas ele foi condenado a 42 anos de detenção⁸³, dos quais cumpriria 30 anos, que é o tempo máximo que uma pessoa pode ficar presa segundo a legislação brasileira. Na opinião de Hélio Luz, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, a condenação foi exagerada e se deveu a dois fatores, a visibilidade que Marcio ganhou na mídia e a confusão que fizeram entre ele e um traficante chamado Márcio dos Santos Nepomuceno, chefe do tráfico no Complexo do Alemão e também conhecido pelo mesmo apelido: “Marcinho VP”. “Esse outro mata a sangue frio e é mesmo bandidão”⁸⁴, explicou Luz. O ex-coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania Luiz Eduardo Soares afirma que o ex-governador do Rio Antony Garotinho “atribuiu a Marcio Amaro de Oliveira um elenco de crimes bárbaros, cuja autoria era, na verdade, de seu homônimo” (Soares, 2000: 453). Soares afirma que a confusão era intencional, pois advertiu repetidamente o ex-governador e mesmo assim ele persistia no “erro” toda vez que falava com a mídia sobre o criminoso. Era uma estratégia política para ter apoio popular na perseguição ao foragido: “Era conveniente pintar Marcio com as cores de uma fera selvagem, de um estuprador brutal, de um traficante rico e poderoso, para caracterizar a desproporção entre a esperança na recuperação do criminoso e a monstruosidade de seus crimes” (ibid., p. 453). Construiu-se um monstro para depois mostrar a eficiência do poder público em livrar a sociedade dele.

4.6 Abusado: biografia e assassinato

No ano de 2003, Marcio Amaro de Oliveira voltou à mídia devido ao lançamento do livro *Abusado: O dono do morro Dona Marta* - sua biografia, escrita pelo jornalista Caco Barcellos. Segundo o jornalista, eles se conheceram em 1996, no período em que o traficante estava preso. Barcellos apresentava um programa sobre a pobreza no país, na emissora de televisão por assinatura *Globo News*, e para ter acesso às favelas, precisava entrar em contato com os líderes do narcotráfico de cada uma. Dessa forma, conheceu Marcinho VP.

Ainda de acordo com Barcellos, em 1999, ele foi procurado pelo traficante que fez a proposta de relatar sua vida para que o jornalista escrevesse sua biografia. Após firmarem um pacto de que o traficante só falaria sobre ações do passado, para que o biógrafo não se tornasse cúmplice de crimes em andamento, o repórter aceitou fazer o livro (Barcellos, op. cit.).

⁸³ Um corpo jogado no lixo. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/07/2003, p. 11

⁸⁴ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95

O jornalista usou um recurso que se mostrou pouco eficiente para proteger suas fontes, trocou o nome dos criminosos que ainda estavam vivos e manteve o nome verdadeiro dos que já haviam morrido. Marcinho VP, por exemplo, foi chamado de Juliano VP. Em relação a traficantes anônimos para a mídia, o recurso pode até funcionar, mas não no caso de Marcinho. De nada adianta trocar seu nome para Juliano VP se o livro conta toda a sua história, já tornada pública pela imprensa. Os eventos da gravação do clipe de Michael Jackson na favela e da posterior entrevista coletiva não deixavam a menor dúvida sobre quem se estava falando. Moradores da favela disseram que o livro não repercutiu bem entre eles e confirmaram que “embora o autor tenha trocado o nome dos personagens, eles foram facilmente identificados”⁸⁵.

Barcellos afirma ter avisado ao traficante sobre as possíveis consequências de se escrever tal livro. Explicou que o problema seria a fama que o criminoso atingiria com a publicação, e concluiu: “E o que acontece com os bandidos no Brasil quando ficam mais conhecidos? Alguns são presos e tudo bem. Mas muitos são mortos. Não quero ser instrumento da morte de ninguém” (Barcellos, op. cit., p. 460). Mas, ainda de acordo com o jornalista, Marcinho VP, mesmo com a advertência, manteve a opinião de que o livro deveria ser escrito.

Poucos meses após o lançamento do livro, na tarde de 28 de julho de 2003, o corpo do Márcio Amaro de Oliveira foi encontrado por agentes penitenciários dentro de uma caçamba de lixo no presídio de Bangu III⁸⁶. Os laudos da perícia apontaram que ele foi morto por asfixia mecânica provocada por mais de uma pessoa. Caco Barcellos escreveu um posfácio, para as edições do livro que foram impressas após a morte do traficante, no qual diz que o assassinato não tem relação com a publicação do livro e que a morte, provavelmente, se deve ao fato de terem deixado Marcinho VP preso junto com inimigos declarados.

O serviço de inteligência do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe) chegou a interceptar, dias antes do assassinato, um telegrama com ameaças enviado a Marcio Amaro. Ele teria sido mandado por Márcio dos Santos Nepomuceno, o outro traficante também conhecido como Marcinho VP, e dizia: “Cala a boca, senão você vai pra vala. Você tá querendo aparecer demais” (ibid).

⁸⁵ *Traficante Marcinho VP é enterrado em clima de comoção*. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/odia/1282501-1283000/1282848/1282848_1.xml - acesso em 01/2000

⁸⁶ Um corpo jogado no lixo. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/07/2003, p. 11

Soares conta que na época do lançamento do livro de Barcellos, o preso revelou a amigos e parentes que pressentia que corria riscos. Não temia ser morto, entretanto, devido ao livro divulgar informações confidenciais do crime, “mas pelo simples fato de ser objeto de um livro, destacando-se, diferenciando-se, ultrapassando fronteiras simbólicas que o mundo cerrado da comunidade encarcerada erguia” (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 107). Ainda segundo o antropólogo, a massa carcerária não permitiria uma “diferenciação individualizante” que vislumbresse a superação do universo de valores compartilhado pelos detentos. Ele acredita que o assassinato de Marcio Amaro não foi motivado apenas pela publicação de sua biografia, mas também pelo comportamento diferenciado do traficante na prisão. Os detentos não permitiriam a Marcio “furar a parede cultural com livros, que são armas poderosas e perigosas porque absolutamente inclassificáveis” (ibid., p. 107). O antropólogo afirma que os demais presos se sentiam incomodados com a postura do traficante, como se estivessem incomodados com o seu interesse pelos livros e por sua evolução intelectual:

Márcio estava proibido de mudar por uma conspiração inconsciente e tácita, que reunia os parceiros mais desiguais e insólitos. Companheiros de prisão não permitiram que ele transgredisse a única lei inviolável: não serás outro (para que eu permaneça o que sou) (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 107).

João Moreira Salles concorda com Soares e diz que quando Marcio foi encontrado morto dentro de uma lata de lixo, jogados em cima de seu corpo estavam “todos os livros que tinha, inclusive o *Abusado*, porque achavam pedante um bandido ler. Por cima do corpo e das obras tinha uma cartolina na qual escreveram, com sangue, algo como ‘bandido não foi feito para ler, cale a boca’⁸⁷. Tudo indica que a facção da qual Marcio fazia parte, o Comando Vermelho, deu carta branca para seu assassinato. No dia de seu enterro, a facção criminosa não mandou fechar o comércio na região, como é costume em sinal forçado de luto, e nenhuma coroa de flores foi enviada⁸⁸.

Assim terminou a história de Marcio Amaro de Oliveira, aos 33 anos, jogado em uma caçamba de lixo em um presídio de segurança máxima. Como observou João Moreira Salles, Marcio foi mais um garoto brasileiro pobre e favelado que optou pelo crime. Tantos na mesma circunstância já fizeram essa escolha e é fácil supor que muitos

⁸⁷ Entrevista disponível em: http://www.facasper.com.br/jo/print.php?id_notas=228 – acesso em 01/2008

⁸⁸ *O fim do traficante pop*. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG59234-6009,00.html> – acesso em 01/2008

ainda a farão já que as condições sociais e políticas, que criam o ambiente no qual o crime é uma das opções a se pensar, estão não apenas sendo mantidas, mas agravadas.

Marcinho VP está morto, mas o tráfico não perdeu poder algum com isso. Os morros continuam tomados pelo “movimento”, os inocentes das favelas permanecem entrincheirados nas batalhas urbanas diárias do Rio de Janeiro. Apesar de todo o alvoroço em torno das caçadas policiais, o tráfico carioca não dependia de Marcinho VP para funcionar. Como, também, não depende de nenhum desses outros homens que, quando capturados pela polícia, são apresentados com furor pela mídia, algemados, de cabeça baixa, usando bermudas e calçando chinelos de dedo. O tráfico não depende deles enquanto indivíduos, pois assim que são capturados ou mortos, automaticamente são substituídos. O tráfico depende é das condições sociais, políticas e econômicas que geram a pobreza, a miséria e o desespero de tantas pessoas. A mídia nos está turvando a visão, quando em vez de investigar e debater as causas da miséria e do crime, nos convida a um exercício de catarse, alimentando nossos medos e ódios.

Para Morin, os criminosos que aparecem nos jornais podem servir para a liberação de instintos homicidas reprimidos. “Os grandes criminosos são, portanto, literalmente, os bodes expiatórios da coletividade” (Morin, op. cit., p. 115). Já Soares explica que ao projetarmos o mal na figura do bandido corremos o risco de nos identificarmos com ele. “Não suportamos nossa própria imagem refletida no espelho dos criminosos.” (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 121). Dessa forma, podemos acabar por reconhecer em nós mesmos a possibilidade do mal que tentamos exorcizar. “Intensifica-se, assim, o ódio, a repugnância: não basta mais classificá-los, julgá-los, afastá-los do convívio social; é preciso matá-los, eliminá-los” (ibid.).

Para não correremos o risco dessa identificação com o bandido, preferimos enxergá-lo como sendo a “síntese do mal absoluto, isto é, o criminoso monstruoso, hediondo, bárbaro” (ibid.). Tentamos eliminar dele qualquer traço humano que possa servir para nos ligar, e dessa forma alargamos “o abismo que nos separa desse personagem animalizado, para melhor nos protegermos do risco de confundirmo-nos com ele, identificarmo-nos com ele” (ibid., p. 121).

A mídia, por sua vez, como se pôde constatar na análise do caso de Marcinho VP, reforça esse abismo entre o público e o criminoso. Ela nos apresenta monstros descontextualizados histórica e socialmente de nós. Os traficantes e criminosos das favelas nos são apresentados como a personificação do mal, e contra o mal só nos resta nos armar para tentar destruí-lo. Não há espaço para tentar compreender. Portanto,

vemos que o problema da criminalidade está sendo, de forma geral, tratado de maneira leviana. Constroem-se narrativas que induzem o público a enxergar no criminoso de origem pobre a causa dos males da sociedade, quando na verdade deveríamos estar discutindo a seguinte questão: “que sociedade é essa que cria tantos criminosos, que faz com que muitos jovens optem por uma vida curta e violenta?”.

No entanto, para o Estado, muito mais cômodo do que encarar os problemas sociais geradores de tamanha criminalidade e violência, é se ver pautado pela mídia e aceitar os “monstros” criados por ela, os quais podem ser combatidos com ações policiais que trazem o alívio momentâneo para o público. Dessa forma, chegamos à situação limite de hoje nos grandes centros urbanos brasileiros, na qual os índices de violência só tendem a crescer enquanto a população, confusa, clama por mais rigor e repressão por parte da polícia.

CONCLUSÃO

A figura de Marcinho VP era complexa demais para ser reduzida a um estereótipo. Foi um jovem inconformado que se tornou um criminoso. Mas, também, foi mais do que isso. Seu gosto pela leitura, seu interesse pela política e seu discurso com toques revolucionários fez com que criasse vínculos inesperados com pessoas de mundos muito diferentes do seu. Ele não era o típico traficante, nunca quis ser apenas isso, buscava entender o outro lado, o asfalto, a elite, os intelectuais e os artistas. Não aceitou sua condição “guetificada” e as amarras sociais que deveriam restringir seus movimentos, seu campo de ação, seu discurso. Possuía uma espécie de capacidade “poliglota”, de se comunicar não apenas com os seus “soldados” ou com os moradores de seu morro; sua fala foi capaz de atingir também o músico, o antropólogo, o cineasta.

Por tudo isso, no caso de Marcio Amaro de Oliveira é mais difícil deixar de enxergar que existe um homem por trás do traficante. Com ele, o processo que transforma criminosos no “outro expiatório” enfrenta dificuldades imprevistas, pois esse “monstro” não reagia aos ataques apenas com tiros, mas com palavras. Também não silenciou ou abaixou a cabeça quando capturado, mas, ao contrário, fez questão de mostrar que as coisas não eram tão simples quanto queria fazer pensar a visão maniqueísta estimulada pela mídia e pelo Estado.

Entrevistado no presídio, o que se ouvia não era a voz de um monstro, mas a de um homem, criminoso sim, mas que sabia que era apenas a superfície de processos sociais e históricos muito maiores: “Tenho mágoa porque meus bisavós, avós e pais não conseguiram ter possibilidades na vida. Porque meus filhos, tão jovens, já sofrem o mesmo efeito”⁸⁹. O detento não se furtava de também acusar os que o julgam e condenam: “Tenho mágoa porque a elite letrada brasileira é incapaz de ser generosa” (ibid.). Soares define bem a complexidade desse personagem:

Diante de sua carreira criminal, desaba qualquer idealização unilateral; mas também desabam as classificações grosseiras que o diabolizam, em face de suas reiteradas transgressões à gramática selvagem e arbitrária do crime, em face de sua disponibilidade para o diálogo, a crítica, o pensamento, o engajamento solidário e a autocrítica (Athayde, Bill e Soares, op. cit., p. 104)

Por meio do estudo de sua trajetória e de suas relações com a mídia, torna-se mais fácil problematizar e refletir sobre o fenômeno da criação midiática de “criminosos-monstros”. Sua personalidade, seu discurso e suas ações fazem com que se

⁸⁹ Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, n°95.

perceba que a escolha pela vida do crime não é feita somente por pessoas essencialmente tão diferentes de nós, piores do que nós. Por isso, o ex-governador Anthony Garotinho “confundia” propositalmente os dois Marcinhos VP, como vimos no último capítulo: porque Marcio Amaro de Oliveira colocava repetidamente em xeque as estratégias de criação do “traficante-monstro”; então o ex-governador tentava transformá-lo em outro, mais poderoso e mau, mais adequado ao papel criado para ele.

É importante, no entanto, ressaltar que Marcio Amaro só torna mais fácil identificar tais estratégias, mas que elas são usadas repetidamente pela imprensa e pelo poder público contra outros criminosos que não possuem as mesmas “defesas” que ele. Seu discurso o humanizava, servia como um constante lembrete de que não era um monstro, mesmo que fosse um criminoso. Já esses outros criminosos dificilmente têm a capacidade retórica de Marcio, ou mesmo seu conhecimento, por isso, quando presos, se calam, tornando a situação mais sutil e perigosa. Pois as finalidades e resultados esperados, pela mídia e pelo Estado, são os mesmos: tornar tais criminosos seres diferentes de nós em essência e não em contingência. Dessa forma, ódio e medo são projetados no bode expiatório que é punido com prisão ou morte para apaziguar os espíritos dos cidadãos e desviar seus olhares das raízes mais profundas da criminalidade.

Como vimos, a lógica individualista do capitalismo, que se realiza pela exploração do homem pelo homem e que dá a corporações empresariais o poder de imporem suas vontades a países inteiros, gera e concentra riqueza às custas da manutenção de uma violência estrutural que mantém muitos imobilizados em meio à miséria. Ao mesmo tempo, se responsabiliza o pobre por sua pobreza, por sua incapacidade de consumir e assim participar de uma sociedade na qual cidadania e poder aquisitivo são conceitos que se fundem e confundem. Ao invés de assistência, essa mentalidade prega que o miserável merece o desprezo. O pobre passa a ser o *outro* do cidadão, o indesejado que deve ser mantido em guetos, isolado e esquecido. Guetos que são invisíveis socialmente e só lembrados quando algum de seus moradores comete, ou é acusado de cometer, um crime. Assim, o pobre não é apenas percebido como o responsável por sua própria pobreza, mas também como fonte potencial de perigo para os “verdadeiros” cidadãos. A mídia, que constrói por meio de suas narrativas a noção de realidade do público, geralmente reforça essas idéias das classes dominantes, legitimando as estruturas políticas e socioeconômicas de produção e manutenção de miséria e também a violência policial contra os temidos moradores dos guetos.

Diante desse quadro, o Estado opta por comandar ações policiais espetaculares contra os crimes que ganham destaque na imprensa. As condições geradoras da exploração, dos guetos e da própria criminalidade permanecem intactas e são até mesmo fortalecidas com essa postura. O Estado atua sobre a imagem criada pela imprensa. Assim, chegamos ao ponto de ter o poder público agindo para a mídia e não para a sociedade. Isso faz com que tenhamos uma polícia que mantém com a mídia um relacionamento cuja lógica muito se assemelha à do terrorismo contemporâneo, descrita por Baudrillard: “(...) mais vale não se encontrar num local público onde opera a televisão, haja vista a forte probabilidade de se produzir um acontecimento violento induzido por sua presença. Em toda a parte há uma precessão da mídia sobre a violência terrorista” (Baudrillard, 1992: 84). Poderíamos dizer, também, que se tornou comum uma precessão da mídia sobre a violência policial voltada contra as “classes perigosas”.

A política pública de nosso governo está *mediatizada*, ou seja, na condução do processo político, a imagem é colocada como prioridade e isso resulta numa “articulação visceral da mídia com as instituições da sociedade tradicional” (Sodré, 2006: 165). E como a mídia, de maneira geral, está sujeita aos interesses do capital, percebemos que são as vontades do mercado e a lógica do capital que estão invadindo as instituições sociais. A mídia forma as subjetividades de cada cidadão, mas não apenas isso, ela também altera o funcionamento da própria política.

A lógica que causa as ampliações das desigualdades e a guetificação dos pobres cria ainda a mentalidade de que esses pobres representam perigo à sociedade e que, para a segurança de todos, eles devem ser mantidos em seus guetos sob a ameaça estatal das armas. As opções para eles são o gueto ou a prisão, o que importa é que estejam acuados e imobilizados. As perseguições policiais, mortes e prisões com larga cobertura da imprensa teriam ainda outras funções além da de desviar os olhares e consciências das verdadeiras raízes da violência urbana. Essa política de repressão serviria, também, de exemplo não só para que outros pobres vejam o que acontece com os que transgridem as leis, mas também para mostrar para os “cidadãos-consumidores” que a alternativa ao sistema-mundo que privilegia a busca pelo lucro e consumo é a total exclusão e a convivência diária com a violência e o medo (Bauman, 1998: 78 – 9).

Quanto mais se isolam os guetos pobres das cidades afirmando que são “fábricas de criminosos”, locais perigosos e ameaçadores, mais se faz com que a realidade deles seja realmente a da violência. É uma trágica profecia que se auto-cumpre. Quanto mais são abandonados pelo Estado, mais espaços se criam para ilegalidade; quanto menos

condições de empregos descentes são oferecidas à juventude pobre, mais condições se criam para que o tráfico, e o crime de forma geral, sejam opções em suas vidas. É um sistema perverso, criador de estigmas, preconceito e responsável pela manutenção do isolamento das áreas pobres das cidades.

Repete-se na estrutura interna de nosso país a lógica do combate internacional às drogas. Os EUA, principais consumidores de drogas ilícitas, não apóiam o desenvolvimento dos países das Américas, mantendo assim as condições de pobreza que fazem com que o narcotráfico seja sedutor para parte de suas populações, mas não parecem se importar em gastar fortunas com o combate armado ao tráfico. Da mesma forma, o poder público brasileiro opta pelo simples enfrentamento armado aos traficantes de nossas favelas e prefere ignorar medidas mais complexas que lidem com as bases sociais do crime. Tudo isso é parte do mesmo modo de operação capitalista contemporâneo: o crescimento das desigualdades socioeconômicas globais e locais e o acumamento, feito sob ameaça de morte, dos pobres.

Concluimos, assim, que de forma diferente do que a mídia costuma nos fazer crer/sentir, as possíveis soluções para os problemas relacionados à violência urbana vão muito além da mera repressão policial. Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que as estratégias de resistência política na contemporaneidade têm que levar em conta as questões que envolvem a criação da realidade pela mídia. A visão de mundo do cidadão transformado em consumidor é moldada dia-a-dia pelos meios de comunicação. Assim sendo, é preciso desmontar o discurso midiático, analisar o que existe por trás das imagens e textos, desvelar as estratégias e enfrentamentos que os compõem. Somente assim é que poderemos criar resistências e procurar espaços para agir na busca por cidadania e verdadeira democracia.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, Guilherme Assis de; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003.

AMORIM, Carlos. *CV-PCC: A Irmandade do Crime*. Rio de Janeiro, Record. 2004.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

BARTLETT, W. B. *História ilustrada das Cruzadas*. São Paulo: Ediouro, 2002.

BARCELLOS, Caco. *Abusado: O Dono do Morro Dona Marta*. Rio de Janeiro. Record, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

_____. *A Transparência do Mal: Ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas: Papirus, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *O Mal-estar da Pós- Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOORSTIN, Daniel. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage Books, 1992.

BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

CAIAFA, Janice. *Nosso Século XXI: Notas sobre arte técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

D'AMARAL, Marcio Tavares. *Comunicação e diferença: Uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. Sobre tempo: considerações intempestivas. In: DOCTORS, Marcio (org.). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O que é a filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Space, Knowledge, and Power*. 1984.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.

GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986

JAGUARIBE, Helio. Tempo e história. In: DOCTORS, Marcio (org.). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

KELLNER, Douglas. Commodity spectacle: McDonald's as global culture. In: *Media spectacle*. London: Routledge, 2003.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo, Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. *A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

_____. *Estrutura da Notícia*. São Paulo, Editora Ática, 2002.

LEAL, Bruno Souza. *Reflexões sobre o jornalismo como narrativa do real*. In: Revista Temas: ensaios de comunicação, 2002.

MAGALHÃES, Mário. *O Narcotráfico*. São Paulo, Publifolha, 2000.

MARCUSE, Herbert. *Comentários para uma redefinição da cultura*. In: Cultura e psicanálise. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MIR, Luís. *Guerra Civil: Estado e Trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

- MONDZAIN, Marie José. *L'image peut-elle tuer?* Paris: Bayard Éditions, 2002.
- MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX: Neurose*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- NOBLAT, Ricardo. *A Arte de fazer um Jornal Diário*. São Paulo, Contexto, 2002.
- PAIVA, Raquel et al. *Jornal Diário: a estrutura narrativa no terceiro milênio: anotações para uma pesquisa sobre a notícia*. In: Libero, ano VI, número 12, 2003.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: introdução à Análise de Discursos*. São Paulo, Hacker Editores, 2002.
- POSTMAN, Neil. *Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business*. New York: Penguin, 1986.
- RUSSELL, Bertrand. *História do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e representação*. São Paulo. Cosacnaify, 2006.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu Casaco de General: 500 dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *As Estratégias Sensíveis: Afeto, Mídia e Política*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. *Sociedade, Mídia & Violência*. Porto Alegre: Sulina: Edipucrs, 2006b.
- VAZ, Paulo. Tempo e tecnologia. In: DOCTORS, Marcio (org.). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

Vídeos:

“A corporação” (The corporation, Canadá, 2004). Documentário. Dir.: Mark Achbar e Jennifer Abbott.

“Notícias de uma Guerra Particular”. Documentário. Dir.: João Moreira Salles e Kátia Lund, 1999.

“Santa Marta: Duas Semanas no Morro”. Documentário. Dir.: Eduardo Coutinho, 1987.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. “L’Abécédaire de Gilles Deleuze”. Paris: Editions Montparnasse, 1997

Jornais:

Bem-Te-Vi não voa mais: Traficante mais caçado é morto em confronto com a polícia na Rocinha. *O Globo*. Rio de Janeiro: 30/10/2005, editoria Rio, p. 22.

CPI quer ouvir João. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p.20

Dobra a recompensa por Marcinho VP. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p. 20

Eloquência de traficante surpreende cientistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p.18

Encontro na cidade partida. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p. 17

Jovens invisíveis em busca de reconhecimento. *O Globo*. Rio de Janeiro, 09/04/2005, Prosa & Verso, p. 2

Luz chama Spike de otário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p.19

Marcello exige medidas duras. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/02/1996, p.19

Marcinho VP é desmascarado na CPI. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28/04/2000, p. 20

Marcinho VP está na cadeia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25/04/2000, p. 12

Marcinho VP vale prêmio de R\$ 2 mil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15/07/1997, p.22

Morte na cadeia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/07/2003, p. 12

Narcotráfico: Respostas de Marcinho não agradam. Secretário de Segurança e estudiosos reprovam sua atitude. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28/04/2000, editoria Rio

O dono do Dona Marta – Líder do tráfico na favela saúda Michael Jackson, protesta contra desigualdade social e revela ser um assassino frio e vaidoso. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/02/1996

Os mais procurados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10/11/1999, p. 23

O morro que desafia a lógica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11/02/1996, p. 28

O tráfico está pronto para a guerra. *O Dia*. Rio de Janeiro, 12/02/1996

Patrulhamento precário é alvo de críticas. *O Globo*. Rio de Janeiro: 31/10/2005, editoria Rio, p. 9

Polícia mata chefe do tráfico da Rocinha numa emboscada. *O Globo*. Rio de Janeiro: 30/10/2005, capa.

Polícia reforça patrulhamento na favela. *O Globo*. Rio de Janeiro: 01/11/2005, editoria Rio, p. 15

Recompensa por denúncias sobre Marcinho VP é de R\$ 10 mil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/02/2000, p.20

Tiros criam pânico e túnel volta a fechar à tarde. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30/10/2005, editoria Rio, p. 22B

Traficante comanda a segurança e desafia a polícia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12/02/1996

Tráfico mandou no clipe. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/02/1996, p.16

Um bandido frio com discurso politizado. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/07/2003, p. 12

Um corpo jogado no lixo. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/07/2003, p. 11

Violência e segurança pública em tempos de liberdade. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15/03/2005, caderno especial “20 anos de democracia”, p. 10

Revistas:

Marcinho VP, traficando informação. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

Salles, João Moreira. O amigo que não pude ter. *Revista Trip*. Novembro de 2001, nº95.

Internet:

<http://www.clacso.org> – Acesso em 11/2007

<http://veja.abril.com.br> – Acesso em 01/2008

<http://www.zaz.com.br/istoe> – Acesso em 01/2008

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca> – Acesso em 01/2008

<http://www.folha.uol.com.br> – Acesso em 01/2008

<http://www.ibase.br> – Acesso em 01/2008